

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
LINHA EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

FERNANDA DA SILVA LINO

**CYBERBULLYING E EDUCOMUNICAÇÃO:
A CRIAÇÃO E O FORTALECIMENTO DE ECOSISTEMAS
EDUCOMUNICATIVOS COMO REAÇÃO E SUPERAÇÃO DA VIOLENCIA
VIRTUAL**

Florianópolis

2021

FERNANDA DA SILVA LINO

**CYBERBULLYING E EDUCOMUNICAÇÃO:
A CRIAÇÃO E O FORTALECIMENTO DE ECOSISTEMAS
EDUCOMUNICATIVOS COMO REAÇÃO E SUPERAÇÃO DA VIOLENCIA
VIRTUAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, linha de investigação Educação Comunicação e Tecnologia, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ademilde Silveira Sartori

Florianópolis

2021

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Lino, Fernanda da Silva

Cyberbullying e Educomunicação: a criação e o fortalecimento de ecossistemas educomunicativos como reação e superação da violência virtual / Fernanda da Silva Lino. -- 2021.

180 p.

Orientadora: Ademilde Silveira Sartori

Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2021.

1. Cyberbullying. 2. Educomunicação. 3. Cultura Digital. 4. Ecossistemas educomunicativos. I. Silveira Sartori, Ademilde. II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

FERNANDA DA SILVA LINO

CYBERBULLYING E EDUCOMUNICAÇÃO:
A CRIAÇÃO E O FORTALECIMENTO DE ECOSSISTEMAS
EDUCOMUNICATIVOS COMO REAÇÃO E SUPERAÇÃO DA VIOLENCIA
VIRTUAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, linha de investigação Educação Comunicação e Tecnologia, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito para obtenção do grau de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ademilde Silveira Sartori.

Banca Examinadora:

Orientadora: _____

Professora Dr^a. Ademilde Silveira Sartori
Universidade do Estado de Santa Catarina – PPGE/UDESC

Membro: _____

Professora Dr^a. Roxana Cabello
Universidad Nacional de General Sarmiento en Buenos Aires

Membro: _____

Professor Dr^o. Sergio Fabiano Annibal
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – PPGL/UNESP

Membro: _____

Professora Dr^a. Luciane Mulazani dos Santos
Universidade do Estado de Santa Catarina – PPGE/UDESC

Membro: _____

Professor Dr^o. Eduardo Fofonca
Universidade Federal do Paraná - UFPR

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à vida por ter me dado oportunidade de vivenciar experiências acadêmicas, pessoais e profissionais tão incríveis decorrentes dessa pesquisa. Agradeço também a minha mãe, Tomazia, e aos meus irmãos e familiares Thiago, Felipe, Márcia e Marco, por serem o porto que me ampara em todas as minhas navegações.

Agradeço à professora Ademilde Sartori por ter acolhido minha pesquisa de forma tão gentil e respeitosa. Minha gratidão ao professor José Antônio Moreira por ter aceitado ser meu coorientador do estágio doutoral em Portugal.

Agradeço à Raquel, motivadora generosa da paixão pela Educomunicação; à Roberta, pela amizade e o compartilhamento de tantas alegrias e tristezas dessa trajetória – coisas inerentes da vida; ao Valdeci, pela parceria nas produções acadêmicas e nas reflexões; a todos os colegas do grupo EducomFloripa e aos que ingressaram no ano de 2016 no programa de doutorado em Educação da UDESC, especialmente às queridas: Márcia Luzia, Monalisa e Márcia Freitas.

Agradeço às amigas e amigos de antes, depois e para sempre: Cris, Sarah, Mendes, Renata, Roberta, Gabriela, Carol, Márcia Laus, Sílvio, Almir, Daniel, Dani, Cíntia, Juliana, Débora, pelo apoio incondicional e pela amizade que, ao final, é onde repousa nossa existência.

Agradeço aos colegas e amigos da EBM Henrique Veras e da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, especialmente na figura dos (as) colegas Shirley, Cesar, Rafaella e Nayara. Agradeço ao companheiro Samuel, paciente e carinhoso, pai de minha menina que está a caminho.

Agradeço ao Estado de Santa Catarina por financiar durante 12 meses a pesquisa, através do programa Uniedu (Estado de Santa Catarina) e à Prefeitura Municipal de Florianópolis por ter concedido a licença para aperfeiçoamento profissional por três anos.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UDESC pela cobertura da passagem Portugal me dando a oportunidade de realizar meu estágio de doutoramento na Universidade Aberta de Portugal durante o período de nove meses.

Por fim, este trabalho é dedicado em memória do companheiro Fernando Devens, falecido quatro meses antes de eu ingressar no programa de doutorado, grande incentivador desta pesquisa e semeador das alegrias que tive o privilégio de viver durante a experiência deste estudo.

“(...) A culpa foi minha, chorava ela, e era verdade, não se podia negar, mas também é certo, se isso lhe serve de consolação, que se antes de cada ato nosso nós puséssemos prever todas as consequências dele a pensar nelas a sério, primeiro as imediatas, depois as prováveis, depois as possíveis, depois as imagináveis, não chegaríamos sequer a mover-nos de onde o primeiro pensamento nos tivesse feito parar. Os bons e os maus resultados dos nossos ditos e obras vão-se distribuindo, supõe-se que de uma forma bastante uniforme e equilibrada, por todos os dias do futuro, incluindo aqueles, infindáveis, em que já cá não estaremos para poder comprová-lo, para congratular-nos ou pedir perdão, aliás, há quem diga que isso é que é a imortalidade de que tanto se fala”.

José Saramago, no livro Ensaio sobre a Cegueira

RESUMO:

Esta tese partiu dos estudos sobre o fenômeno do *cyberbullying* e a sua relação com o campo teórico-metodológico da Educomunicação, em especial com o conceito de ecossistemas educacionais. Assim, tem como objetivo principal compreender de que maneira a criação e o fortalecimento de ecossistemas educacionais podem contribuir para a discussão e a superação do *cyberbullying* no espaço escolar, à luz da Educomunicação. A pesquisa foi desenvolvida com a abordagem da etnografia virtual e se estruturou em três etapas distintas: a primeira, teórica, para definir o *cyberbullying* como um fenômeno negativo da cultura digital e estabelecer as possíveis relações com a Educomunicação; a segunda envolveu a pesquisa de campo e coleta de dados e, na terceira e última etapa, avançamos nas discussões quanto à relação dos ecossistemas educacionais com os aspectos recorrentes das situações de *cyberbullying* observadas. A fundamentação teórica desta pesquisa se deu por meio da rede dialógica com os seguintes autores e autoras: na inter-relação entre Educação e Comunicação, com Freire (1980, 1982, 1983, 1996, 2000, 2015); sobre a Educomunicação, com Martín-Barbero (1997, 2004, 2011, 2014), Soares (2000, 2002, 2011, 2019, 2020); Citelli (2011), Kaplún (2011, 2014) e Sartori (2014, 2015, 2020, 2021); sobre *cyberbullying*, com Fante (2011), Maldonado (2011), Felizardo (2010) e Amado (2009). Com base nos resultados da pesquisa, verificamos que são comuns situações de *cyberbullying* entre crianças, adolescentes e jovens, e nessas situações são evidenciados seis aspectos recorrentes: a falta de consciência da violência; a naturalização da violência, o silenciamento da vítima; a insistência do agressor, a vítima comumente torna-se agressor e, por último, a atuação quase nula da escola. A partir dos aspectos recorrentes, foi possível estabelecer uma relação com componentes dos ecossistemas comunicativos que auxiliam na superação e combate ao *cyberbullying*. Por fim, consideramos que a criação e o fortalecimento de ecossistemas educacionais podem fazer com que os estudantes reajam e superem o *cyberbullying*, atuando também na prevenção dele.

Palavras-chave: *cyberbullying*; Educomunicação; cultura digital; ecossistemas educacionais.

ABSTRACT:

This thesis started from studies on the phenomenon of cyberbullying and its relationship with the theoretical-methodological field of Educommunication, especially with the concept of educommunicative ecosystems. Thus, its main objective is to understand how the creation and strengthening of educommunicative ecosystems can contribute to the discussion and overcoming of cyberbullying in the school space, in the light of Educommunication. The research was developed with the approach of virtual ethnography and was structured in three distinct stages: the first, theoretical, to define cyberbullying in face of so many negative phenomena of digital culture and to establish the possible relations with Educommunication; the second involved field research and data collection and, in the third and last stage, we moved forward in discussions regarding the relationship of educommunicative ecosystems with the recurring aspects of the observed cyberbullying situations. The theoretical foundation of this research was through the dialogical network with the following authors: in the interrelationship between Education and Communication, with Freire (1980, 1982, 1983, 1996, 2000, 2015); on Educommunication, with Martín-Barbero (1997, 2004, 2011, 2014), Soares (2000, 2002, 2011, 2019, 2020); Citelli (2011), Kaplún (2011, 2014) and Sartori (2014, 2015, 2020, 2021); about cyberbullying, with Fante (2011), Maldonado (2011), Felizardo (2010) and Amado (2009). Based on the results of the research, we found that cyberbullying situations are common among children, adolescents and young people, and in these situations six recurrent aspects are highlighted: the lack of awareness of violence; the naturalization of violence, the silencing of the victim; at the aggressor's insistence, the victim commonly becomes the aggressor and, finally, the school's almost nil performance. From the recurring aspects, it was possible to establish a relationship with components of the communicative ecosystems that help in overcoming and fighting cyberbullying. Finally, we believe that the creation and strengthening of educommunicative ecosystems can make students react and overcome cyberbullying, also acting on its prevention.

Keywords: cyberbullying; educommunication; digital culture; educommunicative ecosystems.

RESUMEN:

Esta tesis partió de estudios sobre el fenómeno del ciberacoso y su relación con el campo teórico-metodológico de la educomunicación, especialmente con el concepto de ecosistemas educomunicativos. Así, su principal objetivo es comprender cómo la creación y fortalecimiento de ecosistemas educomunicativos puede contribuir a la discusión y superación del ciberacoso en el espacio escolar, a la luz de la Educomunicación. La investigación se desarrolló con el enfoque de la etnografía virtual y se estructuró en tres etapas diferenciadas: la primera, teórica, para definir el ciberacoso ante tantos fenómenos negativos de la cultura digital y establecer las posibles relaciones con la educomunicación; la segunda involucró investigación de campo y recolección de datos, y la tercera y última etapa, avanzamos en discusiones sobre la relación entre ecosistemas educomunicativos y los aspectos recurrentes de las situaciones de ciberacoso observadas. El fundamento teórico de esta investigación fue a través de la red dialógica con los siguientes autores: en la interrelación entre Educación y Comunicación, con Freire (1980, 1982, 1983, 1996, 2000, 2015); sobre Educomunicación, con Martín-Barbero (1997, 2004, 2011, 2014), Soares (2000, 2002, 2011, 2019, 2020); Citelli (2011), Kaplún (2011, 2014) y Sartori (2014, 2015, 2020, 2021); sobre el ciberacoso, con Fante (2011), Maldonado (2011), Felizardo (2010) y Amado (2009). A partir de los resultados de la investigación, encontramos que las situaciones de ciberacoso son comunes entre niños, adolescentes y jóvenes, y en estas situaciones se destacan seis aspectos recurrentes: la falta de conciencia sobre la violencia; la naturalización de la violencia, el silenciamiento de la víctima; ante la insistencia del agresor, la víctima comúnmente se convierte en agresor y, finalmente, en el rendimiento casi nulo de la escuela. A partir de los aspectos recurrentes, se pudo establecer una relación con componentes de los ecosistemas comunicativos que ayudan a superar y combatir el ciberacoso. Finalmente, creemos que la creación y fortalecimiento de ecosistemas educomunicativos puede hacer que los estudiantes reaccionen y superen el ciberacoso, actuando también en su prevención.

Palabras clave: ciberacoso; educomunicación; cultura digital; ecosistemas educomunicativos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Perfil da pesquisadora no Facebook.....	36
Figura 2: Grupos nos quais a pesquisadora participou.....	37
Figura 3: Convite da entrevista.....	39
Figura 4: <i>Cyberbullying</i> e educação.....	42
Figura 5: Crianças e adolescentes, por tipo de discriminação testemunhada..	64
Figura 6: Publicação do caso 1.....	91
Figura 7: Comentários do caso 1.....	92
Figura 8: Publicação e comentários do caso 2.....	95
Figura 9: Publicação e comentários do caso 3.....	97
Figura 10: Publicação do caso 4.....	99
Figura 11: Comentários do caso 4.....	100
Figura 12: Publicação do caso 5.....	103
Figura 13: Comentários do caso 5.....	104
Figura 14: Publicação do caso 6.....	106
Figura 15: Comentários do caso 6.....	107
Figura 16: Entrevista com a vítima dos casos 2 e 3.....	110
Figura 17: Entrevista com a testemunha do caso 5.....	113
Figura 18: Entrevista com o agressor do caso 4.....	116
Figura 19: Entrevista com a testemunha do caso 4.....	120
Figura 20: Contribuições dos ecossistemas educomunicativos na superação dos aspectos recorrentes do <i>cyberbullying</i>	147

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1 APRESENTAÇÃO DA TESE.....	18
1.1.1 Situando o contexto da pesquisa.....	19
1.1.2 Objetivos da pesquisa.....	28
1.1.2.1 Objetivo Geral.....	28
1.1.2.2 Objetivos Específicos.....	28
1.2 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA.....	28
1.2.1. O campo e os participantes da pesquisa.....	33
1.2.2 Instrumentos e ferramentas para a coleta de dados.....	38
1.3 REVISÃO SISTEMÁTICA: CONHECENDO O CAMPO DE ESTUDO.....	41
1.3.1 Apresentando os resultados.....	42
1.3.2 Sobre os resultados da Revisão Sistemática.....	49
2. SITUANDO O CYBERBULLYING ENTRE OS RISCOS E DESAFIOS DA CULTURA DIGITAL.....	51
2.1.1 As <i>fake news</i> e a pós-verdade.....	52
2.1.2 Vazamento de <i>nudes</i> , <i>Porn revenge</i> , pornografia infantil e aliciamento.....	56
2.1.3 Discursos de ódio e linchamento virtual.....	59
2.2 O FENÔMENO CYBERBULLYING.....	64
2.2.1 <i>Cyberbullying</i> no contexto da cultura digital.....	70
2.2.2 Aspectos legais em torno do <i>cyberbullying</i>	75
3. O CYBERBULLYING E A EMERGÊNCIA DE AÇÕES EDUCOMUNICATIVAS.....	79
3.1.1 Educomunicação e a construção de espaços mais democráticos e cidadãos.....	84
4. APRESENTANDO E REFLETINDO SOBRE OS DADOS COLETADOS.....	89
4.1.1 CASO 01: A jogabilidade da Menina.....	89
4.1.2 CASO 02: Preconceito contra as regiões Norte e Nordeste do país.....	92
4.1.3 CASO 03: A insistência do agressor.....	95
4.1.4 CASO 04: Preconceito social.....	97

4.1.5 CASO 05: Racismo insistente.....	101
4.1.6 CASO 06: Gordofobia.....	104
4.2 As entrevistas.....	106
4.2.1 A vítima dos casos 2 e 3.....	107
4.2.2 A testemunha que virou vítima no caso 5.....	110
4.2.3 O agressor do caso 4.....	114
4.2.4 A testemunha do caso 4.....	117
4.3 Aspectos recorrentes no campo.....	120
5. O FORTALECIMENTO DE ECOSISTEMAS EDUCOMUNICATIVOS NO COMBATE AO CYBERBULLYING.....	123
5.1 Aspectos recorrentes nas entrevistas e a consolidação de ecossistemas educomunicativos.....	127
5.1.1 A falta de consciência da violência.....	128
5.1.2 A naturalização da violência.....	130
5.1.3 O silenciamento da vítima.....	132
5.1.4 A insistência dos agressores.....	135
5.1.5 A vítima comumente torna-se agressora.....	138
5.1.6 A atuação quase que nula da escola.....	140
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: REINICIANDO A ESPERANÇA.....	145
7. REFERÊNCIAS.....	151
8. ANEXOS.....	161
8.1 Anexo – Roteiro da entrevista.....	161
8.2 Anexo 2 – Contrato de aprendizagem.....	165
8.3 Anexo 3 – Relatório de atividades do estágio doutoral.....	175

1 INTRODUÇÃO

O ano é 2021, o país é o Brasil e a pesquisa apresentada versa sobre um fenômeno da cultura digital: o *cyberbullying*. Em meio a uma pandemia de Covid-19, a uma crise política e econômica não apenas brasileira, mas global, e a uma série de ambivalências e desafios trazidos pelos recursos e ambientes da internet, não é simples realizar uma pesquisa neste contexto repleto de complexidades. Portanto, antes de apresentar os caminhos teóricos e metodológicos do presente estudo, é importante pontuar as questões contextuais, contemporâneas e históricas nas quais ele esteve imerso.

O primeiro aspecto diz respeito à cultura digital e à sua importância entre a população brasileira e mundial, incluindo-se aí de forma expressiva crianças e jovens. Os fenômenos negativos decorrentes das redes digitais não são fenômenos propriamente novos, mas encontramos a cada dia novas formas de ocorrência desses fenômenos, e que se entrelaçam uns com outros, como as *fake news*, os discursos de ódio, os linchamentos virtuais, a infodemia (epidemia de informações falsas) e outros, tão intensificados no cotidiano das populações.

São fenômenos provenientes da cultura digital que demandam a atenção da comunidade científica, pois afigem aspectos fundamentais da vida em sociedade, desde as eleições presidenciais de um país, até a garantia de segurança e direitos das crianças. Impactam, sobretudo, na formação das mentalidades e das ideologias da população, em que as tecnologias podem ser reprodutoras de ações violentas na dimensão presencial, mas também produto delas. Assim, a cultura digital torna-se uma rede de ambivalências em que os cidadãos a formam e são formados por ela, sendo determinados por e determinando a realidade. Por isso, a importância desse tipo de pesquisa no momento presente, visto que é necessário compreender os fenômenos e buscar compreender os fenômenos e buscar soluções, e esperamos que esta pesquisa provoque contribuições nesse sentido.

Outro aspecto a ser pontuado é sobre a produção de pesquisa científica no Brasil que, nesse ínterim, envolve resistências e confusões, já que as Ciências Humanas e o próprio saber científico foram ‘colocados em xeque’ por grupos extremistas e negacionistas, os quais pareciam superados, mas

ressurgiram afetando as ciências, a democracia, as ideologias progressistas e humanitárias e ameaçando a existência dos mais frágeis socialmente. Esses retrocessos conduzem, assim, à necessidade de resistir e lutar, e exigem uma postura firme e revolucionária.

Em decorrência da disseminação das ideias de grupos extremistas re-emergentes (que incluem o neofascismo, o neonazismo, o racismo e segregação de sempre, o negacionismo científico, a intolerância a grupos minoritários como imigrantes, indígenas, violência de gênero, cultura de periferia e etc., conforme Santaella (2016, 2019); Han (2013, 2016), Canclini (2015) e outros, ser pesquisador em Ciências Humanas neste tempo, sobretudo quando se investiga dimensões da cultura digital, requer não apenas espírito de combate e um olhar crítico, mas principalmente resistência.

É vital resistir ainda com mais força quando o pesquisador é um professor, especialmente do setor público e da Educação Básica, pois as perdas, nesse sentido, são ainda mais brutais, quando há uma desvalorização profissional programada que acarreta no fracasso educacional que, como afirmou o antropólogo Darcy Ribeiro, não é uma crise, mas sim um projeto de país. Ao avaliar a conjuntura educacional do último governo brasileiro, Taffarel e Neves (2019) apresentam algumas evidências do projeto de desmonte educacional: a aprovação de medida de entrega do pré-sal ao capital internacional; o não cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação; participação dos empresários do setor privatista da educação (Todos pela Educação) e a indicação de um militar para a Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Educação; aprovação da Reforma do Ensino Médio; aprovação controversa do currículo Base Nacional Comum Curricular (BNCC); aprovação da Emenda Constitucional 95/16 que institui o ajuste fiscal e limita investimentos em educação e saúde; aprovação das medidas que permitem a terceirização sem limites, provocando a precarização do trabalho docente; entre outras medidas (2019, p. 318).

Outro ponto relevante do processo desta pesquisa é ela se realizar, na etapa de finalização, em meio a uma epidemia mundial inesperada. A pandemia deveria ser tratada de forma ética e muito comprometida pelos poderes públicos, com uma política sanitária que protegesse a vida das pessoas, mas o presidente do país é acusado de não ter apresentado um

projeto estratégico nacional e é alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia, aprovada pelo Senado para apurar as ações do governo federal no combate à Covid-19. Afinal, enquanto em muitos países a vacinação já apresenta resultados, no Brasil mais de trezentas mil mortes, até o encerramento da escrita desta tese, já haviam sido contabilizadas, vidas perdidas que poderiam ser evitadas. Esses milhares de mortes, em conjunto com todo o contexto, afetaram de alguma forma a pesquisa e o pesquisador.

Sabendo das profundas desigualdades sociais do Brasil, é possível verificar que as mortes pela epidemia afetaram mais as camadas menos favorecidas, com baixa renda, que vivem em seu cotidiano inúmeras situações de vulnerabilidade social, onde já sofriam pelo abandono e pela falta dos serviços mais básicos de sobrevivência. De acordo com estudos da Fundação Getúlio Vargas, no segundo semestre de 2019, a concentração de renda aumentou e os mais pobres tiveram uma diminuição de 17% do poder de compra, enquanto 1% dos mais ricos teve aumento de 10% da renda (FGV, 2019). Pode considerar, nesse sentido, que a questão é que a morte de milhares de pessoas, bem como a violência, a falta de acesso à educação, à saúde e aos serviços básicos, o preconceito racial, cultural e contra as populações da periferia, a corrupção na política e em outros segmentos públicos, o machismo, a violência policial, um sistema de desinformação e alienação, dentre outras tantas formas de violência, somadas ao aumento da pobreza, pioram as condições de vida de forma geral. O que se percebe, diante do cenário expresso em várias pesquisas relatadas neste estudo, é um cidadão apático e insensível frente às dores alheias, submerso em suas próprias dores e sofrimentos, em busca de um mito ou uma fé que lhe traga esperança e redenção.

A resistência do pesquisador nos tempos atuais requer forças ainda mais viscerais para manter-se firme, apesar das adversidades, na busca por trazer elementos científicos para que a sociedade humana seja melhor do que é, e evolua nos aspectos civilizatórios mais essenciais. Dessa forma, urge ao cientista atar suas mãos a outras mãos simbolicamente na luta não por ‘essa’ ou ‘aquela’ categoria ou movimento, mas por toda a população subjugada historicamente, em razão de que o conhecimento científico e a cultura podem, ainda, ser um caminho para a transformação social.

Neste sentido, o desafio para pesquisadores, professores, intelectuais, trabalhadores, artistas, lideranças comunitárias e outros brasileiros é imenso, pois exige que se busquem as mãos daqueles que estão fora das próprias bolhas ideológicas que serão explicadas mais adiante, as mãos daqueles que apoiam e reproduzem barbáries, dos que estão perdidos sem uma base educacional que lhes dê suporte para que parem de acreditar e repetir esperanças mentirosas de mudanças e que lhes conduzam a uma consciência crítica e emancipatória, com vistas a uma sociedade mais justa e democrática. Não de forma utópica, arrogante ou profética, acreditando que são os detentores da verdade, mas de maneira humilde e aberta. Não é fácil pegar nas mãos dos desiguais, mas parece que esse é o único caminho.

Nesse cenário, Educação e Comunicação são dois campos fundamentais para superar as crises do momento, conforme as concepções teóricas e metodológicas da Educomunicação, pois, sem um projeto de educação transformadora, nenhuma mudança nas estruturas sociais é viável. A mudança pode ser realizada através da oferta da promoção dos saberes necessários para tal mudança, de forma universal, democrática e crítica, tal como propõe a Educomunicação. O processo educativo é contínuo, sem fim, e deve envolver todos os elementos deste contexto complicado e ambíguo em que se vive. É na Educação Básica onde se deveriam oferecer as bases para, não apenas aprender os conhecimentos historicamente produzidos, mas formar cidadãos conscientes e críticos. Porém, mesmo reconhecendo a importância da Educação, também é importante estar ciente de que um projeto de um futuro cidadão e democrático não pode prescindir de políticas para o trabalhador, para a cidadania e para a dignidade, como habitação, saneamento, mobilidade, inclusão, dentre outros direitos universais.

Da mesma forma, a Comunicação é uma dimensão relevante na atualidade em que esta pesquisa é escrita, pois por ela passa, atrelada à cultura digital, a construção de saberes formais e informais, relações sociais, relações econômicas, emoções, ideologias e outras dimensões importantes, muitas vezes sem filtro ou mediação.

É sabido que o campo da Comunicação é também um campo de poder, porém a cultura digital permitiu a participação e a expressividade dos usuários. A questão é o quanto produzimos ou reproduzimos e por isso a importância de

a educação ocupar esse espaço, ainda mais diante da cultura digital e de fenômenos complexos como o *cyberbullying*.

Da justaposição entre campos importantes (educação e comunicação) nasceu a Educomunicação, área que, nos tempos atuais, diante tantas complexidades vivenciadas, proporciona uma saída frente a desafios tão grandes. A pesquisa aqui apresentada tem a pretensão de refletir sobre as brechas abertas por um presente incerto e complexo. Como afirmou Ismar Soares (2020), a Educomunicação é um paradigma iluminador de situações novas, situações inéditas e desafiadoras, como as que estamos vivendo no contexto da pesquisa. Tomemos então esse paradigma para enfrentar os desafios na esperança de que o texto de apresentação deste trabalho daqui a algum tempo seja visto como algo ultrapassado e datado.

1.1 APRESENTAÇÃO DA TESE

O desenvolvimento das tecnologias digitais acarretou inúmeras mudanças culturais, sociais e políticas, bem como novos dilemas e ambivalências. Pode-se dizer que gerou, igualmente, novos espaços de socialização e aprendizagens que não estão mais restritas ao sistema escolar e a linearidade do livro. Além disso, influenciou o surgimento de novos fenômenos que a sociedade - e em especial a escola - ainda não sabe bem ao certo como compreender e lidar.

O *cyberbullying*¹, como diversas outras manifestações decorrentes do ciberespaço, é um fenômeno novo para pais e educadores e pouco pesquisado e, por isso, suas consequências para crianças e jovens podem ser devastadoras quando vivenciadas sem a mediação e o conhecimento dos adultos. O desafio que compete à escola, atualmente, é acompanhar as mudanças provenientes da cultura digital, apontando para a construção de uma sociedade mais democrática, sensível às diferenças e produtora de cidadania.

Tendo como referência a perspectiva da Educomunicação, mais do que mediar a recepção midiática, é preciso gerar as condições de produção e autoria no âmbito escolar, em que se possam implementar ações concretas para a criação de ecossistemas educacionais na superação do *cyberbullying*.

A autoria, a participação cidadã e a expressividade são elementos fundamentais em tempos de cultura de convergência midiática e componentes essenciais da Educomunicação. São também elementos necessários para pensar ações que proporcionem às vítimas possibilidades de reagir, prevenir e superar a experiência de *cyberbullying*, sem com isso impedir que crianças e jovens se manifestem no ciberespaço de maneira criativa, humorada, artística e crítica. A Educomunicação possibilita educar os estudantes para a cultura da paz, da tolerância e do respeito às diferenças, sem cercear a criatividade, a subjetividade e a imaginação na forma que esses se expressam.

¹ Optamos por fazer uso da expressão *cyberbullying* sem tradução. Como o *bullying* é uma palavra amplamente utilizada e incorporada na cultura brasileira, optamos por utilizar a palavra *cyberbullying* sem tradução também.

Nesse sentido, esta pesquisa pretendeu investigar, a partir das contribuições do referencial teórico na perspectiva da Educomunicação, caminhos que possibilitem aproximações à seguinte questão: a criação e o fortalecimento de ecossistemas educomunicativos podem fazer com que os estudantes reajam e superem o *cyberbullying*, atuando também na prevenção dele? Diante da problematização que coloca a pesquisa como uma conexão de respostas à escola, sociedade e mídias em rede, a seguir situa-se o contexto da pesquisa, partindo de sua concepção de violência.

1.1.1 Situando o contexto da pesquisa

Se o *bullying* é uma violência presente no espaço escolar que ocorre há muito tempo, podemos afirmar que o *cyberbullying* é um fenômeno comunicacional do nosso tempo. Mas como compreendê-lo? E como encaminhar propostas educativas para superá-lo e reagir a ele? Talvez um ponto de partida seja reconhecer a importância dos meios de comunicação e da cultura digital nos processos de aprendizagem.

É fundamental compreender as potencialidades e limitações do ciberespaço e da cultura digital para se pensar ações frente os recentes fenômenos que ele acarreta.

O termo ‘cultura digital’ é utilizado no presente trabalho, tal qual em André Lemos (2009, p. 136), como sinônimo de cibercultura, compreendida como a cultura contemporânea marcada pelo surgimento da microinformática a partir dos anos 70 do século passado. Ela emerge da apropriação social dos dispositivos, portanto é muito mais um fenômeno social do que técnico. Dentre os princípios básicos da cultura digital estão incluídos a livre emissão, a conexão com os outros e a reconfiguração da cultura, da sociedade e da política (LEMOS, 2009).

Nessa direção, a cultura digital (ou o ciberespaço) é compreendida como a totalidade de conhecimentos, valores e práticas vivenciadas por um grupo em determinado tempo e, não necessariamente, o mesmo espaço, formando uma nova realidade social (KENSKI, 2018).

Cabe destacar que o ciberespaço pode ainda ser considerado como um espaço informacional de comunicação eletrônica global, que permite o acesso,

a transformação e o intercâmbio de fluxos de informação por usuários conectados (Santaella, 2004, p. 45). Nessa direção, a cibercultura se revela como uma nova forma de cultura.

A cibercultura e o conjunto tecnocultural emergente no final do século XX impulsionado pela sociabilidade pós-moderna em sinergia com a microinformática e o surgimento das redes telemáticas mundiais; uma forma sociocultural que modifica hábitos sociais, práticas de consumo cultural, ritmos de produção e distribuição da informação, criando novas relações no trabalho e no lazer, novas formas de sociabilidade e de comunicação social. Esse conjunto de tecnologias e processos sociais ditam hoje o ritmo das transformações sociais, culturais e políticas nesse início de século XXI (LEMOS, 2009, p. 21-22).

O impacto da cibercultura na sociedade se revela de maneira muito diferente entre os pensadores da atualidade. Rudiger (2013) vale-se de duas figuras mitológicas para ilustrar duas correntes de pensamentos bastante distintas: os *fáusticos* e os *prometeicos*². Os *fáusticos* acreditam que a cibercultura implica na perda do pensamento crítico e racional, afetando a mente humana e resultando em uma servidão espiritual a um poder tecnológico. O foco, nessa corrente, é sempre do meio técnico, deixando de fora o contexto social mais amplo. Os *prometeicos*, ao contrário, acreditam que no futuro as máquinas vão encarnar qualidades humanas, gerando prosperidade econômica, mais saúde, melhor comunicação, mais entretenimento e educação mais eficientes.

Em ambos os pontos de vista está presente um determinismo tecnológico, com a crença de que a técnica é uma força autônoma, um fim em si mesma. Rudiger (2013, p. 58-62) argumenta que essa ideia da técnica reduzida a utensílio é duvidosa, pois a técnica não é boa nem má, tampouco neutra, mas antes de tudo uma forma de saber que não pode ser separada de seu uso concreto.

Schöninger e Sartori (2016, p. 56) destacam que a cibercultura “não deve ser compreendida como uma cultura dirigida pela tecnologia, mas sim como uma parte das novas formas sociais de organização da sociedade que envolve as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)”. Por isso, talvez não seja mais preciso utilizar categorias maniqueístas para exaltar as

² Anteriormente a Rudiger, Hermínio Martins, no livro *Experimentum humanum: civilização tecnológica e condição humana* (Belo Horizonte, Fino Traço, 2012), refere-se às correntes *prometeica* e *fáustica* como as duas grandes vertentes do pensamento social dos séculos XIX e XX a respeito da tecnologia como meio de dominação da natureza.

possibilidades ou apontar as limitações do ciberespaço na sociedade, mas sim reconhecer o seu papel decisivo. Como argumenta Sartori (2015), é preciso considerar que as maiores críticas à cibercultura não são de nascidos na sociedade em rede. Para quem nasceu nesta sociedade, os métodos da cibercultura não apresentam nenhum problema, pelo contrário, facilitam a informação e a sociabilidade. Assim, aos cidadãos, professores e pesquisadores cabe o papel de compreender os fenômenos da cultura digital, se apropriar e compreender as novas linguagens e mediar a construção de saberes que promovam a cidadania.

Como previa Pierre Lévy (1993), o ciberespaço possibilita a ampliação de funções cognitivas, como a memória, a imaginação e o raciocínio, onde o saber reassume um novo papel. Para Lévy, o ciberespaço e suas ferramentas (como o hipertexto), permitem um melhor conhecimento do mundo, onde cada experiência é singular, ao mesmo tempo em que o universo do saber em fluxo constrói uma inteligência coletiva. A ideia da inteligência coletiva propiciada pelo ciberespaço pode ser emancipatória e libertadora, mas o autor (2010, p. 39) destaca que a ciberdemocracia se faz cada vez mais necessária atualmente, pois estamos “diante de novos problemas que nenhum código antigo nos permite resolver de maneira simplória”, por isso a necessidade de uma maior responsabilidade planetária e coletiva.

Nesse contexto, é preciso estar atento às novas perspectivas para compreender a transformação midiática. Os estudos de Jenkins já nos anos 2000 entendia que a inteligência coletiva poderia ser uma possível forma de consumo coletivo e fonte alternativa de poder midiático, um poder que ainda estamos aprendendo a usar, já que os mercados midiáticos também estão passando por uma mudança de paradigma com o surgimento da convergência das mídias. A cultura da convergência considera que novas e antigas mídias interagem de forma cada vez mais complexa, onde os consumidores assumem um papel mais decisivo. Portanto, mercado e consumidores estão se transformando a partir da cultura digital.

A convergência das mídias é mais do que uma mudança tecnológica. A convergência altera a relação entre as tecnologias existentes, indústrias, mercados, gêneros e públicos. A convergência altera a lógica pela qual a indústria midiática opera e pela qual os consumidores processam a notícia e o entretenimento. A

convergência refere-se a um processo, não a um ponto final (JENKINS, 2009, p. 43).

Com a convergência dos meios de comunicação e informação da atualidade, tem havido mudanças na cultura e na sociedade, especialmente no que diz respeito à participação. Atualmente, as crianças e jovens estão inseridos no contexto da narrativa transmídia, participando do universo ficcional, seja em comunidades de fãs, de grupos de discussões *on-line*, ou grupos como *gamers*, *spoilers*, *vloguers*, *youtubers*, entre outros.

Para Orozco-Gómez (2014, p. 69), a convergência não é somente tecnológica, mas também cultural, cognitiva, situacional, estética e linguística. Dessa forma, a cultura da convergência leva-nos a modificar a maneira como encaramos as nossas próprias relações com as mídias e a revisar profundamente os processos de ensinar e aprender dentro desse contexto. Com isso, os diferentes significados de educação também têm sido fortemente rediscutidos e revisados.

Diante desses novos paradigmas, para compreender as transformações advindas da evolução dos meios, a comunicação é uma dimensão importante, tanto para pensar sobre os novos fenômenos resultantes da convergência e da cibercultura quanto para defender uma prática educativa que vise ser atual e transformadora.

Notáveis teóricos vêm chamando atenção para a importância da comunicação no processo educativo, como Paulo Freire, por exemplo. Para Freire, todo ato educativo é um ato comunicacional, pois envolve trocas concretas e simbólicas de experiências e saberes. Assim, o diálogo é uma estrutura fundamental do conhecimento, e a educação é comunicação, “na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1983, p. 46).

Freire defendeu a dialogicidade como um elemento fundamental do processo de autonomia, de libertação e de construção do conhecimento dos sujeitos, no sentido da conscientização da realidade. Para ele, “não há comunicação sem dialogicidade” (2000, p. 74), pois a comunicação está no núcleo do fenômeno vital.

O diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. O diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens; o diálogo é, pois, uma necessidade existencial (FREIRE, 1980, p. 82).

O diálogo, enquanto caminho de encontro de homens e instrumento de transformação do mundo, não pode existir sem amor: “se eu não amar o mundo – se eu não amar a vida – não consigo entrar em diálogo” (2001, p. 136). O autor elenca outras condições para que o diálogo verdadeiro se estabeleça, não como depósito ou simples intercâmbio de ideias, tampouco como discussão hostil e impositiva, mas como encontro de homens que, ao dizer suas palavras, encontram seu significado e transformam o mundo. Essas condições são a humildade, a fé intensa nas pessoas, a esperança e o pensamento crítico. A sua proposta de uma educação libertária é, por sua natureza, problematizadora, onde o diálogo é a essência da ação política, educativa e revolucionária (1980, p. 83-84).

A comunicação, dessa forma, coloca-se como uma dimensão indispensável, não só para o desenvolvimento da existência, mas também para o processo educativo. É por meio do diálogo da comunicação, junto com a ação e a reflexão, que professores e estudantes podem construir e dar significados aos conhecimentos, tomar consciência da realidade na qual estão inseridos, no sentido da transformação dessa realidade por meio da práxis. Afinal, “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação e reflexão” (FREIRE, 1983, p. 78).

No período em que Paulo Freire criou suas concepções, as tecnologias ainda não tinham sido introduzidas em todos os setores da vida com a intensidade dos últimos anos e com as potencialidades comunicativas. Portanto, ele não teve o objetivo de elaboração sentidos em torno da adoção tecnológica, porém seus estudos conseguem, com grande proficiência, trazer a relevância da dialogicidade e, com isso, seus estudos sobre as formas de ler o mundo aproximam-se e trazem significados que contribuem para pensar os objetos da pesquisa em tela. Assim, Freire fez algumas reflexões sobre as tecnologias, pois ele próprio chegou a utilizar algumas, como projetores de slides, rádio, televisão, gravadores e videocassetes (ALENCAR, 2005).

Nesse período, Freire considerava que as tecnologias eram grandes expressões da criatividade humana e faziam parte natural do desenvolvimento dos seres humanos (ALENCAR, 2005, p. 2). Entretanto, ele chamava a atenção para o uso intencional e político da tecnologia, pois é necessário assumir o controle das tecnologias e colocá-las à serviço dos seres humanos, questionando sempre as finalidades comerciais e lucrativas de muitas empresas que produzem as tecnologias. Embora ele nunca tenha utilizado o termo “inclusão digital”, enfatizou o acesso aos recursos tecnológicos por parte de todos da sociedade, prova disso é que quando foi Secretário de Educação da cidade de São Paulo, participou da proposta de democratização de acesso aos computadores para todos os estudantes das escolas públicas (ALENCAR, 2005). Ele afirmou, na época, que não tinha dúvidas do potencial de estímulos e desafios a curiosidade que a tecnologia põe a serviço das crianças e dos adolescentes (ALENCAR, 2005, p. 2).

Desse modo, Paulo Freire contribuiu para pensarmos em uma práxis tecnológica na educação, pois, dando ênfase à comunicação e ao diálogo, discutiu a necessidade de compreender e se apropriar das tecnologias, defendendo que, mais do que usar e ter acesso, era necessário perceber seu contexto político e mercadológico e assumi-las como elementos de transformação.

Cabe, também, ressaltar que as pesquisas de Jesús Martín-Barbero influenciam fortemente os processos comunicacionais e, especialmente, à Educom. Ele esclarece que a pedagogia libertadora de Paulo Freire foi a primeira teoria latino-americana de comunicação, pois, com a sua concepção dialógica, pensou a aprendizagem (e em especial a alfabetização de adultos) como um processo de libertação da palavra, já que o “analfabeto e o homem impedido de dizer a sua própria palavra” (2014, p. 38). Martín-Barbero reconhece a importância do diálogo enquanto dimensão comunicativa.

É na comunicação que os homens assumem suas palavras fazendo implodir, ao mesmo tempo, o círculo a totalidade totalitária e o da consciência solipsista. Dialogar é descobrir na trama de nosso próprio ser a presença dos laços sociais que nos sustentam. É lançar as bases para uma posse coletiva, comunitária, do mundo. A palavra não é um mundo à parte, mas faz parte da práxis do homem: “a justiça e o direito a palavra”, pois é a possibilidade de ser sujeito em

um mundo onde a linguagem constitui o mais expressivo lugar do “nós” (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 33-34).

Mas como enfatizar a comunicação nos processos educativos de maneira libertadora em um período de intenso surgimento de novos meios e tecnologias digitais no cotidiano de crianças e jovens e de deslocamento de aquisição de saberes? E como fazer com que as tecnologias contribuam para o diálogo, a comunicação, a promoção da aprendizagem, a cidadania e a emancipação dos sujeitos? A Educomunicação pode indicar como trabalhar a comunicação no âmbito escolar de maneira transformadora?

A Teoria das Mediações, ou Estudos de Recepção, surgiu dentro do contexto de pesquisas dos Estudos Culturais latino-americanos, a partir da corrente inglesa (Raymond Wiliams - 1958, 1961, 1973, Roger Silverstone - 1980, 1992, 1999, 2005 e Stuart Hall -1964, 1978, 1997), que vê a cultura como a chave para compreender diferentes fenômenos contemporâneos. A Teoria das Mediações busca como ponto de partida as audiências dos meios de comunicação e, através delas, um enfoque integral dos processos de circulação e produção de sentidos. Esses estudos procuram “identificar, conceituar, mapear as operações e os modos de reconhecimento entre produtores-meios-receptores em movimento dialético e sócio-histórico” (OROFINO, 2005, p. 40-41). São expoentes dessa linha de investigação autores como Guillermo Orozco-Gómez, Jesús Martín-Barbero, Nestor Garcia Canclini e outros. Mudando o enfoque da recepção para as audiências e as mediações que se realizam a partir delas, essas pesquisas constataram que as mediações “não estão dadas. Elas se constituem enquanto ações reflexivas e podem ocorrer, de fato, tanto na esfera da produção quanto da recepção” (OROFINO, 2005, p. 51).

Para Orozco-Gómez (2014), na interatividade que estamos vivenciando, a audiência se transforma em usuário. As telas em que se é audiência se multiplicam, convergem e se modificam. Assim, a preocupação com a mediação comunicacional se apoia na mudança pela qual as audiências passam a ser reconhecidas por “um estar e ser ativos, cada vez mais criativos, na produção e na emissão comunicacionais” (OROZCO-GÓMEZ, 2014, p. 57). Por isso, o desafio hoje é formar as audiências para se assumirem como

emissores e interlocutores reais, não somente simbólicos dos meios e dos demais produtos intercambiados nas redes sociais. Se antes foi fundamental formar para a recepção, agora é imprescindível formar também para a emissão e produção criativas. Os novos participantes na comunicação têm de aprender a ser comunicadores. E isso é um desafio complexo, político, cultural e socioeconômico, mas que começa com a comunicação e a educação (OROZCO-GÓMEZ, 2014, p. 33).

O autor propõe a construção de uma cultura participativa, considerada como “resultante de processos e de produtos criativos, novidadeiros, desafiantes, feitos e enviados horizontalmente pelos envolvidos nas sociedades-rede”. Para que a participação a partir das telas se torne realidade, Orozco-Gómez esclarece as etapas dessa proposta: acesso à informação, gestão da informação, integração da informação, avaliação da informação e criação da informação (2014, p. 115-118).

A Educomunicação, por ser um campo de diálogo entre a comunicação e a educação, pode assumir um papel determinante na formação de receptores críticos e produtivos, já que se caracteriza como:

O conjunto de ações voltadas ao planejamento e implementação de práticas destinadas a criar e desenvolver ecossistemas comunicativos abertos e criativos em espaços educativos garantindo, desta forma, crescentes possibilidades de expressão a todos os membros das comunidades educativas (SOARES, 2011, p. 36).

Mas, como articular essas ações efetivamente à prática educativa? A questão essencial é como operacionalizar uma prática pedagógica educomunicativa no âmbito escolar, diante dos desafios que o sistema educativo tem com os novos processos comunicativos na sociedade atual. Conforme Schöninger *et al* (2016, p. 03), a prática pedagógica educomunicativa

[...] é vista como uma ação mediadora que visa potencializar ecossistemas comunicativos entre todos os sujeitos que participam do processo educativo, além de possibilitar a construção de novos espaços de aprendizagens, por meio de uma relação mais ativa e criativa dos alunos com suas referências midiáticas (SCHÖNINGER *et al*, 2016, p. 03).

A partir do surgimento da *web 2.0*, a Educomunicação passou a assumir um foco voltado não somente para a recepção e a mediação, mas também para as novas maneiras de produzir as mídias e de construir conhecimentos a partir delas. E esse é um papel que o sistema educativo deve assumir como

seu, para poder emancipar crianças e jovens na cultura participativa do ciberespaço. Martín-Barbero esclarece que “devolver aos jovens espaços nos quais possam se manifestar estimulando práticas de cidadania é o único modo pelo qual uma instituição educativa, cada vez mais pobre em recursos simbólicos e econômicos, pode reconstruir sua capacidade de socialização” (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 120).

Por isso, a criação de ecossistemas educomunicativos é necessária no âmbito escolar.

Preocupar-se com ecossistemas comunicativos em espaços educacionais é levar em conta que a escola é um espaço complexo de comunicações, no qual o educador deve considerar o entorno cultural do aluno e seus pares de diálogo – colegas, família, mídia -, para planejar ações que possibilitem a participação, a construção e troca de sentidos. Para tal, é necessário que a escola esteja preparada para enfrentar e dialogar com percepções de mundo diferentes das que enfrentava décadas atrás (SARTORI, 2010, p. 46).

Diante do exposto, optamos por pesquisar a temática do *cyberbullying* reconhecendo a comunicação como um fator essencial nas relações humanas e nos processos educativos, especialmente após a disseminação dos meios de comunicação digitais. O *cyberbullying* é um fenômeno tão novo quanto os meios tecnológicos em que ocorre, que tem afetado crianças e jovens no mundo inteiro e causado consequências dramáticas, como descrito posteriormente. Por isso, a construção de ecossistemas educomunicativos se revela como uma estratégia eficaz para desenvolver um trabalho que envolva o *cyberbullying* dentro da escola, possibilitando a preparação do educando para reagir estrategicamente quando for vítima, capacitando-o para compreender as mudanças sociais vindas da cultura digital e para participar responsávelmente na sociedade, assim como desenvolver a democracia, o respeito e a cidadania digital.

Esperamos que, como Bauman, ainda possamos ter a esperança de que as novas gerações se comportem de maneira diferente da nossa.

Se é verdade (e é) que cada conjunto de circunstâncias contém algumas oportunidades e seus perigos, também é verdade que cada qual está repleto tanto de rebeldia quanto de conformismo. Não nos esqueçamos que toda a maioria começou com uma pequenina, invisível e imperceptível minoria. E que mesmo carvalhos centenários

desenvolveram-se a partir de bolotas ridiculamente minúsculas (BAUMAN, 2013, p. 28).

Ansiamos, então, que a ideia de compreender e auxiliar na reação e superação do *cyberbullying* a partir da criação de ecossistemas educomunicativos seja como uma bolota, ou semente, minúscula. Mas que germe e que seus resultados se transformem em um frondoso carvalho, gerando muitos frutos e distribuindo outras pequenas sementes a serem plantadas.

1.1.2 Objetivos da pesquisa

Diante do contexto da pesquisa exposto e da busca por responder à questão ‘a criação de ecossistemas educomunicativos pode fazer com que os estudantes reajam e superem o *cyberbullying*, atuando também na prevenção dele?’, foram construídos os seguintes objetivos para este estudo.

1.1.2.1 Objetivo Geral:

- Compreender de que maneira a criação e o fortalecimento de ecossistemas educomunicativos pode contribuir para a discussão e a superação do *cyberbullying* no espaço escolar, à luz da Educomunicação.

1.1.2.2 Objetivos Específicos:

- Ampliar a compreensão em torno da Educomunicação.
- Mapear situações de *cyberbullying* em um ambiente virtual.
- Verificar os aspectos recorrentes nas situações de *cyberbullying*.
- Reforçar a importância dos ecossistemas educomunicativos para o combate ao *cyberbullying*.

1.2 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

A trajetória de uma pesquisa científica é definida pelas escolhas metodológicas realizadas, portanto, há que se ter extremo cuidado com tais escolhas, para que o estudo seja o mais fidedigno possível com a realidade que se pretende analisar. Cuidado também na apresentação do percurso metodológico, para que o leitor tenha clareza do caminho trilhado, das escolhas e desdobramentos da pesquisa.

Foi realizada, no percurso desta pesquisa, uma revisão sistemática a fim de compreender a temática de estudo de forma mais rigorosa e comprometida, observando o que se tem produzido academicamente acerca do *cyberbullying* no campo da pesquisa científica em educação. A revisão sistemática será apresentada na tese em um subcapítulo específico.

Assim como Gamboa (2012, p. 61), entendemos que “para a elaboração de uma pesquisa, não é suficiente a seleção de uma técnica ou a utilização de um instrumento se estes não se articulam de maneira lógica com os outros fatores que compõem a pesquisa”. A partir dessas premissas, e por acreditar que os caminhos metodológicos a serem percorridos por um pesquisador constituem um dos aspectos mais importantes, a intenção é estruturar a metodologia de maneira que consigamos contemplar tanto as esferas científicas quanto as sociais neste trabalho.

Desse modo, para atender aos objetivos e responder à questão-problema do estudo (que visa, principalmente, compreender de que maneira a criação e o fortalecimento de ecossistemas educomunicativos poderão contribuir para a discussão e a superação do *cyberbullying* no espaço escolar, à luz das concepções teórico metodológicas da Educomunicação), realizamos escolhas em relação ao método, abordagens, procedimentos, instrumentos e forma de análise, que serão justificadas a seguir.

Tendo em vista a natureza do fenômeno do *cyberbullying*, consideramos que a pesquisa qualitativa foi o método de investigação mais adequado para realizarmos este estudo, visto que a peculiaridade e a subjetividade do objeto (o *cyberbullying*) requerem um estudo que revele particularidades que não podem ser mensuradas e apreendidas numericamente. Contudo, foram coletados dados quantitativos por meios dos diferentes procedimentos de coleta de dados, os quais poderão ajudar na análise do problema.

Partindo dos pressupostos da pesquisa qualitativa e a partir da necessidade de se ater em ambientes virtuais para compreender o fenômeno do *cyberbullying*, foi necessário adotar uma abordagem da etnografia virtual.

Compreendemos estudos de inspiração etnográfica como aqueles que não o utilizam como metodologia, mas apenas como narrativa ou que se utilizam de partes dos procedimentos etnográficos de pesquisa, mas não chegam a ir a campo, porém, podem incorporar protocolos metodológicos e práticas de narrativa como histórias de vida, biografias ou documentos para compor a análise dos dados (FRAGOSO, RECUERO E AMARAL, 2013, p. 168).

Dessa forma, a presente pesquisa pode ser definida como um estudo de inspiração etnográfica, que tem como campo a internet e seus derivados. A etnografia foi uma técnica de pesquisa originada na antropologia, que inicialmente se propôs a estudar sociedades primitivas e culturas exóticas, mas se disseminou em vários outros campos e áreas do conhecimento em que as pesquisas possuem como problemática principal “compreender os diferentes significados atribuídos às coisas e pessoas a partir do ponto de vistas dos nativos de determinados grupos ou comunidades” (SANTOS E GOMES, 2013, p. 3).

Embora a etnografia tenha surgido no campo da antropologia e depois tenha encontrado ressonância em várias áreas das ciências humanas e sociais, ela tem sofrido inúmeras mudanças, principalmente com o aumento exponencial do número de ambientes digitais, usuários e fenômenos, compondo observáveis importantes para o trabalho etnográfico (FRAGOSO et al, 2013, p. 170).

Os pesquisadores dão termos distintos para a pesquisa no universo digital que está relacionada à etnografia, “ora como sinônimos, ora apontando as diferenças: etnografia virtual, netnografia, etnografia digital, webnografia e ciberantropologia” (FRAGOSO et al, 2013, p. 170). Autores como Kozinets (1997), Hine (2004) e Boellstorff (2008) criaram o que Santos e Gomes (2013, p. 4) definem como “uma apropriação da etnografia tradicional para que ela pudesse ser adaptada a um novo ambiente, o ciberespaço, exigindo então algumas redefinições e acrescentando outras possibilidades”.

Fragoso, Recuero e Amaral (2013) preferem chamar simplesmente de etnografia. As autoras propõem que o termo “etnografia” seja utilizado em

detrimento de outros que buscam essa suposta atualização do método etnográfico para a cultura digital. A utilização de abordagens etnográficas em pesquisa na cultura digital vem sendo feita desde que a internet se constituiu como artefato cultural que propicia um ambiente próprio. Conforme as autoras, desde o surgimento da internet:

como meio de comunicação e da constituição de grupos sociais possibilitados pelas facilidades da comunicação em rede, alguns pesquisadores perceberam que as técnicas de pesquisa etnográficas também poderiam ser utilizadas para o estudo das culturas e das comunidades agregadas via internet, fossem elas derivadas de grupos sociais já constituídos no offline e que, nesse momento, migram e/ou transitam entre esses espaços ou mesmo formações sociais compostas apenas por relações online (FRAGOSO; RECUERO; AMARAL, 2013, p. 170).

Segundo Hine (2000), a escolha por uma abordagem etnográfica visa compreender “como a etnografia pode se encaixar nas condições da vida cotidiana nas sociedades complexas”. Dessa maneira, a internet se define como uma dimensão onde pode ser objeto de pesquisa, o *local* de pesquisa e *instrumento* de pesquisa. As possibilidades da internet como campo e ferramenta de pesquisa se dá ao fato de que tantas informações e registros sobre a vida social estão disponíveis virtualmente, constituindo um vasto campo de conhecimento. Contudo, as autoras destacam que os estudos de internet são um campo em desenvolvimento, com suas próprias “contradições e especificidades”, pois o mundo virtual é um universo de investigação difícil de recortar, em função de sua escala, heterogeneidade e dinamismo.

De acordo com a plataforma internacional de estatísticas *Statista*, em 2020, 59% da população mundial foi usuária ativa na internet, o que abrange quase 4,66 bilhões de pessoas. Essa mesma pesquisa revelou que o celular é o canal mais importante de acesso à internet no mundo, já que os usuários de dispositivos móveis representam 91% do total.

Diante da expansão do uso da internet pela população mundial e da constituição de uma cultura digital à palma da mão, a etnografia no universo da internet pode ser uma ferramenta metodológica capaz de oferecer o acesso dos pesquisadores às propriedades específicas da contemporaneidade. Robert Kozinets (2002, p. 2), defensor do termo ‘netnografia’, a define como uma nova metodologia de pesquisa qualitativa que “adapta técnicas da pesquisa

etnográfica para o estudo de culturas e comunidades emergindo através das comunicações mediadas por computador”.

Além de promover uma forma de conhecer o universo da pesquisa por meio da experiência pessoal, a etnografia em ambientes virtuais pode apresentar, conforme Santos e Gomes (2013, p. 8), três facilidades:

A possibilidade de aprofundar o conhecimento sobre o grupo através do próprio ambiente virtual, evitando possíveis mudanças de comportamento; a facilidade de prescindir da transcrição visto que as conversas, via de regra, são registradas por meio de texto, deixando o pesquisador em melhores condições de analisar outros elementos do contexto em que está inserido. Adicionalmente e, segundo Kozinets (1997), a etnografia virtual ou netnografia torna-se menos subjetiva do que a etnografia tradicional porque é possível abarcar registros de vários tipos de materiais coletados *online*, ou “artefatos”, tais como imagens, arquivos de áudio e vídeo, troca de e-mails, registros das conversas públicas e particulares através do metaverso (SANTOS; GOMES, 2013, p. 8).

Assim, pelo fato do *cyberbullying* ser um fenômeno que ocorre no ciberespaço, entrelaçado por diversas complexidades da cultura digital, compreendemos que a abordagem da netnografia foi a mais adequada para tratar o problema desta pesquisa.

O campo escolhido para realizarmos a coleta de dados foram páginas de grupos das redes sociais, em específico o Facebook. Para adentrar no campo, optamos pelo procedimento do ‘pesquisador silencioso’, ou onde o mesmo participa de uma forma mais oculta. Para Kozinets (2007, p. 15), uma netnografia observacional requer a inserção do pesquisador no campo, mesmo que não se identifique. Conforme o autor, as “netnografias podem variar ao longo de um espectro que vai desde ser intensamente participativa até ser completamente não obstrutiva e observacional” (2007, p. 15).

A observação silenciosa (também chamada de *lurker* ou *pesquisador-insider*) pode ser escolhida, conforme Fragoso, Recuero e Amaral (2013, p. 193), devido às questões de ordem ética e de privacidade em relação aos informantes, tais como faixa etária, pré-julgamentos ou material/conteúdo sensível.

O pesquisador do tipo silencioso (*lurker*) é, conforme Polivanov (2013, p. 64), aquele que apenas observa um fenômeno ou grupo social, interferindo o mínimo possível nas práticas cotidianas. A prática denominada *lurking*, que em

inglês significa “ficar à espreita”, seria uma característica própria do ciberespaço, onde o ator não se manifesta, somente observa o comportamento dos outros. Braga (2006) questiona se a prática do pesquisador *lurker* é tida como uma participação e quais são as consequências disso para a pesquisa em meios digitais:

Então, *lurking* é participação? Sim, é participação, mas de um tipo especial (...) por reconhecer que, em termos de presença/ausência, a informação acerca da presença do/a observador/a no *setting* não está disponível às/-aos demais participantes, embora a presença de *lurkers* possa ser inferida (BRAGA, 2006, p. 5).

O pesquisador silencioso (*lurker*) pode escolher por se identificar e informar a determinados participantes sobre a realização de sua pesquisa ou não se manifestar dentro do grupo.

Ainda sobre as formas do pesquisador se inserir no campo, Polivanov, (2013, p. 65) apresenta duas maneiras de se conduzir uma etnografia na internet: a distante e a envolvida. Na maneira distante, há a observação das interações sociais em determinado ambiente *on-line* pelo pesquisador onde o etnógrafo vai coletar dados diversos, como textos, imagens e *emoticons*, sem envolver-se no ambiente.

Diante do exposto, a escolha por esse grau de inserção no presente estudo ampliou a compreensão a respeito do *cyberbullying*, em razão de a internet e, especificamente, o ambiente escolhido a rede social Facebook, propiciar a observação silenciosa de um fenômeno tão sensível e violento, protegendo não apenas o anonimato da pesquisadora, mas dos participantes do campo em questão.

Boa parte dos sujeitos dos grupos envolvidos na pesquisa são crianças e jovens, e a idade relatada não é confiável, pois é possível mentir sobre a data de nascimento e omitir a real idade ao realizar o cadastro nesse tipo de rede social ou aplicativo, por isso a importância de proteção dos dados pessoais dos envolvidos.

A observação silenciosa nesta pesquisa permitiu também acesso a dados mais confiáveis e autênticos, pois sem saberem que eram observados por uma pesquisadora, os participantes puderam agir com naturalidade e

espontaneidade, revelando dados importantes para a análise e a execução do estudo.

A seguir, serão aprofundadas as questões acerca da escolha do campo, bem como os caminhos que levaram à amostragem e aos sujeitos envolvidos na pesquisa.

1.2.1. O campo e os participantes da pesquisa

Em uma pesquisa qualitativa de abordagem netnográfica, conforme Polivanov (2013, p. 66), o campo passa a ser “texto em uma tela” onde os sujeitos de uma comunidade virtual podem estar espalhados em qualquer parte do mundo, interagindo através da mediação por computador. De acordo com Santos e Gomes (2013, p. 5), as comunidades virtuais fundam um novo campo de interações, sem limitações territoriais e distribuídas globalmente. Para as autoras, a noção de campo, portanto, não pode ser tomada em sua perspectiva objetiva e material, “mas como instâncias frequentadas por *personas* que simbólica e virtualmente constroem suas localidades e estabelecem suas delimitações territoriais” (SANTOS; GOMES, 2013, p. 5).

A escolha pela rede social Facebook como o campo para a observação e coleta de dados se deu em função de sua abrangência. Um estudo divulgado pelo Cuponation³ apontou que o Facebook foi a rede social mais acessada no mundo durante o ano de 2020, seguidas pelo Youtube e Whatsapp. No Brasil, foram 120 milhões de usuários ativos apenas no mês de abril de 2020, ocupando o quarto lugar de acesso ao Facebook, depois da Índia, Estados Unidos e Indonésia.

Outro dado importante foi revelado em 2018 pela TIC Kids Brasil⁴, realizada pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) e pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), que apontou que 82% dos menores com idades entre 9 e 17 anos têm perfis em plataformas como

³ CupoNation é uma multinacional alemã que opera como um portal de cupons de descontos das principais lojas virtuais mundiais. Por isso sua preocupação em gerar dados sobre os usuários das redes sociais.

⁴ A pesquisa TIC Kids Online Brasil promove a criação de evidências sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil. As pesquisas produzidas pela TIC Kids Online Brasil são importantes, pois são realizadas desde 2012 e fornecem indicadores sobre oportunidades e riscos sobre a participação *on-line* de crianças e jovens entre 9 a 17 anos.

Whatsapp, Facebook e Instagram. Dessa forma, constata-se que o Facebook é um ambiente muito abrangente de observação e favorável para a obtenção dos dados para a pesquisa.

Entretanto, em virtude da multiplicidade de perfis, grupos e usuários do Facebook, foi preciso buscar um aprofundamento maior na seleção do campo, a fim de direcionar a seleção de elementos mais significativos para o problema de pesquisa. Para encontrar ocorrências significativas de *cyberbullying* no Facebook, optamos por observar grupos de jogos populares entre crianças e jovens. Os jogos são uma das atividades mais realizadas por crianças e adolescentes na cultura digital. No que diz respeito a entretenimento, a pesquisa TIC Kids Online Brasil, de 2019, afirma que 57% de crianças e adolescentes de 9 a 17 anos jogam na internet. De fato, os jogos vêm sendo objeto de estudo de muitas pesquisas, atuando muitas vezes como “instrumento pedagógico, crítico e expressivo-produtivo” (HOCHSPRUNG; CRUZ, 2018, p. 02).

As comunidades foram escolhidas pela sua relação com os jogos *Fortnite* e *League of Legends*. A participação em comunidades virtuais relacionadas a esses jogos se deu em função de seu grande número de usuários (algumas com aproximadamente 200 mil participantes), especialmente crianças e adolescentes.

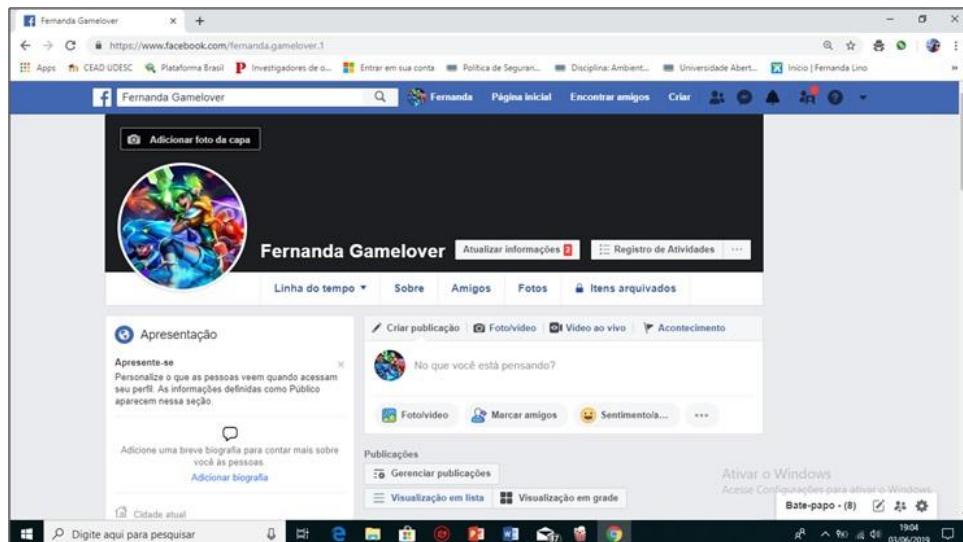
Fortnite é um jogo criado em 2011 pela *Epic Games* e pode ser jogado individual ou coletivamente. A classificação indicativa do Ministério de Justiça brasileiro para esse jogo é de 12 anos. O *Fortnite* possui dois modos de jogo diferentes: *Fortnite Save the World* (é pensado como um jogo de jogador versus ambiente, com quatro jogadores cooperando em direção a um objetivo comum nas missões) e *Fortnite Battle Royale* (é um modo de jogo para até 100 jogadores, jogando sozinho ou em grupos de dois a quatro). O *Fortnite Battle Royale* levou um êxito financeiro considerável para a *Epic Games* e se tornou um fenômeno cultural *on-line*. Em 2018, o jogo alcançou um pico de 8,3 milhões de jogadores em simultâneo. De 2017 a 2019 foi indicado e venceu diversas premiações de jogos⁵.

⁵ Ganhador de outras premiações, como por exemplo: British Academy Games Awards (2018 e 2019), The Game Awards (2018) e Golden Joystick Awards (2018 e 2019).

O *League of Legends* (LoL) é um jogo eletrônico *on-line* e gratuito, do gênero batalha multi-jogador, desenvolvido e publicado pela *Riot Games* em 2009. No Brasil, a indicação do jogo é para crianças a partir de 12 anos de idade. É basicamente um jogo de estratégia em que duas equipes de cinco integrantes se enfrentam para destruir a base uma da outra. A *Xfire* (um tipo de serviço de mensagens instantâneas utilizada por jogadores) divulgou um relatório⁶ relatando que *League of Legends* foi o jogo de computador mais jogado no hemisfério Norte, com 1,3 bilhões de horas *on-line* pelos jogadores entre 2011 e 2012. Assim como o *Fortnite*, *League of Legends* foi vencedor de diversas premiações de jogos.

A entrada no campo se deu, primeiramente, através da criação de um perfil nomeado de *Fernanda Gamelover*. Para garantir o anonimato e a observação silenciosa, o perfil não dispõe de informações pessoais da pesquisadora e demonstra o interesse nos jogos em questão através das fotos, da participação em grupos, páginas seguidas e ‘curtidas’.

Figura 1: Perfil da pesquisadora no Facebook



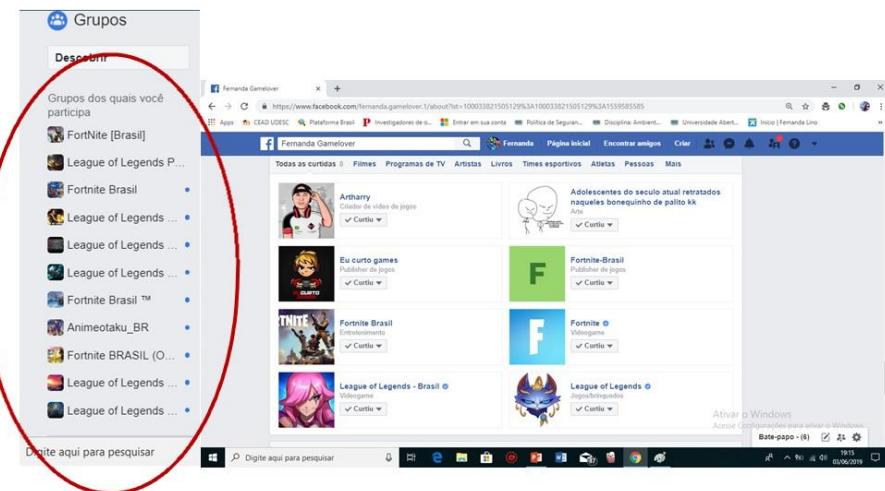
Fonte: Facebook, 2018.

Após a criação do perfil, houve uma busca para participar de grupos fechados sobre os jogos escolhidos e, uma vez sendo aceita, a pesquisadora

⁶ GAUDIOSI, John. Riot Games: League Of Legends Of Legends officially becomes most played PC Game in the world. *Forbes*, 2012.

passou a observar todo o conteúdo publicado no grupo, desde links para outros sites, sugestões de resolução de problemas dos jogos, vídeo-tutoriais, *memes* e quaisquer outros materiais disponíveis. Também foram observados os movimentos dessas publicações e seus desdobramentos, especialmente em forma de comentários e imagens que pudessem expressar qualquer manifestação que se caracterizasse como *cyberbullying*. Ademais, assim que adentrava em um grupo, era convidada para ser ‘amiga’ de outros membros participantes, o que fazia que a rede de relações em torno da temática de jogos se expandisse também.

Figura 2: Grupos dos quais a pesquisadora participou



Fonte: Facebook

No que diz respeito à amostragem selecionada para a análise na presente pesquisa, o principal critério foi a relevância dos casos escolhidos, pois são casos que se tipificam claramente como situações de *cyberbullying*, como veremos no decorrer deste trabalho. Por conseguinte, a seleção e recorte dos casos se deram de forma intencional, em que a situação de *cyberbullying* esteve em destaque, apresentando elementos significativos para o problema de pesquisa.

Os sujeitos participantes da pesquisa são as pessoas que fazem parte dos grupos de jogos escolhidos e que de alguma forma estiveram envolvidos nas situações de *cyberbullying* identificadas. Traçar um perfil exato dos

usuários que participam de tais grupos deve levar em consideração a multiplicidade e heterogeneidade desses sujeitos, provenientes de diferentes contextos e realidades. A questão da idade é um dos pontos em comum, pois há uma faixa etária para os jogos, que nesse caso, demonstra abranger mais crianças, adolescentes e jovens⁷. Por isso, ao descrever o perfil dos participantes da pesquisa, duas características são levadas em consideração: a idade e o sexo (masculino ou feminino) apresentados pelos próprios usuários em seus perfis. É importante, porém, levar em consideração, ao buscar traçar um perfil de usuário, que muitos utilizam perfis falsos, omitem ou distorcem informações para os mais variados fins e, portanto, não há plena certeza de que o que foi apresentado pelo usuário seja verídico. Como trataremos adiante, a criação de perfis falsos se configura como um crime e, assim como o *cyberbullying*, compõe um dos fenômenos negativos intensificados pela cultura digital.

1.2.2 Instrumentos e ferramentas para a coleta de dados

Por meio da observação silenciosa nos grupos de Facebook relacionados a jogos, foi possível identificar informações importantes para responder ao problema da pesquisa. Logo, foi realizada uma primeira etapa de coleta de dados a partir de publicações e comentários nas comunidades que houve manifestações de *cyberbullying*. Essa coleta foi realizada entre fevereiro e junho de 2019.

A coleta de dados foi feita basicamente por meio de *prints* (uma capturada imagem que aparece na tela), organizados em pastas separadas pela numeração do caso de ocorrência de *cyberbullying* (por exemplo, caso 1, caso 2, e assim por diante). Além disso, nessas pastas também foram arquivadas as entrevistas feitas via Messenger com os alguns envolvidos nas situações de *cyberbullying*.

As mensagens e imagens *printadas* que manifestaram *cyberbullying* e as respostas trocadas, por si só, compõem um quadro autodescritivo. Porém,

⁷ Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o indivíduo até doze anos é considerado criança. Adolescente é o sujeito entre 12 e 18 anos. O termo jovem é utilizado comumente para designar pessoas entre 15 e 29 anos.

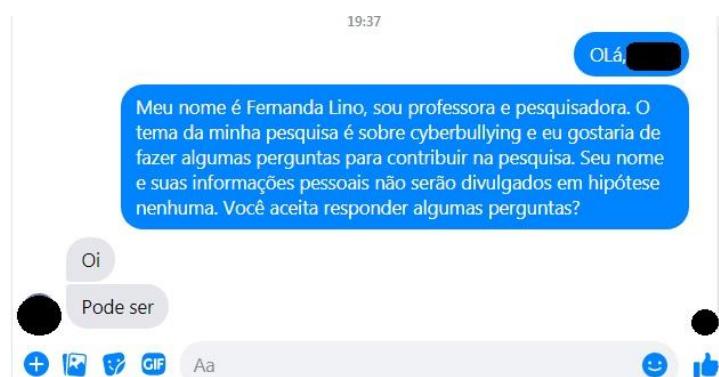
para complementar a observação, a pesquisadora utilizou um diário de campo, onde, junto aos *prints*, também realizava anotações onde registrava as impressões e observações sutis das situações onde se expressava o fenômeno. Todos esses dados foram utilizados para a análise.

A entrevista foi outra ferramenta utilizada, no intuito de aprofundar e esclarecer questões específicas das situações de *cyberbullying*. Dos seis casos de *cyberbullying* selecionados, treze sujeitos envolvidos nesses casos foram convidados a responder à entrevista, tanto vítimas quanto agressores das situações. Todavia, apesar de apenas quatro pessoas que estiveram envolvidas nas situações aceitarem participar, trouxeram questões importantes para a pesquisa nas suas respostas.

O meio escolhido para realizar as entrevistas foi o Messenger, o mensageiro instantâneo do Facebook, por ser o ambiente original da coleta de dados. As entrevistas foram semiestruturadas, a partir de um roteiro inicial (Anexo 1), pois acreditamos ser uma forma mais flexível e adaptável, o que permite que surjam outras questões não planejadas inicialmente. A característica ajustável da entrevista semiestruturada permitiu que as questões pudessem ser reformuladas durante a conversa.

Foi realizada uma breve apresentação da pesquisadora e da pesquisa, assim como um pedido de autorização para a coleta de informações. As perguntas foram introduzidas a partir do roteiro inicial, com adaptações conforme as respostas foram sendo fornecidas.

Figura 3: Convite da entrevista



Fonte: Messenger

Um aspecto que merece ser destacado é que, embora os dados tenham sido coletados em grupos de jogos e jogadores brasileiros, todo período de coleta foi realizado na ocasião do estágio doutoral realizado em Portugal, na Universidade Aberta de Portugal, delegação Porto, sob a coorientação do professor José António Moreira. Além da coleta de dados, foram realizadas diversas outras atividades, descritas no relatório do estágio (Anexo 2). Antes de passarmos para o próximo capítulo, é preciso explicar de que forma todos os dados foram analisados e a partir de que referencial metodológico.

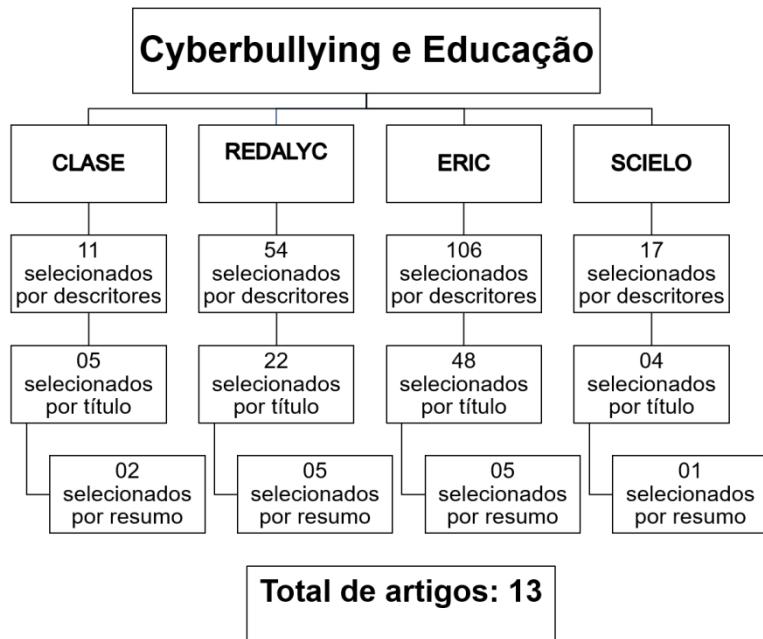
1.3 REVISÃO SISTEMÁTICA: CONHECENDO O CAMPO DE ESTUDO

Devido ao fato do *cyberbullying* ser um fenômeno recente, que se evidencia com a difusão das tecnologias e com o crescimento da cultura digital, torna-se essencial verificar tal fenômeno no âmbito da produção científica. Portanto, a fim de se compreender a forma com que o *cyberbullying* é abordado em pesquisas acadêmicas, especificamente no campo da Educação, foi realizada uma revisão sistemática de literatura.

O estudo foi efetuado em bases de dados relevantes no campo das ciências humanas, como CLASE (Citas Latinoamericanas em Ciencias Sociales y Humanidades), REdAlyc (Red de Revistas Científicas da América Latina y el Caribe, España y Portugal), ERIC (Educational Resources Information Center) e Scielo (Scientific Electronic Library Online).

A procura dos artigos foi por meio dos descritores ‘*cyberbullying*’ e ‘educação’, nos últimos cinco anos, com um enfoque qualitativo sobre a análise do material. A escolha dos artigos que foram analisados teve como critério a discussão sobre *cyberbullying* e a educação formal, especificamente no Ensino Básico. O fluxograma abaixo demonstra como foi o processo de seleção dos artigos nas diferentes bases de dados:

Figura 4: *Cyberbullying* e educação:



Fonte: Elaborado pela autora.

Tendo como referência os critérios relatados, nas quatro bases de dados em que foi realizada a revisão de literatura, foram encontrados 188 artigos pelas palavras chaves, 60 selecionados por título e 13 artigos selecionados por resumo para leitura completa. Casualmente, todos os trabalhos selecionados apresentam um desenho metodológico empírico na busca de dados. Dentre esses 13 artigos, foram observadas duas tendências de pesquisa. A primeira tendência é numericamente majoritária (11 artigos), e se refere a estudos que realizam um diagnóstico do *cyberbullying* relacionado ao ambiente escolar; e a segunda tendência que, em menor medida, aborda (ou propõe) a intervenção educativa a respeito do fenômeno em questão, com abordagens mais ativas e participativas.

1.3.1 Apresentando os resultados

Conforme mencionado, dos 13 trabalhos selecionados, 11 artigos abordam a temática do *cyberbullying* de forma a realizar um diagnóstico, com a aplicação de instrumentos metodológicos como entrevistas, questionários e grupos focais com diferentes atores do ambiente educativo.

O trabalho *Cyberbullying: motivos da agressão na perspectiva de jovens portugueses* (CAETANO *et al*, 2017) apresenta parte do estudo do projeto

Cyberbullying – um diagnóstico da situação em Portugal, no qual foi aplicado um questionário a 3.525 adolescentes do 6º, 8º e 11º níveis de escolaridade para compreender a incidência do fenômeno e analisar os processos associados, especialmente os motivos percebidos, objeto específico deste trabalho. Conforme o grupo de pesquisadores, os motivos mais expressados pelos que desempenham o papel de agressor são hedonistas, muitas vezes relacionados com brincadeira, diversão e fuga ao tédio, assim como motivos de afiliação e reação. Os que se identificam como vítimas atribuem aos seus agressores motivos de afiliação, hedonistas e de poder, com ênfase particular para a inveja, a diversão, a imaturidade, o ciúme, a falta de respeito, a ausência de afeto e os sentimentos de superioridade. Considerando as razões identificadas neste estudo, é preciso pensar uma intervenção que busque prevenir o *cyberbullying* e algumas de suas causas, mas, sobretudo quebrar o ciclo da violência que, por vezes, se desenvolve em ambos os sentidos. Os autores destacam a importância do apoio aos estudantes, gerando ambientes favoráveis e motivando-os no sentido participativo, construindo relações e afetos que os façam sentir-se valorizados e realizados. Enfatizam a formação de “cidadãos conscientes, eticamente responsáveis, capazes de transmutar suas emoções negativas em motivações e ações transformadoras”(AUTOR, ano, p. X), onde seja possível envolver os estudantes por meio do diálogo e do afeto. O estudo conclui que, mesmo que causas sociais mais indiretas estejam presentes na violência virtual, cabe também aos atores sociais o compromisso de atuar para que as instituições escolares e as relações ali presentes sejam espaços de “construção, aprendizagem e expressão do que há de melhor em cada um”(AUTOR, ano, p. X).:

Outro trabalho realizado pelo mesmo grupo anteriormente mencionado (CAETANO *et al*, 2016) foi o artigo intitulado *Emoções no cyberbullying: um estudo com adolescentes portugueses*, onde apresentam os resultados da aplicação de um questionário a 3.525 adolescentes no 6.º, 8.º e 11.º níveis de escolaridade. Com objetivo de caracterizar *cyberbullying*, o trabalho contribui para a identificação e interpretação das emoções experienciadas pelos jovens envolvidos, quer como vítimas, quer como agressores. Os dados apresentados pelos autores demonstram que a tristeza, a vontade de vingança e o medo são as emoções mais frequentes das vítimas, enquanto a satisfação, a indiferença

e o alívio são aquelas que os agressores mais experimentam. Os dados revelam expressivas diferenças entre as emoções vivenciadas pelas vítimas e aquelas que os agressores lhes atribuem, o que exige a promoção de uma educação emocional dos jovens. O estudo verificou, também, maior incidência de emoções como a tristeza, o medo, a insegurança e a vontade de vingança nas vítimas do sexo masculino; mas sentimento de insegurança, de alívio, de confusão e desorientação nas jovens agressoras; emoções associadas a impotência e falta de apoio, experimentadas pelas vítimas. Para os autores, esses dados levam a refletir sobre formas de agir no sentido da prevenção do *cyberbullying*.

O pesquisador Omar Huertas Díaz, da Universidade Nacional de Colômbia, realizou um estudo sobre *bullying* e *cyberbullying* e a violência em ascensão entre crianças e adolescentes. Por meio de uma coleta de dados e o levantamento de um estado da arte foram elaboradas conceituações sobre *bullying* e *cyberbullying*. O objetivo desse trabalho foi demonstrar que os esforços das autoridades públicas para a prevenção, redução e erradicação dessas formas de violência não foram suficientes. O estudo exploratório descritivo foi feito na cidade de Cali e revelou que 43,6% das crianças pesquisadas foram atacadas de maneiras diferentes por algum parceiro, por exemplo, batendo nele, ridicularizando-o, entre outras violências. O autor conclui que na Colômbia houve um aumento no número de crianças assediadas e maltratadas por seus pares, tanto presencial quanto virtualmente. Portanto, são necessárias mais ações, políticas públicas e regulamentações para ajudar a erradicar esse fenômeno.

No artigo sobre assédio e *cyberbullying* em uma amostra de estudantes do ensino médio, o autor Valentín Martínez-Otero Pérez, da Universidade de Madrid, realizou um estudo sobre a prevenção do assédio e *cyberbullying*. A amostra do estudo teve a participação de 138 estudantes de Educação Escola Secundária em Madrid, que completou o teste "Cyberbullying" (Garaigordobil, 2013). Os resultados revelaram uma porcentagem significativa de estudantes com problemas de assédio ou *cyberbullying*. A presença de adolescentes nessas situações de violência é relevante e as implicações se estendem para além do contexto escolar. Por fim, o autor revela a importância da realização de

intervenções educativas, principalmente voltadas à prevenção, para eliminar os comportamentos violentos.

Os pesquisadores Lorena Menay-López e Hanns de la Fuente-Mella(2014) desenvolveram um trabalho sobre as plataformas comunicacionais do *cyberbullying* em uma escola do Chile. O objetivo do estudo foi caracterizar as plataformas de comunicação que são usadas em *cyberbullying* por alunos de escolas de Educação Básica em dois diferentes estratos socioeconômicos da quinta região do Chile. Conforme os autores, os resultados mostraram que tanto para a configuração de alto nível socioeconômico como o médio, a plataforma de comunicação mais utilizada para o *cyberbullying* pelos alunos do Ensino Fundamental é o Facebook. Já as vítimas de *cyberbullying* indicam que os meios pelos quais recebem esse tipo de ataque é preferencialmente pelo celular *smartphone*.

O trabalho dos espanhóis Domínguez-Alonso, Vázquez-Varela e Nuñez-Lois (2017) discorre sobre a incidência do telefone móvel e da internet entre adolescentes para tratar do *cyberbullying* escolar. O objetivo do estudo foi conhecer a prevalência de formas de *cyberbullying* e como essas formas são influenciadas por variáveis pessoais e escolares. A amostra consistiu num total de 749 estudantes do Ensino Secundário Obrigatório, com idades entre os 12 e 15 anos, em que foi realizada uma coleta de informações em questionário para obter a escala de vitimização através do telefone móvel e da internet. No estudo, após uma primeira análise descritiva, os dados percentuais obtidos foram análogos, mas com discreta preponderância em atos de assédio pelo celular (18,6%) do que pela internet (12%). Conforme os autores, os dados indicam que os adolescentes com maior predisposição a sofrer *cyberbullying* por meio do celular e da internet são meninas entre treze e quinze anos de idade, vivendo em famílias disfuncionais. Além disso, entre as formas de comportamento que envolve agressões, tanto pelo celular quanto pela internet, destacam-se a denegação e a violação da privacidade. Os autores atentam para a educação como forma de prevenir e conscientizar sobre o *cyberbullying*.

O estudo de Hester e Fenn (2014) trata da liderança escolar e as percepções das partes interessadas em relação ao *cyberbullying*, seus efeitos e sugestões de intervenção. Os autores buscaram compreender como o *cyberbullying* afeta as partes interessadas e como líderes escolares podem

resolver melhor o problema. As percepções sobre o cyberbullying foram coletadas e analisadas por meio de entrevistas em grupos focais de gestores de escolas, conselheiros, pais e autoridades externas. A análise de conteúdo diferenciou cinco temas: parcerias entre interessados; programas de educação e conscientização; ação disciplinar; supervisão e controle dos pais; e ideias sobre relacionamentos e confiança. Os autores constataram que as ideias das partes interessadas e sugestões sobre as melhores abordagens para abordar questões como o *cyberbullying* têm uma dimensão crítica. Verificaram também que o fenômeno e outros problemas *on-line* são questões multidimensionais que não podem ser resolvidas com soluções simples. Concluem que essas questões exigirão esforços na prevenção e supervisão, onde escolas, comunidades e sociedade devem implementar medidas preventivas e esforços colaborativos.

O artigo das pesquisadoras colombianas Manzuolie Medina (2017) aborda os fatores determinantes para programas de prevenção do *cyberbullying*. O estudo relata os primeiros estágios de um projeto de prevenção ao *cyberbullying* que visou a promoção do desenvolvimento das habilidades de comunicação das crianças para o uso seguro das mídias sociais. Para estabelecer dados de referência sobre a incidência e o crescimento do *cyberbullying* em Bogotá, Colômbia, as autoras aplicaram o *Revised School Violence Questionnaire* (CUVE-R) a uma população de 1.355 pré-adolescentes do quinto ano. Conforme as autoras, os resultados do estudo mostram que o *cyberbullying* está em um estágio inicial nas instituições de ensino pesquisadas, portanto trazem recomendações específicas sobre o desenvolvimento de programas de prevenção ao problema que promovam habilidades de comunicação e autorregulação apoiadas por estratégias multimodais e ferramentas de TIC.

O trabalho das estadunidenses Herrera, Kupczynski e Mundy se deteve sobre o impacto do treinamento em percepções de *cyberbullying* em professores e alunos em uma escola urbana do centro-sul do Texas. O estudo buscou determinar se o treinamento foi eficaz. As pesquisadoras utilizaram o método de pesquisa quantitativa para medir as percepções dos alunos sobre o *cyberbullying* em relação a uma única intervenção. Os dados foram obtidos por meio da administração de uma pesquisa *on-line* sobre *cyberbullying*, que foi

aplicada em três etapas: antes de os alunos assistirem a um vídeo sobre "Noções básicas de segurança na Internet", uma semana após e seis semanas após os alunos assistirem ao vídeo. Por meio da análise, as autoras verificaram que apenas uma área das percepções dos estudantes em relação à intervenção foi significativa, que diz respeito à percepção dos alunos sobre os efeitos do *cyberbullying*. Assim, os resultados revelam a necessidade de mais intervenções ou currículos de *cyberbullying* para os estudantes e treinamento para professores.

Já o pesquisador González-Calatayud (2018) aborda, em seu artigo, a realidade das vítimas de *cyberbullying* na região de Múrcia (Espanha). O objetivo desse estudo foi determinar a incidência do fenômeno e seu impacto sobre os alunos no ensino secundário, especificamente a prevalência de vitimização e diferenças em relação ao sexo, idade e ano letivo. Um dos principais resultados apresentados pelo autor é que 49,3% dos alunos sofreram um ou mais comportamentos de *cyberbullying*. Revela também que foi observada a maior vitimização do sexo feminino e nas idades mais avançadas (faixas etárias entre 11-18 anos). Conforme o autor, tais resultados mostram a realidade das escolas secundárias e a necessidade de estabelecer medidas educativas para resolver o fenômeno.

Pesquisadores da Universidade Nacional de Educação a Distância de Madrid, ALBERT GÓMEZ; ORTEGA SÁNCHEZ; GARCÍA PÉREZ (2017), elaboraram um artigo sobre a educação em direitos humanos e a formação ético-cívica dos educadores sociais como forma de prevenir o *cyberbullying*. O trabalho pretendeu descobrir aspectos importantes no *cyberbullying* que podem ser objeto de uma intervenção sócio educacional que proponha um plano da formação ético-cívica de educadores sociais. Os pesquisadores afirmam que o *cyberbullying* ameaça a integridade, a liberdade e a igualdade das pessoas e é um problema social e educacional que deve ser resolvido com a criação e aplicação de padrões éticos, planejados por uma equipe interdisciplinar de especialistas em diferentes áreas. Os autores realizaram uma revisão sistemática da literatura que analisa os aspectos como idade, nível educacional e gênero, ferramentas tecnológicas, motivações, estratégias de defesa e consequências para a vítima e o agressor. A partir da revisão de literatura, os autores desenvolveram um plano de formação ético-cívica para os educadores

sociais como agentes para a prevenção e a eliminação do *cyberbullying*. O trabalho constatou a necessidade dos seguintes tipos de formação: formação na autoestima, empatia e nos princípios individuais e sociais dos direitos humanos; formação em habilidades sociais e resolução de conflitos; educar para a não-violência; formação em violência de gênero e para a igualdade; formação em alfabetização ético-virtual e formação na responsabilidade individual e penal. Para os autores, todos esses tipos de formação são importantes, pois auxiliam na intervenção com as crianças e adolescentes para a prevenção do *cyberbullying* e para a prevenção da violação dos direitos humanos.

Em apenas dois trabalhos foram utilizados desenhos metodológicos empíricos mais ativos (como a pesquisa-ação e a oferta de oficina e treinamento), que foram além do diagnóstico e da proposição de projetos, e efetuaram a aplicação de intervenções e experiências junto a estudantes, famílias, professores e demais envolvidos nas situações de *cyberbullying*.

No artigo que trata de uma pesquisa sobre a comunicação adolescente no mundo virtual, as autoras Gabard; Orellana Alonso; Pérez Carbonell (2017) apresentam uma experiência educacional realizada em um Centro de Ensino Secundário Obrigatório (ESO), cuja finalidade foi conhecer os problemas derivados da comunicação entre os alunos, bem como melhorar a qualidade de vida das pessoas envolvidas em problemas. As pesquisadoras realizaram um processo de pesquisa-ação, com a oferta de oficinas em que os próprios alunos e suas famílias faziam parte do processo de mudança nas situações de risco. O estudo revelou que nesse centro educacional existe a preocupação na realização de um projeto para aumentar a conscientização sobre o uso saudável e seguro da internet, no qual a participação ativa de toda a comunidade educativa é um pilar fundamental. É preciso dar atenção especial às meninas, já que no estudo está refletido que elas são as que mais se envolvem em situações conflituosas, tanto como agressoras quanto como vítimas - principalmente exercendo o último papel. Observou-se, também, que a maioria dos casos de situações violentas através da internet ocorreu dentro de um contexto erótico-sentimental, sendo possível classificar os casos como situações de *sexting* e *grooming*. O estudo constatou que o controle parental abordado a partir de uma relação de confiança entre os alunos e suas famílias

é muito importante na prevenção e detecção de problemas, conforme percebido na oficina. Por fim, em relação ao papel dos centros educacionais, as pesquisadoras advertem para importância da formação e sensibilização para o uso responsável das TIC, bem como para a melhoria dos centros educativos, implementando ações relacionadas ao uso saudável e seguro das TIC.

O trabalho das pesquisadoras australianas Crossab, Lester, Barnesa, Cardoso e Hadwenb (2015) trata do engajamento genuíno do aluno na educação de *cyberbullying* na escola. Esse artigo relata um estudo que teve duração de três anos, o *Projeto de Escolas Ciber-Amigáveis* (CFSP), cujo objetivo foi reduzir o *cyberbullying* entre alunos da 8^a série durante os anos de 2010 e 2012. A cada ano, estudantes de 14 a 15 anos de idade, chamados de líderes "cibernéticos", agiram como incentivadores para desenvolver e implementar atividades para redução de danos relacionados ao *cyberbullying*. Dessa forma, o estudo examina as experiências de liderança dos estudantes e os efeitos de seus esforços de treinamento e intervenção. A coleta de dados se efetuou por meio de métodos mistos, composto por entrevistas e questionários aplicados a 225 alunos da 10^a série no final de seus anos de liderança. Foram recrutados de quatro a seis líderes cibernéticos em cada uma das 19 escolas envolvidas nessa pesquisa. Conforme as autoras, os líderes cibernéticos relataram alta 'auto eficácia' após o treinamento, pois sentiram que suas intervenções fizeram a diferença. Relataram também que experimentaram um senso de agência, de pertencimento e de competência quando receberam oportunidades de liderança, pois tiveram suas vozes ouvidas. A participação ativa no desenvolvimento e implementação de estratégias contra o *cyberbullying* permitiu aos estudantes contribuir e intensificar os esforços para promover a saúde mental e o bem-estar dos seus colegas. Contudo, como dificuldade, as pesquisadoras constatam que a falta de apoio dos profissionais da escola limita o êxito dos alunos como facilitadores de mudança.

1.3.2 Sobre os resultados da Revisão Sistemática

É possível constatar que a totalidade dos artigos selecionados emprega o método qualitativo de pesquisa, e é de cunho empírico, ou seja, os estudos

buscaram dados em um campo, com participantes específicos, para responder à questão-problema de estudo. Talvez isso revele a jovialidade do fenômeno do *cyberbullying* na área acadêmica, sobretudo no âmbito da educação, em que existe pouca produção de pesquisas teóricas sobre a temática. Por conta de ser uma temática recente (pelo menos até a execução desta pesquisa), os pesquisadores não encontram uma bibliografia consistente sobre o assunto e utilizam o empirismo para responder às suas questões problemas.

A revisão de literatura apontou que a maioria dos estudos busca os dados no campo para fazer um diagnóstico sobre o *cyberbullying*, no intuito medir a ocorrência de situações, as percepções dos envolvidos e indicar possibilidades de intervenção. Na maioria das pesquisas são utilizados dados quantitativos para auxiliar na realização do diagnóstico, conforme verificado na revisão, que muitas vezes envolve a identificação das causas e motivações, e das consequências, do ponto de vista dos agressores e das vítimas, realizando mapeamentos e tentando compreender o fenômeno. Do mesmo modo, o diagnóstico envolve pensar e sugerir práticas pedagógicas para reação e superação do *cyberbullying*.

Somente dois artigos aplicaram intervenções e experiências práticas junto aos sujeitos envolvidos nas situações de *cyberbullying*, em que os estudantes e famílias receberam formação para atuar como agentes de mudança, conforme mencionado anteriormente.

A partir da revisão foi possível verificar que existem poucos trabalhos que envolvem a aplicação de experiências práticas e a criação de propostas e intervenções, criando possibilidades para que os alunos se expressem e sejam criadores de conteúdos educativos contra o *cyberbullying*.

Esse baixo número de estudos sobre propostas de intervenção corrobora a nossa hipótese de que o *cyberbullying* é um fenômeno novo e pouco abordado academicamente. E elucida essa dimensão tão importante para reação desse fenômeno da cultura digital. Reconhecemos o diagnóstico como uma relevante dimensão da pesquisa, mas tendo como referencial teórico-metodológico a Educomunicação, a ação e a intervenção como formas de criar ecossistemas comunicativos, fazendo com que os estudantes sejam autores, se expressem, reajam e produzam conteúdos diante de todos os fenômenos da cultura digital.

2. SITUANDO O CYBERBULLYING ENTRE OS RISCOS E DESAFIOS DA CULTURA DIGITAL

Se é possível reconhecer inúmeras possibilidades acarretadas pelo surgimento e propagação da internet (entendida como a rede global de computadores conectados através de uma infraestrutura de *hardware* e *software*), desde a facilidade de comunicação e circulação de informações até a mudança de sociabilidade e novas formas de apreender e atuar no mundo, também é preciso encarar os desafios e riscos que esse ambiente proporciona.

O tipo de uso que os seres humanos fazem das coisas determina a direção com que elas se manifestam, seja para o bem ou para o mal, e com a internet não é diferente. A sociedade humana é permeada por conflitos e complexidades, na qual a rede mundial de computadores permite expressar essas dimensões da contemporaneidade de forma escancarada. Portanto, a internet e a própria cultura digital não podem ser vistas como criadoras desses males, mas como mecanismos que facilitam a manifestação e a ocorrência deles.

Reconhecendo o contexto histórico em que este estudo está inserido, é razoável afirmar que muitas das ambivalências e complexidades da atualidade se revelam de maneira mais expressiva com o surgimento e o uso disseminado da internet. As manifestações de violência e a ocorrência de crimes, fatos desde há muito tempo vivenciados pela humanidade, tomam formas diferenciadas na rede mundial de computadores, fazendo surgir novas maneiras de expô-las. Assim, “não é mais uma mera questão apenas de demonizar o poder das redes, pois elas não fazem outra coisa a não ser nos devolver o retrato de nossas mentes, desejos e crenças” (SANTAELLA, 2019, p. 16).

Dentre os modos de crimes e violências que a internet expõe, é preciso destacar alguns tipos nesta pesquisa, os quais permeiam a temática do *cyberbullying*, de forma que não permitem que se analise esse fenômeno sem antes refletir e diferenciar cada um deles. É necessário, assim, pontuar alguns dos principais fenômenos negativos da cultura digital que marcam a contemporaneidade. Porém, antes é fundamental ressaltar que boa parte de tais fenômenos negativos se enquadram dentro do que se pode chamar de

crimes virtuais, que acontecem nos ambientes digitais, sobretudo nas mídias sociais.

Conforme Macedo (2018, p. 55) abordar a temática dos crimes virtuais é desafiador devido ao seu caráter interdisciplinar. Existem dois campos do conhecimento preponderantes que debatem sobre o assunto e se dedicam a investigar, tipificar, identificar, julgar e condenar os envolvidos: as ciências da computação e o Direito. Para a pesquisadora, tendo em vista a urgência em tratar dessa temática no âmbito educacional, inclui-se também a área da Educação, “por se constituir em um espaço onde é possível esclarecer e prevenir a sua ocorrência” (MACEDO, 2018, p. 55). Para atuar educativamente frente aos crimes virtuais é preciso, antes, compreendê-los.

É considerado crime a atitude que transgrida a lei e que tenha a comprovação de culpabilidade do indivíduo executor. Quando falamos em cibercrimes ou crimes virtuais, estamos nos referindo àqueles que acontecem no ambiente do ciberspaço, cometidos por usuários que, por meio de suas redes sociais digitais, praticam algo ilícito. E mais, muitas vezes estes usuários desconhecem o que a legislação define como crime, especialmente as crianças e jovens. Entretanto, outros usuários utilizam a rede de computadores para cometerem crimes de maneira intencional e consciente. E aos quais, os estudantes estão expostos (MACEDO, 2018, p. 55).

Reconhecer a internet como uma dimensão de espaço social também leva a pensar nos riscos potenciais que precisam ser identificados. Entretanto, crimes no ambiente virtual estão sujeitos às penalidades previstas na legislação de cada país e em leis específicas para crimes virtuais. Dessa forma, é imprescindível o reconhecimento dos riscos, contradições e desafios da internet para promover a educação para a prevenção, o combate e a punição dos que praticam os crimes virtuais.

2.1.1 As *fake news* e a pós-verdade

O primeiro fenômeno negativo da cultura digital pontuado neste trabalho diz respeito às *fake news*. A expressão, traduzida como ‘notícias falsas’ ou desinformação, embora tenha ganhado notoriedade nas primeiras décadas deste século, não é nova, pois desde há muito tempo a humanidade cria notícias mentirosas e manipula a informação. A prática de disseminar

informações falsas é datada de séculos passados. Conforme Ongaro (2019, p. 8), alguns escritores costumavam propagar falsas informações sobre seus desafetos por meio de comunicados e obras. Com o tempo, a partir da ascensão da propaganda e da publicidade, a prática da *fake news* ganhou ainda mais força com a publicação de dados distorcidos para a população.

Apesar de não ser um fenômeno novo, o mundo digital possibilitou que a criação, acesso e compartilhamento livre de informações falsas tomassem uma proporção que preocupa diferentes setores da sociedade, já que tais notícias falsas exercem influência em dimensões importantes, como a política e a ideológica. De acordo com Santaella (2019), “as *fake news* (...) visam influenciar as crenças das pessoas, manipulá-las politicamente ou causar confusões em prol de interesses escusos” (SANTAELLA, 2019, p. 29).

Conforme Rocha (2000, p. 01), as *fake news* são mentiras disseminadas no formato de notícia jornalística, com textos que seguem a mesma lógica, publicadas em *sites* ou *blogs* que imitam o design de *sites* dos grandes jornais mundiais. A expressão ganhou grande notoriedade em 2016, na ocasião das eleições presidenciais norte-americanas. Da mesma forma, no Brasil as *fake news* passaram a ser pauta de debates a partir das eleições presidenciais de 2018. Júnior (2019) relata que o Brasil é considerado um dos países com maior número de produção, circulação e consumo de notícias falsas do mundo, e “a eleição presidencial de 2018 revelou o impacto decisivo exercido por boatos na configuração da opinião pública e na percepção dos eleitores em relação aos candidatos e às suas respectivas propostas” (JÚNIOR, 2019, p. 02).

No caso brasileiro, não apenas o Facebook, mas o canal de vídeo Youtube e principalmente o aplicativo de comunicação WhatsApp foram utilizados para espalhar falsas informações (ONGARO, 2019, p. 80), revelando a composição de uma indústria multibilionária da desinformação promovida por empresas, instituições grupos e partidos.

Atualmente, mesmo nas democracias contemporâneas, o jogo de interesses econômicos e políticos os fins parecem justificar os meios com o emprego das *fake news*, que se mostram como um dos instrumentos mais eficazes de propagar e fraudar informações na destruição não só do adversário político como também da própria realidade através da mentira meticulosamente organizada (NASCIMENTO, 2020, p. 4).

As redes sociais permitem possibilidades de cada indivíduo se expressar livremente, muitas vezes, com a ideia equivocada de anonimato e impunidade. E é nesse cenário que as notícias falsas se multiplicam.

Em 2020, um estudo conduzido pela Avaaz⁸, revelou que cerca de 110 milhões de pessoas julgam ser verdadeira pelo menos uma notícia falsa sobre a pandemia da Covid19 no Brasil. Esse número representa sete em cada 10 brasileiros. Dentre os resultados, a pesquisa também verificou que há uma verdadeira *infodemia* (epidemia de informações falsas) sobre a Covid19 no Brasil, pois 94% dos entrevistados viram ao menos uma notícia inverídica sobre a epidemia. Outro aspecto que chamou atenção na pesquisa, que também foi realizada com cidadãos italianos e estadunidenses, é que os internautas brasileiros acreditam mais nas informações falsas do que as pessoas de outros países. Por fim, a pesquisa verificou que o WhatsApp e o Facebook são as fontes mais citadas para as informações falsas.

Em virtude desses dados e constatando a disseminação das notícias falsas como um problema social e público, surgiram iniciativas para a conscientização e prevenção das *fake news*, como cartilhas digitais, sites e portais para a checagem de notícias falsas, e uma imensa gama de materiais sobre internet segura e pesquisas científicas acerca da temática.

É essencial destacar que muitas vezes os usuários da internet estão sujeitos às notícias falsas ou tendenciosas não apenas devido à falta de habilidades para pesquisar e verificar as informações recebidas em rede, mas principalmente devido ao fenômeno chamado ‘bolha digital’ (“efeito bolha” ou “bolhas filtradas”). As bolhas digitais se caracterizam por apresentar aos usuários apenas o que é relevante dentro dos parâmetros de suas buscas, pesquisas e acessos. É uma espécie de personalização de tudo aquilo que as pessoas fazem no universo virtual. Para Santaella (2019, p. 13), “mais e mais, o monitor de nossos computadores é uma espécie de espelho unilateral que reflete tão só e apenas nossos próprios interesses, enquanto os algoritmos observam tudo que clicamos”. Dessa forma, as bolhas filtradas acarretam um fechamento contra novos pensamentos, assuntos e informações importantes, promovendo o que Santaella (2019) chama de segregação ideológica, já que a

⁸ Avaaz.org é uma rede para mobilização social global por meio da web onde pessoas de todos os países podem se mobilizar por meio de petições on-line.

retroalimentação de informações dentro das mesmas ideias gera “crenças fixas, amortecidas por hábitos inflexíveis de pensamento, que dão abrigo à formação de seitas cegas a tudo aquilo que está fora da bolha circundante” (SANTAELLA, 2019, p. 15).

A bolha pode proteger a privacidade, já que, por exemplo, cada busca no Google “personaliza o que cada usuário obtém como resposta às suas buscas” (SANTAELLA, 2019, p.15), criando o perfil de cada pessoa a partir de elementos privados e cotidianos e enriquecendo a base de dados da empresa. Isso limita a visão de mundo dos usuários, estreitando seus horizontes. Portanto, se proteger contra *fake news* também diz respeito à consciência crítica das bolhas digitais a qual cada indivíduo pertence e é necessário não apenas estar consciente desses filtros que separam os usuários da diversidade de ideias, mas a tentativa de rompê-los para ter acesso a multiplicidade de conteúdos que a internet pode oferecer.

Além disso, é preciso levar em consideração o fenômeno da pós-verdade. De acordo com Santaella (2019), esse termo, apesar de ter sido utilizado anteriormente, ganhou relevância em 2016 com uma matéria de capa publicada na revista britânica *The Economist*, a qual tratava da torrente de notícias falsas envolvendo a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e do plebiscito *Brexit* na Inglaterra. A matéria evidenciava algo de novo na política: “a verdade já não é falseada ou contestada; tornou-se secundária” (SANTAELLA, 2019, p. 47). Também no ano de 2016, o vocábulo ‘pós-verdade’ foi escolhido a palavra do ano pelo Dicionário Oxford, demonstrando a relevância dessa expressão para sociedade contemporânea. A autora (2019) destaca que:

Quebram-se, assim, para as pessoas, as instituições tradicionais não apenas de transmissão de informação, mas também aquelas responsáveis pela divulgação do conhecimento. Isso tem levado, por exemplo, ao extremo da descrença na crise climática e até as aberrações lastimáveis como a da terra plana de que resultam crenças parcialmente verdadeiras, majoritariamente falsas até a redondamente falsas. Os ambientes cognitivos tornam-se de tal maneira confusos e caóticos que fica muito difícil de lidar e, porventura, controlar a disseminação da pós-verdade cujo poder de proliferação aumenta em situações ultra-partidárias, quando a veracidade ou a falsidade da informação é o que menos importa. Mesmo no caso de artigos com alguma base na realidade dos fatos, os veículos ultra-partidários dão conta de

distorcer formando ecossistemas nebulosos quanto aos fatos, mas potentes na inculcação confirmadoras de crenças. É por isso que, para o professor do MIT, Ethan Zuckerman, não basta checar os fatos. É preciso desmascarar os interesses que estão em jogo por trás desses sites ou posts. (SANTAELLA, 2019, p. 57).

Para a pesquisadora (Santaella, 2019, p. 49), o prefixo “pós”, ao invés de denotar o sentido de ‘depois que verdade tenha sido conhecida’, implica mais em um tempo em que um conceito se tornou irrelevante ou sem importância. A verdade, nesse sentido, tem mais a ver com o poder da crença de cada indivíduo do que com os fatos concretos da realidade social.

Até a data da defesa desta tese, o projeto de Lei nº 2630/2020 (Brasil, 2020) esteve em análise na Câmara dos Deputados. Mais conhecida como ‘Lei das *fake news*’, esse projeto visa regulamentar as redes sociais e os aplicativos de mensagem para combater a desinformação.

A lei poderá obrigar a identificação dos usuários e permitir o rastreamento da origem de cada mensagem, fazendo com que os aplicativos e páginas armazenem os registros de envio por até três meses. As empresas proprietárias das redes sociais terão que possuir sede e representação no Brasil, bem como um código de conduta. As contas com práticas robotizadas deverão ser banidas quando se identificar atuações incompatíveis com ações humanas. Por fim, a Câmara deverá incluir na lei, para sua aprovação, a criação de uma pena para quem dissemina ou financia a produção de notícias falsas.

O processo de alterações no projeto de lei, até a sua efetiva aprovação, não será tranquilo, já que vários setores apontam questões controversas no mesmo. Desde profissionais como comunicadores e jornalista, até plataformas, entidades e usuários realizam críticas que envolvem, por exemplo, o temor de barreiras à liberdade de expressão, o armazenamento de dados e outros.

2.1.2. Vazamento de *nudes*, *Pornrevenge*, pornografia infantil e aliciamento

Em decorrência da amplitude das redes digitais na vida social, crimes envolvendo a dimensão sexual tornaram-se frequentes e acarretam o

surgimento de novos tipos de violência e fenômenos negativos no que se refere ao uso da internet.

Um fenômeno bastante comum emergente do meio digital é o *sexting*. A palavra, que tem origem inglesa é resultado da união das palavras *sex* (sexo) + *texting* (torpedo), descreve a troca de mensagens de cunho erótico e sexual (SAFERNET, 2020). Envolve o envio, a postagem, o recebimento e compartilhamento de conteúdos íntimos (textos, fotos, vídeos), mensagens excitantes ou ainda de imagem de seminu ou nu (*nudes*) por meio do telefone móvel e das mídias eletrônicas (MACEDO, 2018, p. 55).

O termo *sexting* por si só não é considerado um crime virtual, já que compõe um dos exemplos de uso da internet para expressão da sexualidade humana. É uma prática em que as pessoas, sobretudo adolescentes e jovens, usam as redes sociais, aplicativos e dispositivos tecnológicos para produzir e compartilhar imagens de nudez e sexo. Em pesquisa realizada pela SaferNet⁹ em 2009 com crianças e jovens brasileiros, 12,1% admitem já ter publicado fotos íntimas na internet. A expressão envolve também mensagens de texto eróticas com propostas e insinuações sexuais.

A palavra *sexting* indica um distanciamento entre o discurso adulto e a experiência dos mais jovens, pois quando os adolescentes são questionados sobre a prática, nem sempre a conhecem ou a utilizam e, quando reconhecem, não atribuem a ela um valor moral ou de negatividade. Isso revela, por um lado, a necessidade de os adultos compreenderem o que acontece com os usos e com as novas dinâmicas relacionais de jovens e adolescentes na cultura digital e, por outro, a atenção sobre os riscos que essas novas práticas acarretam como o vazamento de *nudes* e outros crimes sexuais.

Com a disseminação dos dispositivos móveis munidos de câmeras e conexão à internet, o que era feito apenas com o recurso de texto hoje pode ser feito com imagens de alta definição, em algumas circunstâncias com compartilhamento em tempo real e síncrono (SaferNet, 2020). Nesse contexto,

⁹ A SaferNet é uma organização sem fins lucrativos que surgiu para o enfrentamento aos crimes e violações aos Direitos Humanos na internet, mobilização e produção de conteúdos e tecnologias de combate aos crimes cibernéticos. Atualmente a SaferNet se consolidou como entidade de referência nacional no enfrentamento de questões relacionadas a segurança e ética digital.

surge o vazamento de *nudes* – imagens de nudez ou seminu enviadas para alguém de suposta confiança.

O risco desse tipo de prática é que, como qualquer outro conteúdo da internet, uma vez que é enviado, mesmo para uma única pessoa, perde-se o controle sobre o material. Pode ocorrer, por exemplo, que aquele que recebeu possa ter o celular furtado, perdido ou invadido por alguém mal intencionado e que pode reproduzir as imagens, gerando dano à vida das vítimas. Além das situações de perda ou roubo, existem casos nos quais os *nudes* são compartilhados sem consentimento e com intuito de prejudicar uma pessoa, cujas imagens (ou vídeos) são repassadas a melhores amigos e pessoas de confiança. Dessa maneira, o que era restrito a uma pessoa passa a circular por toda uma rede, como a escola, o bairro, a cidade e, em se tratando de internet, todo o globo, sem limite de exposição das vítimas.

Com a intensificação da prática do *sexting*, surgiu o fenômeno chamado *porn revenge* (traduzido como pornografia de vingança), que envolve o vazamento do compartilhamento de *nudes* e de conteúdos íntimos após o término de um relacionamento, em que um dos parceiros (geralmente meninos ou homens) torna públicos esses conteúdos sem consentimento e com a intenção de se vingar e causar mal.

É importante destacar que a publicação e compartilhamento de qualquer conteúdo íntimo sem consentimento é crime e não exatamente um tipo de pornografia, mesmo que o agressor publique em sites pornográficos ou que ofereça imagens atreladas a serviços sexuais, especialmente quando ocorre contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes. Mesmo que a motivação inicial não seja prejudicar, nem se vingar após o término de um relacionamento, toda exposição sem autorização é uma violência grave e considerada crime, como será explicitado adiante.

No cenário de crimes sexuais virtuais, a pornografia infantil encontra um terreno fértil no universo digital. A pornografia infantil é uma espécie de violência sexual contra crianças e adolescentes, que envolve qualquer representação através de qualquer meio, de crianças vinculadas em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou qualquer representação dos órgãos sexuais de uma criança para fins primordialmente sexuais (BRASIL, Decreto 5.007, de 08/03/2004).

Porém, é necessário ponderar que é mais apropriado considerar que, ao invés de pornografia infantil – pois na pornografia se supõe atuação voluntária dos participantes na cena – o assunto seja tratado como “imagens de crianças e adolescentes sendo abusados ou imagens de exploração ou violência”, visto que quando envolve imagens de crianças ou adolescentes se trata de abuso ou exploração, e, dessa forma, não são conteúdos de pornografia, mas sim, de crime e violência (SaferNet, 2020).

Há ainda outra forma de crime por meio do ambiente digital: o aliciamento. Os adultos criminosos utilizam o disfarce de um perfil de criança ou adolescente, por meio de uma conta falsa, para se aproximar e envolver a vítima. O contato inicial pode ocorrer em grupos de interesses infanto-juvenis, como grupos *on-line* jogos, desenhos animados, canais de *youtubers*, redes sociais e, em muitos casos, depois da persuasão, chega-se ao envio de fotos íntimas e até ao encontro presencial.

Dessa forma, diante da repercussão ilimitada de conteúdos publicados na internet, ficam evidentes os riscos e os perigos que o seu uso indiscriminado e sem orientação proporciona, especialmente quando se refere à dimensão sexual. Além disso, há outros fenômenos negativos que a cultura digital traz à tona, como os discursos de ódio.

2.1.3. Discursos de ódio e linchamento virtual

A internet e todo seu poder de conectar e proporcionar a expressividade das pessoas, da construção e compartilhamento de saberes e da tão sonhada inteligência coletiva trouxe consigo a possibilidade de que qualquer cidadão que tenha conexão possa participar de qualquer debate público, principalmente nas redes sociais. Qualquer conteúdo ou imagem, qualquer publicação pode ter a participação de pessoas, que podem ser especialistas no assunto ou não.

A opinião, nesse contexto, que antes ficava reservada a grupos íntimos e privados, pode ser manifestada de forma quase que ilimitada, mesmo sem o menor conhecimento especializado do assunto em questão. Assim, todo conteúdo exposto na *web* está sujeito a comentários e à participação de cunho maldoso, discriminatório e criminoso, configurando-se como os chamados discursos de ódio.

Os discursos de ódio (ou crimes de ódio) são formas de violência direcionada a uma pessoa ou a um determinado grupo social. Normalmente, o agressor (ou o grupo) escolhe as vítimas conforme os seus preconceitos e, orientado por esses, coloca-se de maneira hostil contra um modo de ser e agir típico de um conjunto de pessoas que difira de seus conceitos (Macedo, 2018, p.56). As redes sociais digitais permitem que os discursos de ódio sejam cada vez mais comuns. Caracterizam-se por xingamentos, ofensas, acusações ou piadas de cunho preconceituoso, com o intuito de inferiorizar o indivíduo por alguma característica ou ideia apresentada.

De acordo com Macedo (2018):

Entre os motivos de crime de ódio estão: racismo (principalmente ao negro), preconceito de gênero (principalmente homens inferiorizando mulheres), orientação sexual (xingamentos deste tipo são bem comuns aos homossexuais e até aos que não são homossexuais, como forma de inferiorizar este indivíduo), origem (cidade ou países, atribuir inferioridade ou características aos nascidos em determinados locais), grupo social (preconceito aos pertencentes a grupos, por exemplo: os rockeiros, os geeks, os nerds, os funkeiros) (MACEDO, 2018, p. 56).

Ocorre, por vezes, que a partir de uma mensagem que se caracteriza com discurso de ódio contra determinado conteúdo, milhares de pessoas e grupos ‘bombardeiam’ tal conteúdo, caracterizando, assim, o chamado “linchamento virtual”, ofendendo, acusando, julgando e condenando algumas pessoas. O linchamento virtual, que normalmente é repleto de discursos de ódio, pode acarretar consequências danosas para as vítimas. É preciso destacar que o conteúdo desses discursos que envolvem racismo, nazismo, calúnia, injúria, difamação e outros são crimes previstos no Código Penal brasileiro, portanto, por mais que os agressores suponham que a internet seja uma terra sem lei, pois se sentem enganosamente protegidos atrás de uma tela, e acreditando num suposto anonimato, estão sujeitos às penalidades impostas na legislação. E é preciso aplicá-la diante dos crimes virtuais.

Associado ao linchamento virtual acontece também atualmente a cultura do cancelamento, que envolve normalmente os *digital influencers* (influenciadores digitais) e diz respeito a um volume grande de seguidores que

os deixam de seguir, a perda de patrocínios e outros benefícios numéricos e financeiros que suas redes trazem.

Nessa conjuntura dos discursos de ódio, o termo *hater* (odiador, em português) ganhou notoriedade. De acordo com Coimbra e Amaral (2013, p. 07), a expressão tem origem no movimento *hip-hop* norte-americano e é utilizada para categorizar a pessoa que fala mal dos outros nos espaços de interação e conversação da internet.

Os haters são pessoas que violam as regras de gentileza e de comportamento civil pra chamar a atenção. Por isso, o termo hater é tão pejorativo, pois se refere às pessoas que expressam ódio sem justificativa nos espaços de conversação e interação. São sujeitos que não estão abertos ao debate-diálogo construtivo, fazem apenas críticas negativas ao outro, não respeitando a opinião diversa. O hater expressa ódio sem fundamento justificável. Ele quer ser temido e ouvido, e com o surgimento dos sites de redes sociais, ele ganhou voz e visibilidade, devido às características da rede (COIMBRA; AMARAL, 2013, p. 07).

Ademais, existem muitas formas de discurso de ódio veladas com a ideia de bom humor, já que a cultura digital traz consigo novas linguagens e novas formas de se comunicar, como o humor, a *trolagem*, as piadas e os *memes*. Apesar dos *memes* constituírem uma nova linguagem muito popular, muitas vezes podem retratar formas de violência e produzir discursos de ódio, quando, por exemplo, fazem humor com determinados grupos étnicos ou diferentes manifestações de gênero. Tudo pode se tornar motivo de riso e ironia, desde que não fira a dignidade de pessoas e nem transgrida a lei. As notícias paródicas (SANTAELLA, 2019) promovem o riso e o entretenimento fácil.

O problema aparece quando escorregam para o preconceito ou para a mentira. Nesse caso, o riso sadio se converte em riso cúmplice. Além disso, há tipos de paródias que, por não serem compreendidas como tal, podem produzir efeitos indesejáveis (SANTAELLA, 2019, p. 34).

Por isso, é preciso ter um olhar crítico diante dos conteúdos, que, a princípio, parecem ter uma aparência engraçada e bem humorada, até inocentes, mas que no fundo são reprodutores de preconceitos e violências. Discursos de ódio revestidos de piada e *cyberbullying* são fenômenos bem

próximos, contudo o último possui características mais específicas, como será explicitado na próxima seção.

Outros crimes virtuais também são muito comuns no cenário atual, como o roubo de dados e senhas (chamados *phishing*). Macedo (2010, p. 69) esclarece que esse crime é feito por meio do envio de arquivos maliciosos que capturam dados pessoais dos usuários, como senhas e arquivos privados como fotos, e tem o objetivo de obter informações e dados pessoais através de mensagens falsas para tirar algum proveito, sobretudo financeiro. Os criminosos normalmente visam conseguir nomes de usuários e senhas de um *site* qualquer, mas também de dados de contas bancárias e cartões de crédito e, assim, realizam compras ou fazem ameaças com fotos os conteúdos íntimos e pessoais da vítima.

Diante dos crimes e riscos do universo virtual aqui expostos (apenas alguns do complexo cenário da cultura digital), é preciso reconhecer a dimensão pública dos diversos ambientes da internet e que há diferenças entre os comportamentos dentro e fora das redes digitais, mas isso não significa que a internet é sempre mais danosa ou arriscada. Assim como em qualquer ambiente frequentado por muitas pessoas, na internet é possível estar exposto a um conjunto de riscos e perigos, onde é preciso ter habilidades para lidar com eles.

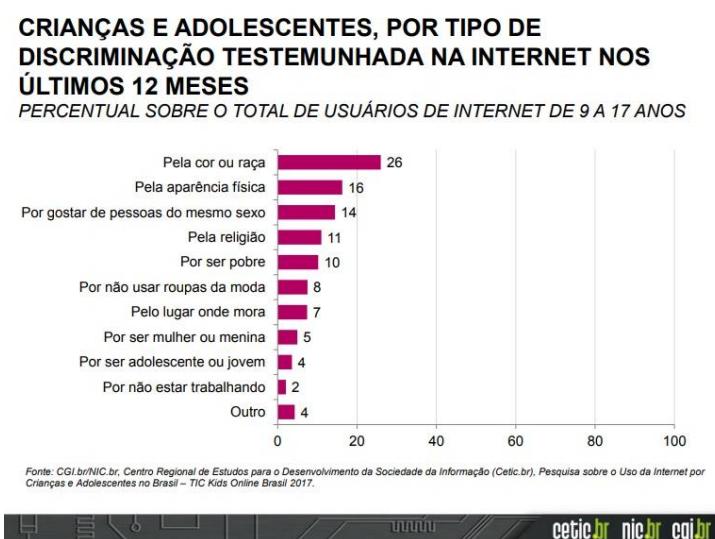
Por exemplo, a habilidade instrumental que crianças e adolescentes têm de usar os botões do celular ou do tablet não garante que tenham condições de reconhecer os riscos que correm. Da mesma forma que uma criança de 5 anos não conseguirá reconhecer todos os potenciais riscos ao frequentar uma rua movimentada, nem sempre ela perceberá os riscos on-line (SaferNet, 2020).

Na internet, é preciso saber distinguir as situações de risco potencial dos danos efetivos, já que uma publicação imprópria não é necessariamente uma publicação danosa.

Os conteúdos impróprios, por exemplo, seriam conteúdos e expressões que soam desrespeitosas para alguns usuários e para outros não, sob o argumento de que as pessoas possuem valores, culturas, credos e pontos de vista diferentes, sendo necessário ponderar a liberdade de expressão de cada um no ambiente de diversidade. Já a publicação danosa seria aquela que causa algum dano ao discriminar e violentar pessoas ou grupos, violando seus direitos fundamentais (SaferNet, 2020).

Conforme o levantamento realizado pela Cetic.br¹⁰ (2017) com usuários de internet de 9 a 17 anos, 39% delas viram alguém ser discriminado na internet nos últimos 12 meses. Esse mesmo estudo apontou que o percentual do tipo de discriminação testemunhada por crianças e adolescentes é variado, como demonstra o quadro:

Figura 5: Crianças e adolescentes, por tipo de discriminação testemunhada:



Fonte: TIC Kids online Brasil, 2017.

Com os dados apresentados na pesquisa, é possível verificar a necessidade cada vez maior das crianças e adolescentes poderem distinguir as situações de risco potencial e os danos efetivos, assim como construir habilidades para navegar pelos diferentes ambientes da internet em segurança, sem ser discriminado e sem testemunhar discriminações ou violências.

Além das leis que regulam a internet, é preciso lembrar que as redes sociais oferecem instrumentos de denúncia e remoção de conteúdos que ferem as leis. Por isso, a escola se impõe como um campo essencial para que

¹⁰ O Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) tem o objetivo de monitorar a adoção das tecnologias de informação e comunicação no Brasil. O Cetic.br produz indicadores e monitora o acesso, o uso e a apropriação das tecnologias de informação e comunicação no Brasil desde 2005, por isso sua importância.

crianças, jovens e adultos possam não apenas navegar com segurança, mas proteger a si mesmos e aos que o cercam, agindo no reconhecimento dos riscos e atuando na prevenção e no combate de todas as formas de violência virtual. Nesse sentido, a Educomunicação é capaz de apontar caminhos para um trabalho educativo diante desses novos riscos e desafios que a cultura digital traz.

No tópico a seguir será feito um aprofundamento sobre o conceito de *cyberbullying*, objeto deste estudo, e como ele se distingue dos outros fenômenos negativos que surgem na cultura digital. É importante marcar essa distinção, pois comumente há um equívoco por parte da sociedade em tratar como *cyberbullying* outras formas de violência virtual, e o contrário também.

2.2 O FENÔMENO CYBERBULLYING

Em 2016, um jovem irlandês de 13 anos, chamado Luke Culhan, sofria constantemente agressões virtuais por causa de sua aparência e seu jeito de ser, mas a forma como o jovem reagiu a esses insultos foi surpreendente. Luke criou um vídeo, intitulado *Create no hate*¹¹, demonstrando os efeitos das agressões representando-os com uma marca física. A cada ofensa, o menino ilustrava sua dor com a simulação de um olho roxo, um braço ferido e um nariz sangrando. No vídeo, que já teve mais de 280 mil visualizações, o garoto afirma que 100% dos adolescentes já responderam afirmativamente a um desses questionamentos: você já agrediu virtualmente alguém? Já foi agredido? Já testemunhou alguma agressão?

Esse caso alerta o quanto o *cyberbullying* é comum na vida de crianças e jovens, e demonstra um exemplo de como é possível criar interessantes estratégias de resposta e superação das vítimas para as experiências de agressões virtuais, já que a maioria dos casos normalmente é silenciada por crianças e jovens, que normalmente precisam lidar com esse tipo de violência sem o conhecimento e apoio da família e da escola.

O *bullying*, embora não seja um fenômeno novo, pois a violência dentro do espaço escolar sempre existiu, vem sendo objeto da atenção de

¹¹ O vídeo pode ser acessado no endereço: <https://youtu.be/MV5v0m6pEMs>

pesquisadores e educadores nas últimas décadas. É uma expressão de origem inglesa que representa atos de violência física ou psicológica e efetuados em uma relação desigual de poder. É caracterizado por ações agressivas feitas por um estudante contra outro de forma intencional e repetitiva. Conforme Fante (2011), a grande maioria dos casos de *bullying* acontece no interior do espaço escolar.

O fenômeno do *bullying* é considerado como um comportamento cruel intrínseco nas relações interpessoais de crianças e adolescentes, “em que os mais fortes convertem os mais frágeis em objetos de diversão e prazer, através de ‘brincadeiras’ que disfarçam o propósito de maltratar e intimidar” (FANTE, 2011, p. 29). Embora existam vários estudos contribuindo com diferentes definições, todas convergem para uma característica em comum: a incapacidade de defesa das vítimas. Outra característica que diferencia o *bullying* de uma brincadeira de mau gosto é a repetição, pois é a recorrência da agressão, inúmeras vezes, que define o fenômeno.

O *cyberbullying* é uma espécie de desdobramento do *bullying*, porém, realizado no ciberespaço. Para Maldonado (2011, p. 61), o *cyberbullying* é a “prática de crueldade *on-line*”, pois, com o rápido desenvolvimento das tecnologias, os agressores criaram outras formas para atormentar as suas vítimas.

O *cyberbullying* constitui uma nova expressão do *bullying*, enquanto agressão, ameaça e provocação de desconforto, premeditadas e repetidas, realizadas com recurso de dispositivos tecnológicos de comunicação, tais como o e-mail, o chat, o blog, o telemóvel, etc., contra uma vítima de estatuto semelhante, mas que tem dificuldades em defender-se (AMADO *et al*, 2009, p. 303).

A violência virtual, ou *cyberbullying*, possui características bastante específicas. Por se apoiar nas tecnologias da informação e comunicação, esse fenômeno transcende as fronteiras de tempo e espaço pessoal e físico e se assenta não no domínio da força física, mas em outras fontes de poder aliadas às competências digitais no domínio das tecnologias. Isso modifica o perfil do agressor.

Além disso, a invisibilidade e o suposto anonimato tornam difícil identificar o agressor. Se, no caso do *bullying*, o autor do ataque normalmente é conhecido, no *cyberbullying* o agressor pode continuar no anonimato por

muito tempo (MALDONADO, 2011, p. 63). É por essa dificuldade de localizar o agente da agressão ou o local em que ocorre que o *cyberbullying* é considerado, para a autora, como um *fenômeno* ‘sem rosto’ ou com ‘uma face oculta’. Assim, a defesa se torna difícil, uma vez que nem mesmo se sabe quem é o agressor. Acrescente-se a isso a imensa dificuldade no monitoramento dos casos e dos comportamentos de violência virtual, bem como a falta de uma legislação específica, políticas e ações preventivas (AMADO *et al*, 2009).

O *cyberbullying* tem as consequências amplificadas, pois os insultos podem se propagar facilmente e com uma velocidade gigantesca pelo espaço virtual. De acordo com Maldonado (2011, p. 64), no *cyberbullying*, além da extensão da propagação das mensagens, pode existir uma perseguição implacável e sistemática nas redes sociais: “Não há mais refúgio em que a pessoa possa se sentir protegida dos ataques, nem mesmo em sua própria casa, em seu espaço de privacidade” (MALDONADO, 2011, p. 64).

Enquanto o *bullying* tem como um dos principais elementos a repetição, no *cyberbullying* essa característica é substituída por outro elemento, próprio da cultura digital: a imensa velocidade de propagação na internet. Em poucos segundos uma mensagem pode atingir uma plateia incalculável, o que potencializa também os sentimentos de exposição, vergonha e humilhação das vítimas. E, para além das agressões, o ciclo de agressões tende a se expandir, pois é provável que a vítima de hoje, se não for amparada, se torne o agressor de amanhã.

O caso de Luke chama a atenção na medida em que a própria vítima produziu uma resposta à agressão sofrida. Da mesma forma, uma jovem americana de 15 anos, chamada Trisha Prabhu, criou um aplicativo para impedir o *cyberbullying*. Chamado *ReThink*¹², o aplicativo detecta uma mensagem potencialmente agressiva e alerta o usuário que irá enviá-la, sugerindo que ele repense. Ela teve essa ideia após ter se sentido incomodada com o *cyberbullying* que uma colega estava sofrendo.

Esses são casos animadores, pois revelam que existe a possibilidade de superação dessa experiência tão negativa na vida de crianças e jovens. É

¹² O acesso ao aplicativo pode ser feito através do endereço: <http://www.rethinkwords.com/>

preciso considerar, contudo, que diversos outros episódios são omitidos pelas vítimas, gerando consequências irreversíveis, como os frequentes casos de suicídio (Maldonado, 2011).

Na maioria das situações, as vítimas não conseguem se defender das agressões virtuais, como foi o caso amplamente divulgado pelos meios de comunicação¹³ de Julia Gabriele, de 12 anos. A da menina brasileira em 2013 foi vítima de *cyberbullying* promovido por páginas de humor de uma rede social, que a insultaram devido aos pelos de sua face. Além da exposição em páginas de humor, as agressões foram parar em seu perfil pessoal e Julia teve que fechar sua conta, mesmo após diversos apelos para que as pessoas parassem com as ofensas. Na sua última postagem, ela escreveu: “vocês fazem piada de mim e vão esquecer de mim daqui uma semana, já eu irei lembrar das palavras que vocês usaram para sempre”. De fato, quem agride, mesmo que irrefletidamente ou com intenção de fazer graça, esquece, mas quem sofre a agressão não esquece nunca, podendo levar marcas do episódio ao longo da vida.

O fenômeno do *cyberbullying* se manifesta no espaço virtual por meio de diversas formas, como injúria, difamação, ofensa, falsa identidade, calúnia, ameaça, racismo, constrangimento ilegal e até mesmo incitação ao suicídio (Felizardo, 2010). Para Maldonado (2011, p. 65), os insultos predominantes são baseados em preconceitos e práticas discriminatórias relacionadas à etnia, gênero e orientação sexual.

Em uma pesquisa realizada pela SaferNet Brasil em 2013, identificou-se que 12% dos participantes tinham sido vítimas de *cyberbullying*. A segunda situação mais temida por eles foi sofrer *cyberbullying*, atrás somente do medo de violência sexual. A SaferNet também possui um serviço chamado Canal de Ajuda para orientar a respeito de crimes e violações de Direitos Humanos na internet de forma anônima e sigilosa. Em 2017, os principais tópicos do atendimento no Canal de Ajuda¹⁴ foram (por ordem de quantidade de atendimentos): intimidação/discriminação/ofensa, problemas com dados

¹³ Informação noticiada pelo site: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-caso-de-julia-gabriele-11-anos-execrada-publicamente-nas-redes-sociais-por-causa-de-sua-sobrancelha/>

¹⁴ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/pesquisa-e-inovacao/noticia/2018-02/discursos-de-odio-e-pornografia-infantil-sao-principais-desafios>

pessoais, *sexting*/exposição íntima, fraude/golpes/e-mail falso, e conteúdos de ódio/violentos.

De acordo com Maldonado (2011, p. 65-67), existem outras maneiras de manifestar comportamentos de *cyberbullying* como, por exemplo, criar comunidades do tipo “eu odeio” nas redes sociais, alimentando agressividade e ódio contra uma pessoa ou uma instituição; adicionar comentários maldosos em publicações alheias, assim como compartilhar publicações maldosas de outras pessoas; xingar, ameaçar, espalhar boatos com intuito de ofender, difamar ou depreciar alguém; filmar e divulgar imagens de uma pessoa em situação constrangedora; roubar a senha de alguém ou se fazer passar por outra pessoa com intenção de prejudicá-la; e criar concursos hostis que elejam, por exemplo, a pessoa mais feia da turma. São, portanto, muitas as maneiras de praticar o *cyberbullying*. A própria violência com aspecto de brincadeira é uma forma de *cyberbullying* muito recorrente, e, por isso, diferenciar brincadeira de violência também se constitui como um grande desafio.

Em uma situação de *cyberbullying* (e também de *bullying*) três personagens estão envolvidas: os agressores, as vítimas e as testemunhas. Vale destacar que as testemunhas, que muitas vezes são aquelas pessoas que publicam, filmam, editam ou compartilham, são participantes e podem ser consideradas agressoras. Por outro lado, uma vítima pode se tornar agressora ao responder e atacar com a mesma violência seu agressor, assim como um agressor pode se tornar vítima de *cyberbullying* quando é atingido com violência igual a que causou. Os papéis ou personagens em um caso de *cyberbullying*, assim, não são fixos e estanques, podendo se modificar ao longo do tempo.

Profissionais da SaferNet (2000) chamam atenção para a existência do chamado *Self-cyberbullying* (auto-*cyberbullying*), um fenômeno preocupante que requer a intervenção de profissionais, educadores e famílias. O auto-*cyberbullying* acontece quando uma criança ou adolescente cria materiais deprecativos sobre si nas redes sociais. Embora não seja muito comum, o fenômeno surge com certa frequência e pode estar associado à depressão, autodepreciação ou tentativa de provar a posição social entre pares (Figueiredo e Matos, 2018). A referida ONG também ressalta que alguns tipos de violência virtual, mesmo que devam ser tratadas com seriedade, não são

exatamente *cyberbullying*, como por exemplo, casos únicos de rejeição ou desagrado, ato isolado de desrespeito, agressão ou intimidação aleatória e episódios de briga ou desentendimento.

A pesquisa TIC Kids Online, vem, desde 2012, gerando evidências sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil. Os dados das pesquisas de 2012 até 2017 apontam para um crescimento de ofensas recebidas pela internet por crianças e adolescentes de 9 a 17 anos. Em 2014, foram 15%; em 2015, 20%; em 2016, 23%; e em 2017, foram 22% os que apontaram que foram tratados de forma ofensiva nas redes. A pesquisa também apresentou um aumento dos casos à medida que aumenta a idade, sendo mais presente com adolescentes entre 13 e 17 anos (TICKIDS, 2018).

A plataforma U-Report¹⁵ do UNICEF Brasil realizou em 2016 uma pesquisa que apresentou as opiniões de adolescentes e jovens sobre o *cyberbullying*. Dos 282 entrevistados, 78% afirmaram ter sofrido algum tipo de violência pela internet, com destaque para ofensas em publicações *on-line*. Ao serem questionados sobre os meios para enfrentar o problema, 45% apontaram os próprios adolescentes como principais agentes no combate à essa prática, seguido pelas escolas, com 34% das respostas. Dos adolescentes participantes, 35% admitem nunca ter recebido qualquer informação para lidar com o *cyberbullying*, e dentre os que tiveram acesso, a primeira fonte é a imprensa, seguida pela escola. Outro dado interessante é que, embora a escola não seja a principal fonte de informações sobre o *cyberbullying*, 85% deles aconselhariam uma vítima a buscar ajuda com os professores ou familiares (U-REPORT, 2016).

Diante do número crescente de casos de *cyberbullying*, verifica-se a importância do debate de como a escola pode contribuir no diagnóstico, prevenção e criação de habilidades comunicativas para que as vítimas evitem e reajam às agressões sofridas no ciberespaço. Espera-se que, por meio da criação de ecossistemas educacionais, seja possível reverberar reações ao *cyberbullying*, como fez o menino Luke, ajudando assim as vítimas a superarem a experiência, e para que sirvam de modelo e instrumento de prevenção em casos futuros.

¹⁵ O U-Report é um espaço promovido pela UNICEF Brasil para dar voz a adolescentes e jovens por meio dos canais que eles já utilizam, procurando torná-los agentes de mudanças.

2.2.1O cyberbullying no contexto da cultura digital

Em tempos de fenômeno cyberbullying, das dificuldades em delimitar as fronteiras entre público *versus* privado, bem como vigilância *versus* transparência, a educação tem a laboriosa atribuição de problematizar os fenômenos da sociedade hiper conectada. No atual estágio da difusão tecnológica, é preciso superar as categorias maniqueístas que se limitam a exaltar ou limitar as potencialidades das redes digitais. Torna-se indispensável que a sociedade (especialmente no âmbito educacional e familiar) comprehenda esses fenômenos de forma crítica, para a construção de habilidades e saberes em que as crianças e os adolescentes atuem de maneira cidadã e ética, seja no espaço virtual ou nas relações presenciais.

Diante da disseminação das tecnologias digitais em todos os espaços sociais, a sociedade precisa avançar em temas como ética, privacidade, segurança e transparência. De acordo com Maldonado (2011, p. 69), a revolução tecnológica precisa vir acompanhada de uma revolução da consciência de que a humanidade é uma grande família com aproximadamente seis bilhões de membros habitando uma única casa coletiva, o planeta Terra. Para tanto, é preciso incluir nos currículos escolares conteúdos que abordam o respeito à diversidade, a liberdade de expressão, a justiça social e a cultura participativa.

A construção de ecossistemas educomunicativos se revela como um mecanismo eficaz para desenvolver um trabalho que envolva as questões propiciadas pela cultura digital, preparando os estudantes para a compreensão de todas as mudanças e desenvolvendo noções sobre ética e cidadania. Isso para que se possa chegar a uma cultura participativa em que crianças, jovens e adolescentes compreendam e superem os fenômenos negativos exacerbados pela cultura digital e possam estar em segurança.

Questões como, por exemplo, a vigilância ubíqua e o monitoramento dos dados por governantes e empresas de tecnologia da informação e comunicação merecem ser compreendidos neste novo contexto. Conforme Ferrés i Prats, é preciso considerar os limites entre transparência e

interatividade, pois a aparência de liberdade que o novo ambiente comunicativo digital possui oferece riscos. “Atrás dos encontros virtuais propiciados pelas redes sociais entre pessoas ou entre instituições está o sistema, o assédio, controlando para tirar benefícios, rentabilizando o investimento” (FERRÉS I PRATS, 2014. p. 273)

As mídias sociais, por exemplo, se transformam em proprietárias das informações e dados pessoais de milhões de pessoas, como interesses, preferências, identidades, relacionamentos e ideologias. As empresas que detêm essas informações comercializam-nas para os mais diversos fins. Essas instituições utilizam as redes digitais para explorar as emoções dos usuários e canalizá-las na direção conveniente de seus interesses, buscando o controle e a manipulação das populações. As redes digitais criam uma espécie de “comunidade de marcas” (FERRÉS I PRATS, 2014, p. 275), oferecendo a possibilidade de estabelecer vínculos entre usuários que compartilham dos mesmos gostos, paixões e preferências. Tais vínculos transformam os usuários em consumidores que não apenas pagam o anunciante, mas realizam uma propaganda gratuitamente, beneficiando a venda do produto.

O armazenamento de dados por algumas empresas da área de tecnologia da informação – Facebook e Google – funcionam quase como um serviço secreto. Um estudo realizado pelo filósofo da Universidade de Berlim, Byung-Chul Han, constatou que a empresa americana Acxiom, que detém informações pessoais sobre mais de 300 milhões de norte-americanos, é mais bem informada que o FBI e a receita federal dos Estados Unidos (HAN, 2013). Ainda de acordo com o estudo, o panóptico digital se assenta não mais na biopolítica disciplinar, conforme postulada por Foucault, mas na psicopolítica da transparência e no psicopoder. O domínio sobre os dados dos usuários da rede digital não se limita apenas à questão da existência de um mercado voraz. Instituições governamentais também utilizam as informações para controlar e monitorar os cidadãos. Por essas razões, a sociedade da informação vive uma profunda crise em torno da confiança, pois o sistema social se baseia no controle virtual.

São registrados todos os meus cliques no teclado. Todos os meus passos podem ser reconstruídos retrospectivamente. Deixamos impressões digitais por todo o lado. A rede assegura uma reprodução exata da nossa vida digital. A possibilidade de uma protocolização

total da vida torna inteiramente caduca a confiança, que é substituída pelo controle. Em vez do Big Brother, temos agora os big data (HAN, 2013, p. 85).

Além disso, a proteção e a privacidade na rede estão ameaçadas pelo crescente aumento de crimes virtuais. Embora se reconheça a importância do *hackativismo*¹⁶, a emergência de novos perfis de usuários como *trolls*, *crackers*, *hater* e, *stalkers*¹⁷, coloca em risco as informações da vida particular e de uma pretensa segurança no mundo virtual.

A falta ou as recém-chegadas legislações específicas para crimes virtuais, o domínio de certas habilidades tecnológicas por muitos usuários e a ideia de um suposto anonimato possibilitaram a expressividade de certos grupos de pessoas cujo propósito é disseminar ideias violentas, autoritárias e excludentes, como visto anteriormente. A própria existência de uma *deepweb*¹⁸, comprova o quanto obscuras podem ser as redes digitais.

Outro dilema proveniente da cultura digital é a “subjetividade pavoneada” (HAN, 2013) no mundo virtual. A superexposição das pessoas nas mídias sociais é um aspecto que deve deter a atenção da sociedade, especialmente em relação à cultura infanto-juvenil, pois os cenários virtuais são fatores socializadores e de forte influência na construção das identidades. Vivemos em um mundo onde padrões identitários passam cada vez mais a ser reproduzidos pelos meios de comunicação, de maneira ainda mais cruel no universo infanto-juvenil. Padrões de beleza e de aparência são determinantes,

¹⁶ *Hackativismo*: A expressão é atribuída a hackers que desenvolvem e manipulam códigos fonte e bits para fomentar ideologias políticas, como a liberdade de expressão e os direitos humanos e assim atingir muitas pessoas.

¹⁷ *Trolls*: designa o usuário que provoca e transtorna a vida de outras pessoas contrárias às suas opiniões, com comentários agressivos e perseguidores.

Crackers: indivíduos que praticam a quebra de um sistema de segurança de forma ilegal ou sem padrões de ética. Geralmente é associado a roubo e ao vandalismo praticados no mundo virtual.

Haters: A palavra significa “os que odeiam”. A expressão é utilizada para classificar pessoas que praticam violência virtual e *cyberbullying*.

Stalkers: Tem origem na palavra inglesa que significa “perseguidor”. Designa indivíduos que acompanham, perseguem e importunam persistentemente e de forma inconveniente outra pessoa.

¹⁸ *Deepweb*: o termo significa “internet profunda” e diz respeito a atividades e conteúdos ilegais e obscuros, como venda de drogas, armas, pornografia infantil ou diversas outras atividades proibidas.

sobretudo em uma realidade onde boa parte das crianças sonha em ser *youtuber*.

Aos rigorosos e cruéis padrões de beleza estão associadas várias patologias relacionadas à aparência física e transtornos alimentares. Atualmente, novas doenças, como, por exemplo, a *dismorfia de snapchat*, afetam, sobretudo, crianças e adolescentes e estão relacionadas ao uso excessivo de filtros e também ao aumento do número de cirurgias plásticas. De acordo com a Associação Nacional de Hospitais Privados, houve um aumento de 141% de cirurgias plásticas em adolescentes¹⁹.

Conforme Barroso (2014), a transição das redes sociais tradicionais para espaço digital possibilita que a comunicação gratifique as pessoas com um presente imediato que amplifica os círculos de relações mútuas. “Junto a este vasto campo de oportunidades, também se abre um território para os riscos, em que as incertezas, a violação da confiança e os enganos são fatores reais” (BARROSO, 2014, p. 230). Para o autor, a necessidade de se afirmar se vincula com um grupo de referência e de um sentimento de pertença, que envolve uma espécie de retroalimentação da identidade.

Por outro lado, a redes digitais amplificam os potenciais comunicativos, contribuindo com a noção de pertencimento e participação em determinados grupos. Contudo, para Han (2013), o universo digital traz também uma nova forma de escravidão e coação, em que a narrativa perde a importância e tudo é calculado pela contagem de ‘curtidas’, revelada atualmente pela busca intensa de algumas pessoas por serem um *influenciador digital*, por número de acessos, visualizações, curtidas e compartilhamentos. Conforme Han (2013), a superexposição pode ser definida como uma corrida narcísica e é explicitada pela tentativa de ostentar uma felicidade compulsória em situações bastante comuns, para ter uma boa avaliação nas mídias sociais. A superexposição e a expectativa por ‘curtidas’ podem ser facilmente reconhecidas ao navegar em mídias sociais, como Facebook, Instagram e Twitter. Muitos aplicativos possuem mecanismos de avaliação e pontuação, confirmando a tendência apontada por Han (2016, 2013) e Santaella (2016) de que as pessoas são quantificadas e transformadas em mercadoria no mundo digital.

¹⁹ <https://www.anahp.com.br/noticias/noticias-do-mercado/cirurgias-plasticas-em-adolescentes-crescem-141-nos-ultimos-dez-anos/>

É evidente a centralidade que as tecnologias digitais ocupam na vida contemporânea, gerando paradoxos que impactam diferentes dimensões da existência, como a privacidade, o controle, a ética e a cidadania. A era da hiper conexão instaura novas técnicas de poder, com novos mecanismos de controle e vigilância, criando uma profunda crise de liberdade e de privacidade. Nesse contexto, a coação voluntária do “panóptico digital” e o excesso de exposição culminam em patologias psíquicas que afetam intensamente a sociedade contemporânea (Han, 2017; 2016). Isso revela a importância de se discutir novos pilares éticos perante a difusão das redes digitais, onde a educação se sobrepõe como uma estratégia fundamental para conscientizar e instrumentalizar os usuários enquanto cidadãos da cultura virtual.

Em um país com um território de proporções continentais como o Brasil, é preciso reconhecer as diferenças regionais, sociais e econômicas no acesso e na participação da cultura digital por parte da população. Mesmo assim, há que se admitir também que boa parte da população de crianças e jovens brasileiros estão intensamente conectados à internet, imersos na cultura digital de seu tempo, principalmente por meio de dispositivos móveis, participando, se expressando, aprendendo, curtindo, se expondo, ensinando, consumindo e produzindo conteúdo.

Conforme a pesquisa *TIC Kids Online Brasil* (Cetic/UNESCO), 68% das crianças e adolescentes de 9 a 17 anos de idade usam a internet mais de uma vez por dia. O dado indica a necessidade de a educação passar a promover propostas que problematizem este novo cenário, que tanto atrai crianças e jovens e que afeta diretamente a sua formação humana e cidadã.

Em consequência de fenômenos tão relevantes da cultura digital e com o crescimento da conexão de crianças e jovens no mundo virtual, a escola é desafiada a repensar seus paradigmas e forçada a reconhecer que já não é o espaço exclusivo de construção de saberes (Martín-Barbero (2004, 2011, 2014); Orozco-Gomez (2011, 2014)). Assim, a escola pode recuperar seu sentido ao propor uma formação cidadã e ética, possibilitando não apenas ressignificar sua própria função, mas ser um germe de mudança global.

Diversos autores concordam que a educação é uma estratégia para a superação do ‘mal-estar’ que a sociedade está enfrentando com a cultura digital (Floridi (2015); Couto (2014); Borges e Ceccim (2015), Santaella (2013,

2016a, 2016b); dentre outros). Tais pesquisas corroboram a necessidade de abordar a interface educação e comunicação digital para analisar a influência das redes, levando em conta seu forte viés econômico e político.

Sendo assim, não são simples os desafios da educação frente aos dilemas da cultura digital, já que é preciso formar crianças e jovens para a compreensão das contradições do universo tecnológico, para que esses possam agir de forma segura e transformadora com os recursos que as tecnologias digitais oferecem. Por isso, o campo da Educomunicação tem problematizado questões complexas e procedentes da cultura digital, no esforço de oferecer pistas de como trabalhar as dimensões éticas e cidadãs das tecnologias no campo educativo, como veremos adiante.

Questões como o controle e a vigilância ubíqua, o monitoramento e comercialização de dados pessoais dos usuários, a exposição exacerbada da vida privada nas mídias sociais, os discursos de ódio e a violência virtual, o desconhecimento dos usuários a respeito dos riscos e consequências, a falta de uma dimensão ética e cidadã do desenvolvimento das tecnologias, entre outros, desafiam futuros professores e pesquisadores a abordarem com dedicação essa temática. Apesar do estudo sobre a cultura digital ser crescente no meio científico, ainda é preciso considerar os seus impactos sobre a subjetividade humana, tão fortes e tão desconhecidos, exigindo dos pesquisadores uma atenção criteriosa, ética e comprometida.

2.2.2 Aspectos legais em torno do *cyberbullying*

Em face da seriedade da temática do *cyberbullying*, é preciso conhecer os aspectos jurídicos e as consequências para os agressores. Antes, é essencial destacar que o Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil (Brasil, 1990) traz a noção de proteção integral aos direitos humanos de crianças e adolescentes. No Capítulo II, que trata do *Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade*, o Estatuto garante que:

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

- I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;
- II - opinião e expressão;
- III - crença e culto religioso;
- IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;
- V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;
- VI - participar da vida política, na forma da lei;
- VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor (BRASIL, 1990).

Podemos observar que há mais de três décadas os direitos básicos das crianças e adolescentes estão garantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Direitos esses que estão intimamente relacionados em situações de *cyberbullying*, como por exemplo, ao respeito e dignidade, a opinião e expressão, à garantia da integridade física, psíquica e moral, bem como à preservação da imagem e das ideias.

Por conseguinte, enquanto sujeitos de direitos, crianças e adolescentes não podem ser considerados apenas tutelados pelos pais e responsáveis, mas também protagonistas de direitos e deveres. Conforme o ECA, são considerados adolescentes pessoas entre doze e dezessete anos e podem ser responsabilizados civilmente, junto com os pais, pelos atos praticados quando transgridem alguma lei. No caso de prática de *cyberbullying*, por exemplo, o adolescente pode ser convocado pelo juizado da infância e juventude e conduzido a prestar medidas socioeducativas. Ainda, os pais ou responsáveis podem ser responsabilizados e intimados a pagar indenizações por danos morais e, de acordo com o Art. nº 932 e Art. nº 933 do Código Civil, os pais são responsáveis pela reparação civil dos danos causados pelos seus filhos.

O *cyberbullying* também se refere a diferentes tipos de crimes previstos no Código Penal brasileiro quando praticado por um adulto. Enviar mensagens racistas contra uma pessoa na internet, por exemplo, pode ser relacionado a injúria racial, infração prevista no Art. 140 do Código Penal. Outra situação de *cyberbullying* pode envolver o ato infracional equivalente ao crime de ameaça (que corresponde ao Art. 147do Código Penal) ou condutas associadas ao crime de difamação (Art. 139do Código Penal) quando ocorre ofensa à reputação de alguém com mensagens vergonhosas, humilhantes e que ferem

a dignidade da pessoa exposta (SaferNet, 2020). As práticas de *cyberbullying* normalmente estão associadas aos crimes de Ameaça (Art. 147 do Código Penal); Calúnia (Art. 138 do Código Penal); Difamação (Art. 139 do Código Penal); Injúria (Art. 140 do Código Penal) ou Falsa Identidade (Art. 307 do Código Penal).

O Senado Federal lançou um material²⁰ intitulado “Os sete tipos mais comuns de *bullying* virtual que você pode denunciar”. São eles: calúnia, difamação, injúria, ameaça, constrangimento ilegal, falsa identidade e molestar ou perturbar a tranquilidade. Todas essas formas de praticar *cyberbullying* estão previstas no Código Penal e configuram-se, portanto, como crimes passíveis de pena de detenção e multa.

Ainda em termos de legislação contra o *bullying* e o *cyberbullying*, o Brasil teve um avanço ao criar a Lei Federal nº 13.185, sancionada em novembro de 2015 pela Presidenta Dilma Rousseff, que institui o Programa de Combate a Intimidação Sistemática (nome técnico do *bullying*) em todo o país. O *cyberbullying* está inserido na Lei no inciso VIII do Artigo 3º, como uma das classificações das ações de Intimidação Sistemática praticadas, caracterizada como *virtual*: “depreciar, enviar mensagens intrusivas da intimidade, enviar ou adulterar fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social” (Brasil, 2015). Entre os objetivos do Programa explicitados no artigo 4º da Lei nº 13.185, destacamos os seguintes:

II - capacitar docentes e equipes pedagógicas para a implementação das ações de discussão, prevenção, orientação e solução do problema; III - implementar e disseminar campanhas de educação, conscientização e informação; VI - integrar os meios de comunicação de massa com as escolas e a sociedade, como forma de identificação e conscientização do problema e forma de preveni-lo e combatê-lo; IX - promover medidas de conscientização, prevenção e combate a todos os tipos de violência, com ênfase nas práticas recorrentes de intimidação sistemática (*bullying*), ou constrangimento físico e psicológico, cometidas por alunos, professores e outros profissionais integrantes de escola e de comunidade escolar (BRASIL, 2015).

Como fica notório, cabe ao espaço escolar a responsabilidade de criar estratégias para a superação do *bullying* e garantir a eficácia da lei, envolvendo

²⁰ <https://senadofederal.tumblr.com/post/141837011027/7-tipos-mais-comuns-de-bullying-virtual-que-voc%C3%AA>

a prevenção de práticas, a capacitação de educadores, a implementação de projetos e práticas educativas e a integração dos meios de comunicação com a escola e a sociedade. A lei possibilita a criação de ações para a consolidação de uma cultura de respeito e de paz, envolvendo crianças, adolescentes, jovens, famílias e comunidade em tais práticas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente pontua que professores e profissionais da saúde não podem se omitir quando tomarem conhecimento das situações e têm o dever de informar às autoridades os casos envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes. Assim, mais do que apenas atuar na prevenção, as instituições precisam proteger as vítimas e comunicar às famílias quando souberem de casos de violação da Lei.

Outra conquista importante para a segurança digital foi a implementação da Lei 13.718 de 2018, que prevê como crime no Código Penal Brasileiro o compartilhamento de imagem íntimas de pessoas sem a sua autorização. Anteriormente, a Lei 12.737 de 2012, conhecida como a lei “Carolina Dieckmann”, já tipificava como crime a invasão de dispositivos eletrônicos para aquisição de dados pessoais e particulares de outras pessoas: “invadir dispositivo informático alheio, conectado ou não à rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de segurança e com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo ou instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita”.

Por fim, o Marco Civil da Internet, de 2014, apesar de ser construído entre divergências, também apresenta um conjunto de fundamentos e princípios que devem ser garantidos a todos os usuários da internet. Tais princípios envolvem a garantia da liberdade de expressão; a proteção da privacidade e dos dados pessoais; os Direitos Humanos; o exercício da cidadania; a pluralidade e a diversidade. Além disso, o Marco Civil da Internet delega à Educação o compromisso de formação, uma vez que atribui como dever do Estado oferecer a todos os níveis de Ensino “capacitação integrada a outras práticas educacionais” (BRASIL, 2014) para o uso seguro, consciente e responsável da internet.

3. O TRABALHO EDUCATIVO SOBRE CYBERBULLIYNG E A EMERGÊNCIA DE AÇÕES EDUCOMUNICATIVAS

Não é novidade que crianças e jovens atualmente estão intensamente conectados às multitelas, principalmente aos dispositivos móveis que lhes permitem um acesso contínuo e que rompem as fronteiras de tempo e espaço. Contudo, ainda não se sabe o que essas crianças e jovens estão assistindo, compartilhando, vivenciando e aprendendo nessas novas telas e, na maioria das vezes, eles têm experiências virtuais sem que essas sejam mediadas pelos pais ou pela escola.

Conforme Guilhermo Orozco-Gómez (2014), hoje a produção de identidades passa necessariamente pelas novas telas. Não se pretende aqui condenar toda a indústria cultural e seus conteúdos, como fizeram alguns dos teóricos da Escola de Frankfurt, mas é inegável o papel de um mercado tecnológico e comunicacional, as “redes empresariais globais de multimídia” (CASTELLS, 2015, p. 103).

Pelo fato de a pesquisadora atuar como professora de Tecnologia Educacional no Ensino Fundamental, esteve em constante contato com os usos e consumos digitais por parte de crianças e adolescentes. No ano de 2015, presenciou um caso em que um grupo de estudantes do sexto ano que estava rindo baixinho e formulando juntos um comentário em uma foto no Facebook. A foto era de uma colega da turma que possui dificuldade de aprendizagem, e o comentário falava de seus óculos ‘fundo de garrafa’. A pesquisadora pediu para as crianças excluírem o comentário e explicou que aquilo era *cyberbullying*, salientando o quanto essa prática trazia malefícios para as vítimas. Um dos meninos do grupo respondeu que isso era feito frequentemente, e ressaltou: “Quem não faz, profe? Fazem da gente também!”. Surpresa com a informação, a pesquisadora aplicou um pequeno questionário para jovens do 7º, 8º e 9º anos, com três perguntas: se já foi vítima, se já foi agressor ou se já testemunhou uma situação de *cyberbullying*. No total, 32 alunos responderam. O questionário revelou que 14,3% assumiram que já agrediram alguém virtualmente e 21,4% dos estudantes já sofreu algum tipo de agressão em ambientes virtuais. E, quando questionados se conheciam alguém que tivesse sofrido *cyberbullying*, 52,4% afirmaram que sim.

O questionário teve como objetivo gerar dados quantitativos para realizar um diagnóstico prévio para este estudo. O que se verificou naquele momento foi que o *cyberbullying* era um fenômeno crescente e muito mais comum do que professores e pais imaginam, pois mais da metade dos jovens já testemunhou pelo menos um caso. Atualmente o *cyberbullying* é um desafio para a pesquisa, a formação e a prática de educadores, pois é um fenômeno relativamente novo e crescente, e muitas vezes se manifesta em ambientes virtuais em que as famílias e os professores não frequentam ou navegam.

No Brasil existem iniciativas e projetos para lidar com a questão. No Programa *Bullying e Cyberbullying: o combate de todo brasileiro*, as educadoras Aloma Ribeiro Felizardo e Elenice da Silva realizam palestras pelo Brasil e apresentam sugestões de combate aos fenômenos de *bullying* e *cyberbullying* no espaço escolar, divulgando casos em trâmite e julgados pela justiça brasileira. As professoras foram capacitadas pelo Programa Justiça para o Século 21 – JR 21 e encontraram a Justiça Restaurativa para a pacificação dos conflitos intraescolares.

Na Europa, o projeto apoiado pela Comunidade Europeia, chamado *CyberTraining: A Research-based Training Manual On Cyberbullying*, envolveu vários países e buscou a elaboração de um manual que pudesse ser utilizado por professores em diferentes contextos para o trabalho sobre o *cyberbullying*. Os professores e pesquisadores envolvidos nesse projeto expuseram algumas dificuldades relativas à temática no processo de elaboração do Manual, como a abrangência do assunto, dificuldade de compreender o fenômeno em toda a sua totalidade e pouca informação a respeito. Em relação ao público-alvo do Manual (crianças, pais, professores), verificou-se que ainda resistem falsas crenças (como “devolver na mesma moeda”), bem como a falta de sensibilidade dos adultos e o silêncio das vítimas. Outra dificuldade apontada foi a necessidade de atualização de conhecimentos sobre as tecnologias digitais por parte dos professores (AMADO *et al*, 2009).

No Brasil, as pesquisas acadêmicas acerca do *cyberbullying* são realizadas por estudiosos de diferentes áreas, como a medicina, a psicologia e o direito, contudo, na área educacional, a temática é explorada numa dimensão diagnóstica, com poucas ações empíricas com os estudantes. Com esse panorama, compreendemos os enormes obstáculos que pesquisadores e

professores têm à sua frente para lidar com o *cyberbullying* e promover ações que visem a sua superação.

Como a escola é um dos principais espaços de socialização de crianças e adolescentes, onde também se desencadeiam a maior parte das ocorrências de *bullying*, e as tecnologias digitais estão cada vez mais presentes na vida dos estudantes, o ambiente educativo deve estar atento a essa questão, diagnosticando, prevenindo, compreendendo os contextos e encaminhando educativamente as possibilidades de superação das situações de violência, sejam virtuais ou não. Mas, para que isso ocorra, os educadores devem receber formação adequada para poderem inferir a complexidade das mídias e a importância do aspecto comunicacional na cultura da sociedade atual.

Para se abrkar fenômenos como o *cyberbullying* e outros tantos da atualidade, é preciso dar um lugar central ao desenvolvimento das mídias e ao seu impacto na cultura. Deve-se estudar a mídia porque ela faz parte da experiência contemporânea das pessoas, permeia muitos aspectos da vida e muitas dimensões da experiência cotidiana, principalmente de crianças e jovens. É fundamental, atualmente, compreender a cultura digital e os processos comunicativos presentes nela. Essa é uma necessidade para que se formem cidadãos autônomos e críticos. Necessita-se “entender como a mídia entra em nossos mundos da vida cotidiana, como sua poesia nos toca e nos capacita a compreender, manejar e avançar” (SILVERSTONE, 2002, p. 89). Os cidadãos (e incluídos aí os professores) devem refletir sobre as inúmeras relações que envolvem a expansão das tecnologias midiáticas, em toda a sua complexidade e contradições, seus benefícios e riscos, inclusões e exclusões: precisam discutir sobre o que acrescenta ou não para o ser humano, para o respeito a diversidade, para a liberdade, para a expressão, para a igualdade, justiça social, para a cultura, a ciência e a arte, bem como para a consciência de todo esse processo.

Mas será que a escola está acompanhando essas mudanças e se apropriando dessas novas linguagens? A esse respeito, o pesquisador Jesus Martín-Barbero levanta questionamentos muito pertinentes.

O que sabem nossas escolas, e inclusive nossas faculdades de educação, sobre as profundas modificações na percepção do espaço e tempo que vivem os adolescentes, inseridos em processos vertiginosos de desterritorialização da experiência e da identidade, e

capturados numa contemporaneidade que confunde os tempos, debilita o passado e exalta o não-futuro fabricando um presente contínuo: feito por sua vez das descontinuidades de uma atualidade cada dia mais instantânea, e do fluxo incessante e embriagador de informações e imagens? Está a educação dando atenção a essas interrogações? E, se não o está fazendo, como pode pretender ser hoje um verdadeiro espaço social e cultural de apropriação de conhecimentos (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 339)?

Mais do que nunca é preciso ressignificar o papel da educação e incluir propostas que auxiliem os educadores a conhecer, interagir e encaminhar propostas pedagógicas na cultura digital, criando ecossistemas edocomunicativos para a superação de fenômenos como o *cyberbullying*. Essas propostas ajudam os estudantes a se situar e agir de forma cidadã, criativa e transformadora diante das possibilidades do ciberespaço, tornando a escola um ambiente social e cultural de apropriação de conhecimentos transformadores.

Enquanto pais e educadores, muitas vezes optamos pelo silêncio em vez do diálogo, pois não conhecemos o universo cibرنético por onde as mentes criativas de nossos filhos e alunos navegam horas a fio nos confins do mundo digitalizado do computador, da internet e da tela da TV. Certamente o silêncio não deve ser o caminho. A família e a escola juntas precisam se abrir para o diálogo sobre o que se passa na imaginação criativa nos momentos de entretenimento dos adolescentes e crianças (OROFINO, 2005, p. 46).

Muitos educadores e pais, por não estarem inseridos no universo virtual das crianças e dos jovens, optam por ignorar o que eles estão fazendo ali, que, mesmo distraidamente, estão se educando e aprendendo. É necessário romper com a crença de que a educação só está relacionada à dimensão escolar, pois a aprendizagem é aberta e não depende exclusivamente do ensinar, já que se aprende de muitas maneiras (OROZCO-GÓMEZ, 2014, p. 25). Conforme Sartori (2010, p. 46), a escola deve aprender a lidar e dialogar com a observação distraída dos estudantes, que proporciona aprendizagens em momentos de lazer e diversão. O reconhecimento da tensão entre os saberes cotidianos e os saberes científicos faz com que a escola tenha o papel central de educar para transformar as informações encontradas em diferentes suportes em conhecimento científico. A questão assume especial relevância em escolas públicas, único meio de acesso a esses conhecimentos por parte da população proveniente de extratos sociais mais vulneráveis.

É preciso destacar também que o acesso a recursos tecnológicos e aquisição de equipamentos não resulta necessariamente em novas aprendizagens, como já foi verificado em diversas pesquisas realizadas sobre as políticas de inclusão digital das décadas de 1990 e 2000. O desafio da escola não é mais a aquisição e a manutenção dos recursos materiais, ou a velocidade de conexão, para acompanhar seu tempo.

Em um panorama de expansão das tecnologias digitais, ocorrem profundas alterações no acesso ao saber, na produção e disseminação do conhecimento. Ainda na década de 1930, Walter Benjamin também acreditava na mudança de percepção com o aparecimento de novos meios, especialmente com o surgimento do cinema e da fotografia, no início do século XX. O autor entendia que os novos meios de comunicação contribuem para a transformação da percepção, reconhecendo que ela se modifica ao longo do tempo, a partir do momento que essas novas tecnologias adentram no cotidiano das populações. Para ele, no fluxo dos grandes períodos históricos “modificam-se também seu modo de sentir e de perceber” (BENJAMIN, 1986, p. 226).

Para Martín-Barbero (2004, p. 81), as mudanças na maneira como o saber circula “constitui uma das mais profundas transformações que uma sociedade pode sofrer”. A missão é repensar o papel da escola e rever o que significa aprender atualmente. De acordo com Orozco-Gomez (2014, p. 25), é necessário superar a visão de que a educação está somente ligada ao aspecto escolar. As aprendizagens estão em concorrência, “às vezes ganha a escola, outras vezes a família, outras ainda a religião. Contudo, faz tempo que quem quase sempre ganham são os meios de comunicação”. Dessa maneira, diante do atual cenário midiático, a comunicação tem um papel cada vez mais central, interferindo em todas as esferas da vida, inclusive na cognição e aquisição de saberes e conhecimentos.

A Educomunicação, por meio da criação de ecossistemas educacionais, pode permitir que as novas gerações construam habilidades e sensibilidades para compreender e reagir ante os dilemas apresentados, refletindo sobre os desafios que a cultura digital impõe de forma participativa e dialógica.

Por isso, a importância de a educação avançar sobre questões que estão muito mais além da dimensão meramente tecnológica e instrumental da cultura digital. Um sistema educacional que incorpore os princípios da cultura digital para a consolidação de ecossistemas educomunicativos e de uma cultura participativa, segura e cidadã dos estudantes, vão auxiliar na construção de uma sociedade mais pacífica e justa.

3.1.1 Educomunicação e a construção de espaços mais democráticos e cidadãos

No entrecruzamento entre dois importantes campos na atualidade, a Educação e a Comunicação, é que surge a Educomunicação, que, enquanto um campo de inter-relação entre essas duas importantes áreas do conhecimento, possui como base teórica a educação dialógica de Paulo Freire e da Teoria das Mediações latino-americanas. O termo foi criado pelo pesquisador Mario Kaplún para analisar as relações entre comunicação e educação na América Latina.

Ismar Soares (2000), por sua vez, defende a inter-relação entre a comunicação e a educação como um novo campo de intervenção social de diálogo e integração, onde o elemento estruturante é a polifonia discursiva. Assim, a Educomunicação abrange uma proposta educativa que integra a dimensão comunicativa na educação, cada vez mais presente no cotidiano e impulsionada pela cibercultura.

A Educomunicação possibilita uma maior participação de crianças e jovens na inteligência coletiva que Lévy (2010) propõe em sua admirável “utopia” (como ele mesmo denomina) de uma possível ciberdemocracia, pois a interatividade das mídias e a liberdade de expressão resultam em uma maior responsabilidade dos cidadãos e em democracia no ciberespaço. Lévy (2010, p. 235) argumenta que a ciberdemocracia se configura como uma arte do diálogo onde a dimensão da alteridade é essencial, e indaga que, se os “outros” são fontes de sentido autônomas diferentes de nós, “que agem em universos de significação e de mundos práticos diferentes dos nossos, como entrar em contato com eles? Como atar o diálogo?”.

Um dos princípios da cibercultura é a liberação da palavra, pois, com o surgimento das novas funções comunicativas, qualquer pessoa pode consumir, produzir e distribuir informação (Lévy, 2010, p.25). Mas na sociedade atual, quem detém e produz a palavra, quem comprehende a palavra, quem sabe responder, quem reflete sobre os conteúdos, quem media, quem legisla sobre a palavra?

Na sociedade do conhecimento, a diversidade também é um componente fundamental, pois, para Canclini (2015, p. 241), podemos nos conectar com os outros “unicamente para obter informação, tal como faríamos com uma máquina provedora de dados. Conhecer o outro, porém, é lidar com sua diferença”. Conhecer o outro, se comunicar, aprender e respeitar as diferenças, e agir de maneira ética e responsável, se apresentam como desafios em tempos de cibercultura.

A ciberdemocracia pode ser alcançada mediante um trabalho educativo que possibilite a aquisição e o aprimoramento de habilidades a partir da criação de ecossistemas educomunicativos, nos quais os estudantes possam dialogar de forma ética e democrática, bem como produzir respostas às questões que os inquietam. Questões desafiadoras como o *cyberbullying* e tantas outras que estão presentes na cultura digital e no cotidiano de crianças e jovens.

Nessa direção, a Educomunicação se coloca como uma estratégia de formação para o endereçamento (criação, autoria, produção) de respostas a qualquer tipo de preconceito, violência e intolerância às diferenças, e com isso, como possibilidade de transformação dessa realidade entre as crianças e jovens, com o objetivo de “proporcionar e potencializar ecossistemas comunicativos e criar condições para que os educandos digam a sua própria palavra, pronunciando o mundo de modo significativo, participativo e transformador, como cidadãos” (SARTORI, 2010, p. 47).

Mesmo diante de tantas incertezas, não é possível abandonar o reconhecimento da importância do papel educativo, talvez não nos moldes da educação formal atual, que já demonstrou suas limitações, mas na transformação do papel do saber e da incorporação de ações que enfatizem a dimensão comunicativa e trabalhem sobre fenômenos sociais provenientes da cultura digital, como o *cyberbullying*. Pois,

se a violência é um comportamento que se aprende nas interações sociais, também existem maneiras de ensinar comportamentos não violentos para que se possa lidar com as frustrações como a raiva, e ensinar habilidades para que os conflitos interpessoais possam ser solucionados por meios pacíficos. Portanto, a violência pode ser desaprendida e a tolerância e a solidariedade ensinadas (FANTE, 2011, p. 93).

Para Martín-Barbero (2014, p. 11), a comunicação, enquanto parte da infraestrutura tecnológica globalizada da atualidade, apresenta perversões, mas também oportunidades. Uma delas é a configuração de um novo espaço público de cidadania, onde a escola tem o compromisso de transformar “pessoas capazes de pensar com suas cabeças e de participar ativamente na construção de uma sociedade justa e democrática”.

A Educomunicação pode ajudar crianças e jovens, lhes facultando, desde cedo, meios para desenvolver os saberes necessários para saber navegar no ciberespaço de maneira segura, pacífica, respeitosa, expressiva e cidadã, gerando uma cultura de paz e de não violência. Para Soares (2000, p. 12), esse é “um campo dialógico, espaço para o conhecimento crítico e criativo, para a cidadania e a solidariedade”.

A criação de ecossistemas educomunicativos permite novos espaços de aprendizagem que incluem essas dimensões tão importantes para o presente e para o futuro da humanidade. Dessa forma, os problemas da era digital desafiam a Educomunicação a se colocar como mobilização social (FERRÉS I PRATS, 2014, p. 276), em que os estudantes sejam capazes de “tirar partido das possibilidades que a rede oferece, para sensibilizar e engajar o resto da cidadania em torno de causas humanitárias, sociais ou culturais”.

Enquanto motor de mobilização social e “paradigma iluminador de situações novas” (SOARES, 2020), a Educomunicação, portanto, não se limita somente ao espaço escolar e à educação formal. Por ter nascido dos movimentos sociais, esse campo permite que ações que envolvam a junção entre educação e comunicação sejam trabalhadas e promovidas de diversas outras formas de organização da sociedade civil.

Por isso, embora este estudo remeta frequentemente o trabalho educomunicativo ao âmbito escolar formal, campo de atuação profissional da pesquisadora, também reconhece que não cabe somente à escola e aos professores a responsabilidade de lidar com questões tão ambíguas e

desafiadoras como as que a cultura digital traz. Todos os setores da sociedade devem estar comprometidos e engajados na mudança social.

Conforme o curso ‘Educando para boas práticas online’, promovido pela SaferNet em 2020, o trabalho sobre o *cyberbullying* e a ocorrência de outros conflitos envolvendo o uso de recursos da cultura digital devem envolver três dimensões: sensibilização, conscientização e prevenção. Dentro dos parâmetros da Educomunicação, acrescente-se a essas dimensões: expressividade, autoria e criação.

Um trabalho educomunicativo para o enfrentamento de casos de *cyberbullying* deve partir do diálogo. Assim sendo, promover o uso seguro e responsável das tecnologias diz respeito a envolver representantes de alunos na criação e revisão das políticas de uso das tecnologias digitais na escola, ampliando a conscientização a respeito dos riscos e perigos ofertados por meio da cultura digital. Os espaços educativos podem propor protocolos claros para enfrentar a situação com medidas de mediação de conflitos, onde os próprios estudantes podem construir os parâmetros desse protocolo e atuar como mediadores dos conflitos e disputas. Quaisquer estratégias escolhidas têm de envolver os alunos na resolução do problema.

As escolas, no contexto da Educomunicação, têm um papel central de criar um ambiente seguro e dialógico para a melhoria do relacionamento entre os pares. O ambiente educomunicativo deve apoiar a formação crítica e a conscientização dos estudantes para que possam navegar pelos meios virtuais em segurança e de forma respeitosa, cientes dos seus direitos e deveres como crianças, adolescentes e jovens. As instituições, além de ter o dever de encaminhar os casos graves às autoridades, podem também garantir orientação às famílias para denúncia formal quando seus filhos forem vítimas de algum crime.

Os ambientes educacionais educomunicativos podem viabilizar um trabalho com as dimensões socioemocionais dos estudantes e permitir a constante reflexão crítica sobre temas polêmicos como a diversidade, a empatia, a tolerância, o respeito às diferenças e a resolução pacífica de conflitos.

As instituições que atuam de forma educomunicadora promovem a criação de ecossistemas educomunicativos e permitem a comunicação a partir

dos estudantes e a construção de canais de comunicação por eles. O ecossistema educomunicativo, mais do que um ecossistema comunicacional inerente a todos os espaços informais e formais da educação e das relações humanas, possibilita instituir uma nova forma de trabalhar educativamente a comunicação e seus fenômenos. Por isso, propomos a transposição do fomento de trabalhos que envolvam os ecossistemas comunicativos (já existentes em todas as dimensões humanas), para a criação de ecossistemas ‘educomunicativos’.

Partimos dos ecossistemas educomunicativos construídos por Souza (2016) em que “são construídos por meio de interações comunicacionais dialético-horizontal em espaços online off-line por toda comunidade escolar” (p. 153-154). Para a pesquisadora, esse paradigma é democrático e tem como perspectiva a realização de um trabalho de formação do cidadão, que modifica a realidade através de ações “democráticas, participativas, inclusivas, dialógicas e condizentes com os sistemas comunicacionais do entorno da comunidade escolar” (SOUZA, 2016, p. 232).

Assim, foi necessário definir, a partir dos resultados da pesquisa empírica em articulação aos referenciais teóricos, de que forma os dados obtidos na observação de campo poderiam levar aos parâmetros do ecossistema educomunicativo. Dessa maneira, procurou-se ampliar a construção e o fortalecimento do conceito e do campo de estudo, para a compreensão e resposta à problemática de pesquisa aqui proposta.

4. APRESENTANDO E REFLETINDO SOBRE OS DADOS COLETADOS

Neste capítulo faremos a apresentação dos dados coletados a partir da observação silenciosa realizada durante o período entre novembro de 2018 e junho de 2019, quando foram selecionados seis casos de *cyberbullying*. Foram também coletados dados a partir de entrevistas realizadas com sujeitos que estavam, de alguma forma, envolvidos com as situações identificadas como *cyberbullying*.

Para dinamizar a apresentação das situações de *cyberbullying*, cada caso foi chamado por um número, por exemplo, caso 1, caso 2, e assim por diante. Para ocultar a identidade dos participantes, foi substituído o nome real pela designação “pessoa” acrescentado a uma letra do alfabeto (por exemplo, Pessoa A, Pessoa B).

Foram transcritos todos os diálogos dos registros *printados* e, também foram apresentados os *prints* dos casos observados e das entrevistas, tomando-se o cuidado de cobrir com formas coloridas as imagens e nomes das pessoas e dos grupos, a fim de preservar a identidade de todos. Para caracterizar cada pessoa participante da situação, foram extraídas do perfil de cada uma as informações sobre o gênero e a idade declarados no Facebook.

É importante destacar que o principal critério de seleção dos dados era que se configurasse como *cyberbullying*, com a característica da repetição da agressão evidente, e que envolvesse crianças e adolescentes. Após a apresentação dos dados coletados, foram realizadas, no decorrer do texto, algumas considerações, reflexões e análises iniciais que conduzirão a responder ao problema da pesquisa.

4.1.1 CASO 1: A *jogabilidade* da menina

O caso 1 surgiu em uma publicação no perfil de um participante de um grupo de jogos e trata-se de um *meme* que contém a seguinte frase “você deve amar uma garota pela sua *jogabilidade*, não pelo gráfico”.

Figura 6: Publicação do caso 1



Fonte: Facebook, 2018.

A partir da publicação do *meme*, surgiu uma sequência de comentários, envolvendo o que, para preservar a identidade dos participantes, chamaremos de Pessoa A e Pessoa B, conforme segue abaixo:

Pessoa A: *Entaum eu to bem pk tenho jogabilidade e meu gráfico é show*

Pessoa B responde: *Orraxtu é feia pra kcete*

Pessoa A responde: *me erra mlk*

Pessoa B responde: *vai raspar esse bigode*

Pessoa B publica a foto de perfil da Pessoa A

Pessoa A responde: *idiota apaga*

Figura 7: Comentários do caso 1:



Fonte: Facebook, 2018.

Dos participantes desse diálogo, a *Pessoa A* declara ser do sexo feminino e ter 13 anos, e a *Pessoa B* declara ser do sexo masculino e ter 15 anos. A situação se configura como *cyberbullying*, pois, além da *Pessoa B* agredir a *Pessoa A*, chamando-a de “feia” e falando sobre detalhes da aparência de seu rosto, publica no diálogo uma foto retirada do álbum da *Pessoa A*, para humilhá-la ainda mais e expô-la a uma situação vexatória.

A *Pessoa A*, que respondia ao *meme* publicado na página do grupo, teve sua imagem utilizada de forma indevida e sua aparência física, que não estava em questão, exposta e ridicularizada. Para um adolescente de 13 anos, pontos da sua aparência pessoal são muito delicados e uma brincadeira ou uma ofensa pode ter uma consequência muito ruim na construção da sua autoimagem, além de afetar outras dimensões da sua vida.

O *meme* em si pode provocar reflexões a respeito do machismo, pois, mesmo dando a entender que é mais importante a *jogabilidade* do que o gráfico (aparência) de uma garota, são aspectos pouco questionados e colocados em discussão para garotos. Do contrário, se o *meme* se referisse a um garoto, não parece fazer muito sentido, já que entre o universo de jogadores a aparência física ou atributos de beleza sejam pouco abordados. Em diversos outros ambientes ocorre o mesmo fato: enquanto pessoas do gênero masculino têm sua forma física ou aparência preservada, as pessoas do gênero feminino, ao contrário, têm seus corpos expostos, ridicularizados e inquiridos. Embora cada vez mais um número maior de meninas ocupe os espaços de jogos (e tantos outros), esse universo parece reproduzir a mesma forma machista de sempre, em que a aparência física de meninas e mulheres é mencionada e colocada em questão quando não há absolutamente relação alguma com isso.

Essa situação também revelou a forma cruel com que o *cyberbullying* pode se desdobrar pois, não bastando ofender verbalmente, a *Pessoa B* foi até o perfil de Facebook da *Pessoa A*, retirou uma foto de seu álbum e colocou no diálogo, para aprofundar ainda mais a ofensa e a agressão.

O mais preocupante nesse caso é a forma com que não somente a Pessoa A reagiu, mas também o autor da publicação e as próprias testemunhas e usuários da página, que curtiram e continuaram a fazer comentários aprovando o humor do *meme*, sem intervir ou defender a Pessoa A. Isso é bastante comum tanto no *bullying* como no *cyberbullying*, quando expectadores e testemunhas silenciam diante de situações de violência, tornando-se a plateia que, de certa forma, compactua com isso.

A única resposta da Pessoa A foi apenas “apaga idiota”, sem denunciar o comentário para o administrador da página, sem debater, contestar ou discutir. Ela pode ter se sentido extremamente ofendida, mas pelo fato de não ter se defendido e nem argumentado com o agressor, talvez não tenha se dado conta da dimensão daquela violência, do número de expectadores daquela situação.

Sem a defesa da vítima, a intervenção das testemunhas (usuários do grupo) e a falta de denúncia aos administradores, a Pessoa B se sentiu à vontade para não apenas iniciar uma agressão, mas também para dar continuidade, aprofundando a violência ao ponto de ultrapassar as ofensas verbais, partindo para o uso de imagens. Isso pode corroborar com a ideia da impunidade no mundo virtual, como se a internet fosse uma terra sem lei onde se pudesse expressar todo tipo de coisa violenta e cometer crimes impunemente. O exemplo para outros adolescentes que leram o diálogo é que isso é natural: agredir gratuitamente outra pessoa nas redes sociais é normal e não haverá nenhuma consequência drástica para isso.

Esse caso demonstra a forma cruel que o *cyberbullying* pode assumir, com o uso de imagens, a impunidade e ousadia dos agressores, a reprodução de preconceitos e violências de gênero, o julgamento da aparência física das meninas, a falta de reação da vítima e a passividade de quem testemunha a situação. Tal demonstração revela o quanto é necessário buscar uma educação que promova a criação de ecossistemas educativos, em que temas tão importantes como esses sejam abordados com crianças e adolescentes.

4.1.2 CASO 2: Preconceito contra as regiões Norte e Nordeste do país

O caso 2 partiu de uma publicação em um grupo de jogos do Facebook. Essa publicação foi feita por meio do compartilhamento de um vídeo ao vivo de um jogador (*Pessoa C*), fazendo demonstrações e sugestões de uma determinada etapa do jogo. O diálogo inicia com o comentário de outro jogador e participante do grupo (*Pessoa D*), que recebe como resposta uma série de mensagens ofensivas do agressor (*Pessoa E*).

Pessoa D: Cara tenho bastante noção sobre pressão de rotas objetivos e invades, se tu quiser aprender um pouco da minha visão manda msg.

Pessoa E responde: Vai ajuda o kbç chata ae

Pessoa E: É muita osadiamlk fazer live

Pessoa F responde: Nao gostou sai fora

Pessoa E responde: O qvc tem aver com oparaívaee

Figura 8: publicação e comentários do caso 2



Pessoa C, declara ser do gênero masculino e ter 13 anos.

Pessoa D, declara ser do gênero masculino e ter 16 anos.

Pessoa E, declara ser do gênero masculino e ter 15 anos.

Pessoa F, declara ser do gênero feminino e ter 13 anos.

Fonte: Facebook, 2018.

No diálogo, a partir do comentário da *Pessoa D*, que se disponibiliza a auxiliar o autor da publicação, surgem uma série de comentários agressivos que se dirigem, inicialmente, não à *Pessoa D*, mas ao autor do vídeo. Essa situação se caracteriza como *cyberbullying* pela repetição da mensagem agressiva à *Pessoa C*, ofendendo-a como “cabeça chata” e “paraíva”. Ambas

as expressões remetem às associações com pessoas provenientes do Nordeste brasileiro, região que historicamente é tratada com preconceito e discriminação.

Ao ofender sem motivo algum uma pessoa que não conhece pelo simples fato de ela parecer ser de uma determinada região, o agressor age com preconceito regional e xenofobia. A xenofobia envolve o preconceito contra pessoas de outras regiões, culturas, formas de se expressar, se vestir, se alimentar, tratando-as como inferiores e desumanizando-as.

Não há motivo algum para que a *Pessoa E* desfira insultos contra a *Pessoa C*, exceto pelo fato de parecer, ou descrever em seu perfil, ser nordestina. Para o agressor, a *Pessoa C* não tem o direito de se expressar ou compartilhar suas habilidades enquanto jogadora, por pertencer ao Nordeste e por isso tenta não apenas agredi-la repetidamente, mas silenciá-la, humilhando-a a ponto de afirmar ser “ousadia” publicar um conteúdo que demonstre conhecimento ou que possa, de alguma maneira, atestar superioridade no modo de jogar. No raciocínio do xenófobo, a pessoa que é proveniente do Nordeste não é apenas inferior, mas desprovida de voz e do direito de participar de forma ativa nos grupos e redes sociais.

Nesse caso, a vítima não se manifesta e tampouco responde ao agressor. Uma terceira pessoa (*Pessoa F*) intervém e diz “não gostou sai fora”, mas ela não se manifesta para além disso. A *Pessoa D*, que indiretamente recebe a ofensa destinada ao autor da publicação, também não responde ao agressor em nenhum momento. Não há muitas reações às mensagens e, sendo assim, é de se esperar que ninguém tenha realizado denúncia aos administradores da página ou ao Facebook. Não há qualquer menção à xenofobia ou ao preconceito. Dentre as centenas de usuários que o grupo possui, não há dúvida que, assim como a pesquisadora observou a situação, inúmeras outras pessoas também testemunharam o fato e se calaram, se omitindo de defender a vítima ou argumentar com o agressor.

Mais uma vez, o segundo caso aponta para a necessidade de uma educação voltada para o uso respeitoso dos meios de comunicação no contexto da cultura digital. Uma educação que promova a ação e a expressividade dos cidadãos e usuários, para que possam agir e produzir boas

condutas e fazer com que o universo virtual seja mais seguro, ético e responsável, impedindo situações como as relatadas aqui.

4.1.3 CASO 3: A insistência do agressor

O caso 3 envolve a vítima, o agressor e outro participante do caso 2, no entanto a situação de *cyberbullying* se deu em outra data e a partir de outra publicação. Novamente a vítima (*Pessoa C*) fez uma publicação compartilhando um vídeo ao vivo com a intenção de apresentar macetes e outros conhecimentos da fase do jogo em questão.

Pessoa E: Ce é MT ruim mano... so podia sr kbç chata Paraíba

Pessoa C responde: Ng pergunto tua opinião

Pessoa E responde: naum sabia que tem luz e net na sua terra
uhauuaahgb

Pessoa F: qual a necessidade disso babaca

Pessoa E responde:babaca é o omik que ta lá no sertão da porra

Pessoa E: Cedeve gostar de subraça

Figura 9: Publicação e comentários do caso 3



Fonte: Facebook, 2019.

Após a publicação do vídeo da *Pessoa C*, a *Pessoa E* novamente se manifesta com ataques xenofóbicos, utilizando expressões como “cabeça chata” e “paraíba”, típicas de preconceito contra nordestinos. Acrescenta a essas ofensas, que haviam sido feitas na circunstância do caso 2, o agressor

ainda questiona se existe luz e internet no local onde a vítima reside e afirma que ela está no “sertão”. Essas mensagens reforçam a ideia preconceituosa e xenófoba a respeito da região Nordeste, associando a ela a falta de progresso, de educação, de urbanização e até mesmo de acesso a serviços básicos como energia elétrica e internet.

A mesma pessoa que interveio na situação do caso 2, que não era vítima nem agressora, se manifestou novamente nesse caso, perguntando ao agressor “qual a necessidade disso” e chamando-o de “babaca”. Aqui ocorre um episódio muito comum, onde, para defender-se ou defender outra pessoa, muitos acabam utilizando argumentos agressivos, o que leva, por vezes, a cenários nos quais o agressor pode tornar-se vítima também. Existe uma ideia de vingança ou justiça que entende que a violência precisa ser devolvida ‘na mesma moeda’, e isso precisa ser superado, pois isso gera um circuito de violência e agressividade que nunca tem fim. É preciso, nesse sentido, romper com a visão de que reagir é devolver a ofensa ou a agressão.

Contudo, ter pouca ou nenhuma reação também é preocupante. A vítima escreveu apenas “Ng pergunto tua opinião” e novamente as centenas de pessoas que participam do grupo testemunharam caladas às agressões que a Pessoa C sofreu. Não há, mais uma vez, qualquer menção ao preconceito regional e tampouco à xenofobia. Não há busca de diálogo com o agressor para que ele tenha consciência da maldade de suas palavras e de que isso pode ser considerado crime.

Outra vez, uma situação assim corrobora com a falsa ideia de que as ações praticadas no mundo virtual não têm consequência nenhuma, que as práticas criminosas sairão impunes, uma vez que, como observado, não há defesa da vítima (por ele mesmo ou pelos espectadores) e nem denúncia ou punição ao agressor. É contraditório verificar esse silenciamento num ambiente que tem um público tão imenso e permite tanta expressividade. Sem a reação das vítimas e das testemunhas, é quase impossível que a situação seja apurada, mediada e que os agressores sejam punidos pelos seus atos.

O caso 3 demonstra a insistência dos agressores em gerar situações de violência repetitivamente, típicas do *bullying* e do *cyberbullying*. A Pessoa E persiste na intenção de insultar a Pessoa C, indo à busca dela em mais de uma publicação para ofendê-la e depreciá-la seguidamente. Como já foi

mencionado neste trabalho, a repetição da violência é um aspecto marcante do *bullying*, enquanto que, no *cyberbullying*, a natureza de replicabilidade das redes se encarrega disso. Ou seja, o agressor não necessariamente precisa repetir a agressão, uma vez que a internet executa esse papel. Contudo, no caso 3, o agressor mostrou-se empenhado em ele mesmo repetir a violência, perseguindo a vítima.

4.1.4 CASO 4: Preconceito social

O caso 4 foi identificado a partir da publicação de uma pessoa (Pessoa G), que fez o seguinte anúncio em um grupo de jogo do Facebook:

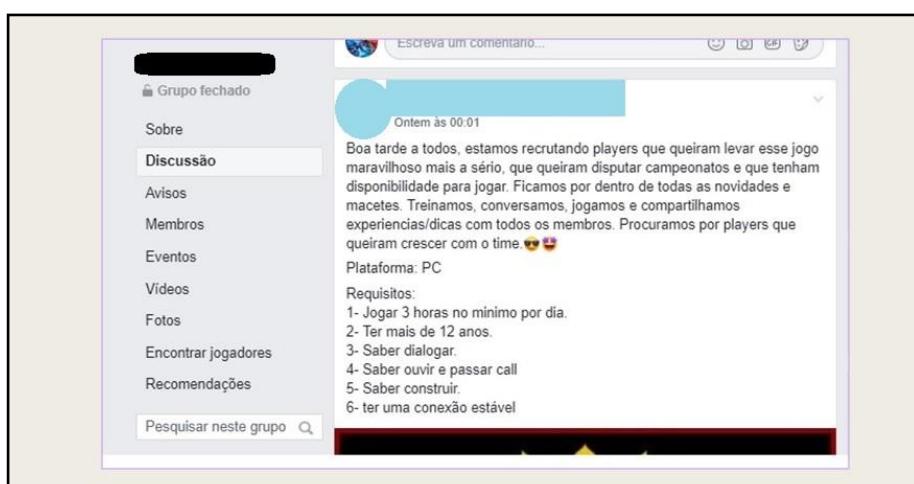
Boa tarde a todos, estamos recrutando players que queiram levar esse jogo maravilhoso mais a sério, que queiram disputar campeonatos e tenham disponibilidade para jogar. Ficamos por dentro de todas as novidades e macetes. Treinamos, conversamos, jogamos e compartilhamos experiências com todos os membros. Procuramos por players que queiram crescer com o time.

Plataforma: PC

Requisitos:

- 1- *Jogar 3 horas no mínimo por dia.*
- 2- *Ter mais de 12 anos.*
- 3- *Saber dialogar.*
- 4- *Saber ouvir e passar call*
- 5- *Saber construir*
6. *ter uma conexão estável*

Figura 10: Publicação do caso 4



Fonte: Facebook, 2018.

Com essa publicação, onde o anunciente faz uma busca de jogadores para recrutá-los e incluí-los em um time, surgiram comentários que envolveram uma situação identificada como *cyberbullying*, conforme segue:

Pessoa H: *tenho interesse te mandei msg inbox*

Pessoa I respondeu: *Você tem cara de favelado rssss*

Pessoa H respondeu: *racista, preconceituosa*

Pessoa I respondeu: *sério desculpa mas olha a sua casa de pobre e a parede sem reboco atras tá ridículo*

Pessoa I: *Tem cara de quem roubo o PC pra jogar kkkkk desculpa so sincera e falo o q td mundo pensa mas não coragem de falar (emojis)*

Pessoa G respondeu: *vou deletar teu comentário, nada a ver com o propósito do meu post*

Pessoa I respondeu: *eu to é defendendo teu post de maluco favelado*

Pessoa G respondeu: *vou denunciar teu post por racismo*

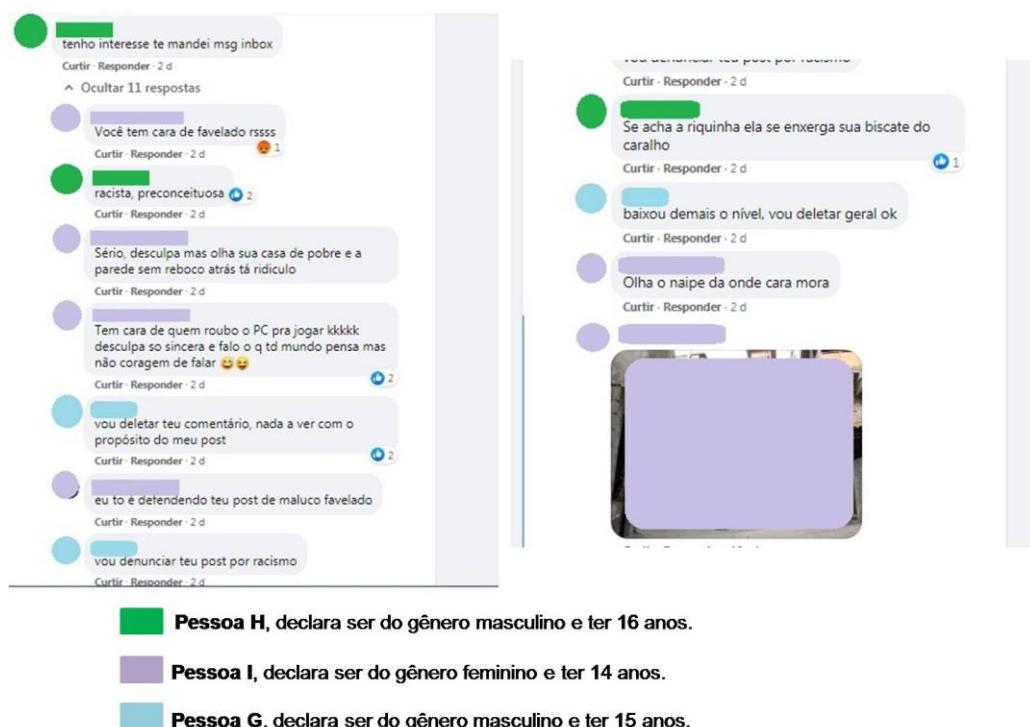
Pessoa H respondeu: *Se acha a riquinha ela se enxerga sua bicate do caralho*

Pessoa G respondeu: *baixou demais o nível, vou deletar geral ok*

Pessoa I respondeu: *Olha o naipe da onde cara mora*

Pessoa I publica uma foto da pessoa H na frente do que supostamente seria sua residência.

Figura 11: Comentários do caso 4:



Fonte: Facebook, 2018.

Esse caso traz algumas informações interessantes. Nele, a vítima (*Pessoa H*), responde à publicação da *Pessoa G* oferecendo-se para a proposta anunciada, “tenho interesse te mandei msg inbox”. Nessa resposta surgem os comentários da *Pessoa I*, a agressora, ofendendo a vítima sem nenhum motivo.

A *Pessoa H* reage de imediato ao ser chamado como “cara de favelado”, reconhecendo o tipo de violência que sofreu: racismo e preconceito. Uma reação louvável, pois não devolve, até aqui, a violência típica de quem é agredido e quer se vingar, ao contrário, demonstra saber a espécie de agressão estava sofrendo ao acusar a *Pessoa I* de racista e preconceituosa.

Outro fato que chama atenção nesse caso é que o autor da publicação procura mediar a conversa, intervindo com a ameaça de exclusão e de denúncia das mensagens ofensivas. Ele demonstrou, com isso, certa responsabilidade sobre o conteúdo de sua publicação, ao afirmar para a *Pessoa I* que suas mensagens eram “nada a ver com o propósito do meu post”. A *Pessoa G*, assim como a vítima, também nomeou o tipo de violência: “vou denunciar teu post por racismo”, manifestando conhecimento sobre a situação que ocorria ali. Porém, dois dias depois, momento em que a pesquisadora localizou esse caso, os comentários maldosos não haviam sido excluídos e parece que tampouco denunciados. O autor interveio no momento, mas depois deixou o diálogo exposto, sem consequências sérias.

A agressora insiste nas ofensas, referindo-se à casa da vítima devido à foto de perfil dela como “casa de pobre e a parede sem reboco aí aí é ridículo”. A dedicação de tempo para analisar cada detalhe da foto de perfil da *Pessoa H* é cruel, insistente e completamente fora do contexto da publicação. Ela persiste no objetivo de atacar e ofender, afirmando que a vítima “tem cara de quem roubo o PC pra jogar kkkkk”. Seu riso é sarcástico e demonstra também a sua convicção de impunidade e a crença de que seu pensamento e a sua atitude são manifestações de coragem e sinceridade, quando afirma: “desculpa se sincera e falo o q td mundo pensa mas não coragem de falar”.

Assim há, neste caso, além da demonstração do preconceito social, um

orgulho por se achar porta-voz de um pensamento que ela acredita ser correto. Isso é revelado quando a agressora diz depois da intervenção do autor da publicação: “*eu to é defendendo teu post de maluco favelado*”.

Após a reincidência da agressão, a vítima então argumenta o seguinte: “*se acha a riquinha ela se enxerga sua biscate do caralho*”. Novamente a vítima torna-se agressora e a Pessoa H, numa tentativa de se defender, reage de forma violenta e ofensiva contra a agressora. Certamente essa não foi a melhor maneira de se defender e por isso a Educomunicação é tão importante, como já foi argumentado até aqui, como uma forma de se trabalhar em diferentes contextos da cultura digital de forma expressiva, instrumental e transformadora. Uma educação que promova a apropriação dos meios de comunicação digital como forma de conscientização e ascenção social, mas sobretudo de práticas mais cidadãs, éticas e respeitosas, seja dentro ou fora do universo *on-line*. Com isso, a resposta da Pessoa H não seria ofensiva como foi, mas dialógica e reivindicadora de direitos.

O preconceito social que é voltado para classes sociais menos favorecidas pode ser tão cruel quanto qualquer outra forma de preconceito. Não se configura como um crime em si, mas é carregado de violência e pode gerar os mesmos efeitos negativos que qualquer outro tipo de discriminação e, por isso, pode ser tão negativo na vida de crianças e jovens brasileiras que provêm de famílias humildes e empobrecidas.

Mais uma vez não parece haver limite quando uma pessoa deseja praticar *cyberbullying* contra outra, e a insistência da agressora, no caso 4, se torna mais evidente quando publica uma fotografia do álbum da vítima na conversa. Tal como ocorreu no caso 1, para corroborar com o tipo de preconceito e desqualificação que a agressora tenta impor à vítima, utiliza-se imagens, expondo a Pessoa H a uma humilhação ainda maior. A conversa é encerrada com a frase “olha o naípe da onde cara mora” e a fotografia na sequência.

De fato, a residência parecia humilde, mas era a residência daquela pessoa que participava de uma conversa onde a aparência de si ou da casa não deveria ser relevante. O importante era que a vítima tinha interesse no anúncio e mandou mensagem privada, considerando-se apta àquela vaga no time de jogadores. Porém, não se sabe até que ponto esse episódio a

desfavoreceu, talvez até a impedindo de ter uma oportunidade que poderia mudar a sua vida. Por isso, o *cyberbullying* é tão grave, pois pode afetar dimensões emocionais e materiais na vida de uma pessoa, principalmente em crianças e adolescentes.

4.1.5 CASO 5: Racismo reiterado

O quinto caso identificado como *cyberbullying* ocorreu em consequência da seguinte publicação feita pela *Pessoa J* em um grupo de jogo do Facebook:

Figura 12: Publicação do caso 5



Fonte: Facebook, 2019.

Na publicação, a *Pessoa J* afirma: “só queria mostrar essas duas art, que minha amiga fez pra mim uma do Voli e a outra da lissandra. Bom dia partiu md10”. Junto com a frase, a *Pessoa J* incluiu dois desenhos feitos por sua amiga que remeteriam a duas personagens do jogo e que foram adaptados a ele.

Em resposta à publicação com os desenhos publicados no grupo, a *Pessoa L* começou a escrever uma série de mensagens, como se observa abaixo:

Pessoa L: Meio uó

Pessoa L: A foto ficou bem mais claro que a foto perfil

Pessoa M respondeu: é um desenho

Pessoa N: eU ACHEI DAHORA

Pessoa L responde: claro vc é preto tbm

Pessoa N responde: sou moreno e daí se fosse preto os desenhoficaro massa que otario

Pessoa L responde: Agora vem com ofensa só pq falei que é preto e agora não pode mais dizer q preto é preto. Se coloca no seu lugar preto sujo.

Pessoa N responde: que ridículo!

Pessoa L: Se enxerga tua pele não é dessa cor! Para de passar vergonha

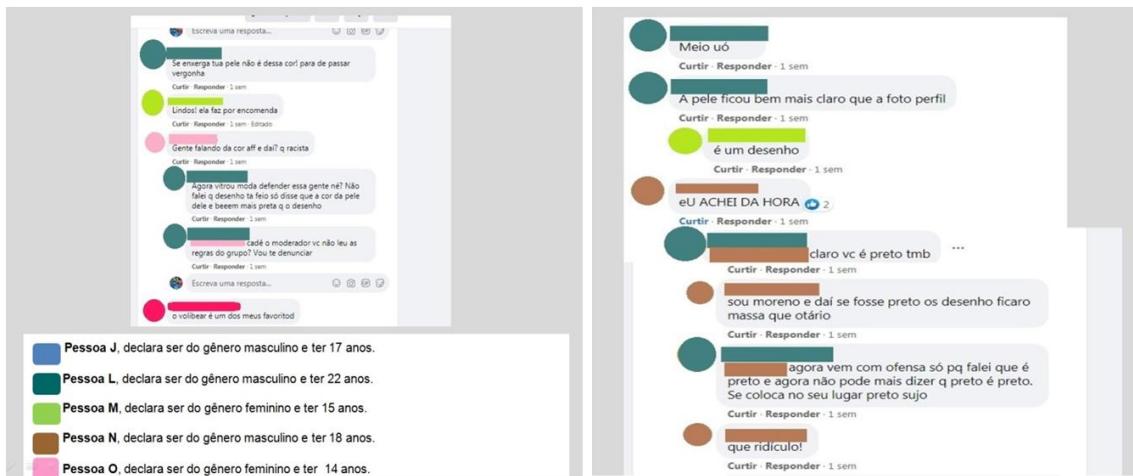
Pessoa M: Lindos! Ela faz por encomenda

Pessoa O: Gente falando da cor aff e daí? q racista

Pessoa L responde: Agora virou moda defender essa gente né? Não falei q ta feio só disse que a cor da pele dele e beeem mais preta q o desenho.

Pessoa O responde: cadê o moderador vc não leu as regras do grupo? Vou te denunciar.

Figura 13: Comentários do caso 5



Fonte: Facebook, 2019.

A Pessoa J (autora da publicação) e a Pessoa N (que interveio na conversa) sofrem, nesse caso, um ataque racista deliberado. O agressor (a Pessoa L) não se acanha em demonstrar incômodo pelo simples fato de não gostar da cor da pele dessas pessoas. Primeiramente, ele critica o desenho, “meio uó”, mas logo em seguida faz o ataque direto: “a foto ficou bem mais claro que a foto perfil”, demonstrando seu incômodo com a cor de pele da vítima e com a cor em que ela foi representada no desenho.

A Pessoa N tenta minimizar o ataque, elogiando a publicação, mas também é atacada com a afirmação: “claro vc é preto tbm”. A Pessoa N é, portanto, testemunha do ataque racista e vítima também, após tentar defender a Pessoa J comentando positivamente sobre a sua publicação. Quando a Pessoa N é atacada diretamente, tenta defender-se com o argumento: “sou moreno e daí se fosse preto os desenho ficaro massa que otario”. Ele alega que não é preto, mas se fosse, não invalidaria o desenho, finalizando com a ofensa “otario”. Como visto em casos anteriores, essa testemunha que se torna vítima, também reage com ofensa e agressão. Nessa situação ainda se revela uma questão acerca da cor da pele da pessoa, de como ela se identifica e se reconhece, e de como o outro a vê e se sente no direito de dizer o que ela é.

O agressor sugere que ele é a vítima e que está sofrendo insultos: “agora vem com ofensa só pq falei que é preto e agora não pode mais dizer q preto é preto. Se coloca no seu lugar preto sujo”. A distorção é tamanha, que o agressor acredita que está sendo cerceado em sua liberdade de expressão ao não poder expressar seu racismo. E insiste mais uma vez no ponto que o tom de pele da Pessoa J não se parece ao desenho por ela publicado: “se enxerga tua pele não é dessa cor! Para de passar vergonha”.

Outra pessoa intervém, a Pessoa O, que também vai direto ao nome do crime, racismo: “gente falando da cor aff e daí? q racista”, entretanto, a Pessoa L está obstinada em perseguir e humilhar a vítima e prontamente responde: “agora virou moda defender essa gente né? Não falei q ta feio só disse que a cor da pele dele e beeem mais preta q o desenho”. A Pessoa O questiona então sobre o moderador do grupo e menciona a respeito das regras, ameaçando denunciá-lo.

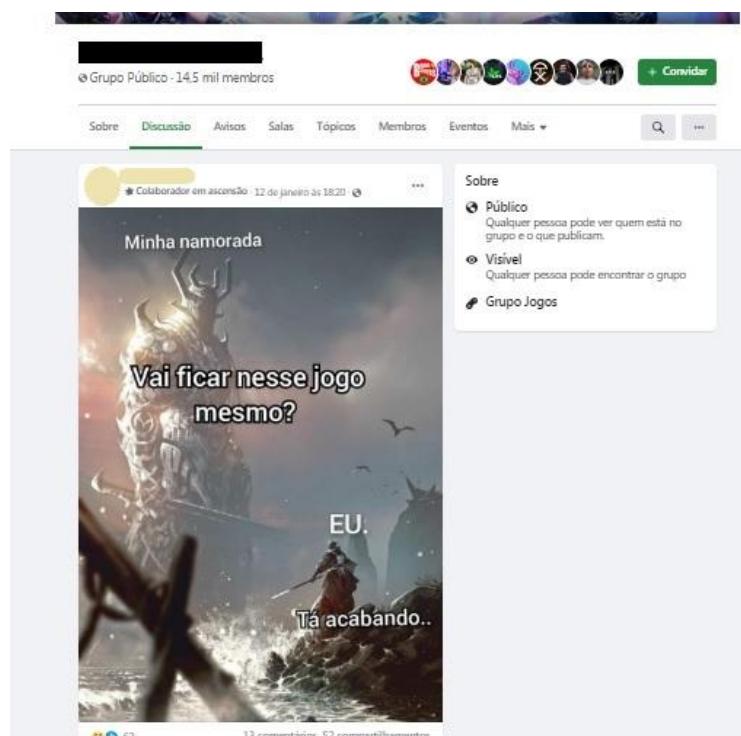
Apesar de nesse caso ter havido algumas interferências das testemunhas, isso não impediu que o agressor cometesse *cyberbullying*, praticando veementemente o crime de racismo. A insistência do agressor em declarar a cor da pele da vítima, com a intenção de causar embaraço e constrangimento a ela, é fortemente demonstrado na expressão “preto”, usado repetidas vezes de forma pejorativa. Outras expressões depreciativas são igualmente colocadas, tais como “essa gente” e “preto sujo”. Expressões que, além de violentas e agressivas, são criminosas.

O caso 5 revela algo que pode ser comum nas redes sociais, a prática de crimes como o racismo de forma impune. Pelo menos no período de acompanhamento e observação da pesquisadora no grupo, os comentários não haviam sido excluídos e aparentemente nenhuma denúncia havia sido feita. Diante desse cenário, a Educomunicação se apresenta como uma dimensão fundamental a crianças e jovens, para que possam agir com maior segurança, respeito e cidadania na cultura digital.

4.1.6 CASO 06: Gordofobia

O sexto e último caso selecionado a partir da observação silenciosa partiu da publicação de um *meme* que continha a imagem de dois personagens de jogos guerreiros, um gigante e outro minúsculo. O gigante era apresentado como a “namorada”, que indaga: “vai ficar nesse jogo mesmo?” ao personagem “eu”, que responde: “ta acabando...”

Figura 14: Publicação do caso 6:



Fonte: Facebook, 2019.

Esse *meme* gerou muitas reações, a maioria de riso e de identificação por parte de membros do gênero masculino. Contudo, um dos comentários, feito pela Pessoa P, que declara ser do sexo feminino e ter 16 anos, chamou atenção. Segue o comentário da Pessoa P e, na sequência, seu desdobramento:

Pessoa P: *E quando é o contrário? Não namoro mas os caras que me envolvi tudo acham tri legal eu jogar e tudo mais, gente linguíça demais, mas aí dps reclamam do mesmo, fala sério né. E por isso q não namoro kkkkk ah me respeita e me deixa com meu game*

Pessoa Q responde: *naum namora pq é feia demaissssuauuaa olha essas banha*

tem obrigação de ser boa jogadora

Pessoa P responde: *FALOU O LINDO TE ENXERGA O C\RA DE CRAKERO*

Pessoa Q responde: *falou a obesa espinhenta (emojis de risos)*

E tem coragem de por foto de perfil assim parece uma porca de gorda

Figura 15: Comentários do caso 6:



Fonte: Facebook, 2019.

O caso 6 demonstra mais uma situação em que a aparência da vítima, que declara ser do sexo feminino, é avaliada num contexto em que não havia necessidade disso, onde o corpo da mulher é exposto e julgado. A gordofobia (fobia de pessoas gordas), nesse caso, nos leva a refletir que essa é uma forma de preconceito contra pessoas acima do peso, mas pode ter também alguma relação com a misoginia, afinal os corpos de mulheres são mais avaliados.

De toda forma, a aparência física e especificamente o peso são os argumentos levantados pelo agressor para ferir a vítima. O *memê* postado estava relacionado a duas esferas: jogos e relacionamentos, e a *Pessoa P* fez um comentário relatando algo pessoal dentro dessa temática, assim seu aspecto visual não estava em questão. O agressor, *Pessoa Q*, mesmo assim intervém: “naum namora pq é feia demaissssuauuaa olha essas banha. tem obrigação de ser boa jogadora”, proferindo à vítima palavras de grande violência.

No caso 6, como em outros casos observados na pesquisa de campo, a vítima, ao se defender, também ofende a aparência do agressor chamando-o “cara de crakero”, o que estimula ainda mais o agressor a atacá-la novamente: “falou a obesa espinhenta (...). E tem coragem de por foto de perfil assim parece uma porca de gorda”. A cada ataque o agressor aprofunda ainda mais a crueldade de suas palavras, ofendendo a vítima com mais e mais intensidade.

A defesa mais comum, que é o ataque, deve ser combatida, sob o risco de se entrar em um ciclo de reprodução incansável de violência. É preciso pôr fim a esse ciclo, mas isso só se faz quando se aprende a fazê-lo, assim como se aprende a ser violento. Por isso a importância de uma Educação que trabalhe noções éticas, voltadas para a paz e para o respeito ao próximo, mesmo diante das diferenças, sobretudo no contexto dos meios de comunicação digitais, que permitem tanta liberdade de expressão.

4.2 As entrevistas

Com o intuito de aprofundar os dados obtidos na observação, do período janeiro a junho de 2019 foram realizadas entrevistas a partir de um roteiro previamente elaborado (Anexo 1). Dos seis casos de *cyberbullying*

selecionados, treze sujeitos envolvidos nesses casos foram convidados a participar da entrevista, tanto vítimas quanto agressores e testemunhas das situações. Quatro pessoas envolvidas nos casos acima relatados aceitaram participar e responderam ao convite.

As entrevistas foram semiestruturadas e realizadas *on-line*, no *Messenger*, um aplicativo mensagens instantâneas do próprio Facebook, local onde foi feita a observação, o que facilitou a comunicação com os sujeitos envolvidos e a própria entrevista.

Para garantir o anonimato e a privacidade dos entrevistados, os pseudônimos utilizados são os mesmos dos casos anteriores, o que também facilita a identificação dentro do contexto da pesquisa.

4.2.1. A vítima dos casos 2 e 3

A primeira entrevista aconteceu com a *Pessoa C*, que foi vítima de xenofobia nos casos 2 e 3 e que declara ser do gênero masculino e ter 13 anos. Nos dois casos ele foi vítima de xenofobia e preconceito por ser nortista ou nordestino e fica evidente que, no caso 2 não se pronuncia e no caso 3, que sofre o mesmo tipo de preconceito, responde apenas: “Ng pergunto tua opinião”.

Abaixo, segue a transcrição da entrevista realizada com a *Pessoa C*:

Pesquisadora: Olá. Meu nome é Fernanda Lino, sou professora e pesquisadora. O tema da minha pesquisa é sobre cyberbullying e eu gostaria de fazer algumas perguntas para contribuir na pesquisa. Seu nome e suas informações pessoais não serão divulgados em hipótese nenhuma. Você aceita responder algumas perguntas?

Pessoa C: Oi

Sobre o q

?

Pesquisadora: Sobre Cyberbullying e sobre respostas dadas em um post seu no grupo (...) A partir de uma postagem sua.

Pessoa C: Ok

Pesquisadora: Você sabe o que é cyberbullying?

Pessoa C: Mais ou menos

Pesquisadora: Sobre a situação que você vivenciou no grupo, como se sentiu?

Pessoa C: Nada

normal

Sempre tem esse otareos

Pesquisadora: Por qual motivo você acha que a pessoa agiu assim e lhe agrediu?

Pessoa C: pq ficou inveja pqnaom sabe jogar
eu jogo dês de 9 anos todo dia

Pesquisadora: Interessante! (emoji de palmas)

Na escola que você estuda ou estudou, foi ensinado sobre como se comportar no mundo virtual?

Pessoa C: as professoras não conseguem fazer nós comportar em nenhum lugar (emojis de risada)

Pesquisadora: Seus pais já falaram algo sobre a segurança na internet?

Pessoa C: a minha mãe já ela fala dos pedófilo

O jogo é seguro

o grupo é q escutavam

Pesquisadora: Você já passou por outras situações como essa?

Pessoa C: Sim

Pesquisadora: Você acha que a escola pode ajudar as pessoas a agirem de forma menos violenta e preconceituosa no mundo virtual? Como?

Pessoa C: a ensinar

e explicar que pode ser perigoso

muita gente faz perfil falso pra enganar

Pesquisadora: E se fosse falar algo para o menino que lhe ofendeu, o que diria?

Pessoa C: q é um otários q vai aprender a jogar pra vir me crítico

Pesquisadora: Pessoa C, agradeço por sua disponibilidade em contribuir com a minha pesquisa! Muito obrigada!

Pessoa C: Ok

Pesquisadora: Abraço

Figura 16: Entrevista com a vítima dos casos 2 e 3



Fonte: Facebook, 2019.

A entrevista com a vítima traz alguns elementos para complementar as análises deste estudo. Primeiramente, a *Pessoa C* não demonstra ter uma consciência plena da agressão vivenciada. Não há reconhecimento de a ofensa ter sido uma forma de xenofobia ou de preconceito contra a região que é originária. Em nenhum momento a *Pessoa C* menciona a condição de nordestino e tampouco comenta sobre a ofensa em si, preferindo argumentar

que a situação se deu porque o agressor tem inveja, pois não sabe jogar, já que ele é um jogador diário desde os nove anos de idade.

Um aspecto que parece estar claro é a naturalização sobre a violência sofrida, pois ao ser perguntado o que sentiu, respondeu com palavras como “nada” e “normal”. Duas hipóteses para essa naturalização seriam: ou a vítima não vê de fato nenhuma gravidade nessa situação, ou ela está tão acostumada a ser ofendida (como afirmou que havia passado por outras situações semelhantes) que não reconhece a situação como uma forma de violência. Em ambos os casos há a necessidade de uma intervenção familiar e educativa, uma orientação e uma proteção dos direitos de defesa da vítima.

Quando a *Pessoa C* foi perguntada sobre se, em sua vida escolar, foi ensinado sobre como se comportar no mundo virtual, ela responde ironicamente que se “as professoras não consegue fazer nós comporta em nenhum lugar (*emojis de risada*)”, indicando que a escola em nada contribuiu sobre noções de segurança na internet. Sobre essa questão, ele relata que a mãe o alertou apenas a respeito da existência de pedófilos. Nesse sentido, a vítima esclarece que o ambiente do jogo é seguro, mas o grupo de pessoas no Facebook não.

Ao ser questionado sobre como a escola poderia contribuir para as pessoas a agirem de forma menos violenta e preconceituosa no mundo virtual, a *Pessoa C* responde de uma forma simples, porém bastante resumida o que a escola poderia fazer: “ensinar e explicar que pode ser perigoso”. Complementa afirmando que muitas pessoas utilizam perfis falsos com o intuito de enganar, realidade bastante comum no universo virtual.

É importante também destacar que uma das perguntas iniciais é se a pessoa entrevistada sabe o que é *cyberbullying* e a *Pessoa C* responde que “mais ou menos”, evidenciando a necessidade de um trabalho educativo que elucide e problematize esse fenômeno tão comum entre crianças e adolescentes.

4.2.2. A testemunha que virou vítima no caso 5

A segunda entrevista foi realizada com a *Pessoa N*, que declara ser do gênero masculino e ter 18 anos. Foi testemunha do ataque racista e, após

tentar defender a vítima (autora da publicação), foi vítima de racismo também. Segue a entrevista na íntegra:

Pesquisadora: Olá (Pessoa N)! Meu nome é Fernanda Lino, sou professora e pesquisadora. O tema da minha pesquisa é sobre cyberbullying e eu gostaria de fazer algumas perguntas para contribuir na pesquisa. Seu nome e suas informações pessoais não serão divulgados em hipótese nenhuma. Você aceita responder algumas perguntas?

Pessoa N: Oi. Que perguntas

Pesquisadora: A respeito dessa situação: (print da conversa)

Pessoa N: O q vc quer saber

Pesquisadora: Você sabe o que é cyberbullying?

Pessoa N: Sei sim é bulyng na internet

Pesquisadora: Sobre a situação que você vivenciou no grupo, como se sentiu?

Pessoa N: Eu fiquei tranquilo pq eu tô acostumado com esses grupos grandes sempre tem muita gente que entra só pra xingar os outros

Pesquisadora: O que você acha das coisas que escreveu e /ou respondeu?

Pessoa N: Até que fui educado pq se fosse outra pessoa com ctza ia xingar de volta

Pessoa N: Eu só muito calmo

Pesquisadora: Por qual motivo você acha que a pessoa agiu assim e lhe agrediu?

Pessoa N: Pq tem gente que só fica feliz se tiver odiando os outros pq não é feliz

Pessoa N: E pq quer aparecer

Pesquisadora: Na escola que você estuda ou estudou, foi ensinado sobre como se comportar no mundo virtual?

Pessoa N: Nao

A gente aprende a fica mais esperto com o tempo e

Na minha escola nao tinha essa ninguém podia usar cell

Pesquisadora: Não tinha sala de informática? Educação midiática e etc?

Pessoa N: Nada

Não tinha nem computador que funcionasse e nenhum professor falava sobre nada disso

Só enciam matéria no quadro

Pesquisadora: Você acha que a escola pode ajudar as pessoas a agirem de forma menos violenta e preconceituosa no mundo virtual? Como?

Pessoa N: Obvio podia ter uma matéria disso

Se tivesse tvz eu não tivesse desistido 😊

Pesquisadora: E talvez as pessoas se respeitassem mais... pra não acontecer o que aconteceu com você

Pessoa N: Mas olha eu vejo coisa bem pior por aí de boa eu fiquei irritado na hora mas dps nem lembrei mais

Pesquisadora: O que você vê de pior, por exemplo?

Pessoa N: Ah gente q é perseguida ou xingada de coisas vemmm pior

No grupo do FortNite tem muita gente babaca

Pesquisadora: Será que se na escola ou na família se aprendesse o respeito nas redes sociais, esse comportamento não existiria?

Pessoa N: Sim mas ninguém ensina e não coloca limite os caras se acham poderosos pq estão ataz de uma tela então acha que nada vai acontecer com eles entende

E não acontece nada

Eu já denunciei um comentário uma vez e não aconteceu nada

Pesquisadora: Gostaria de deixar uma mensagem, seja para agressores ou seja para as vítimas de agressões nas redes sociais?

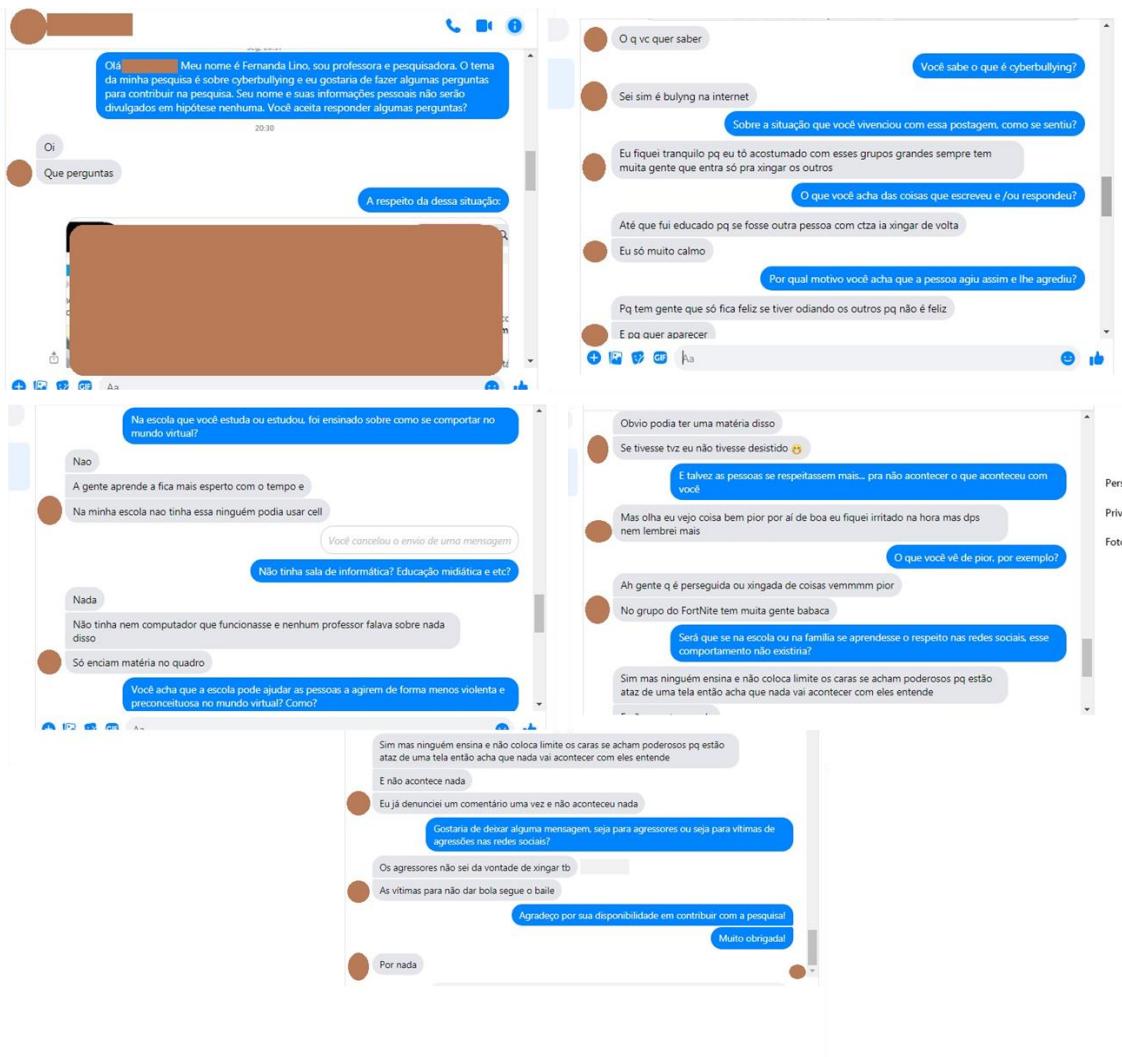
Pessoa N: Os agressores não sei da vontade de xingar tb

As vítimas para não dar bola segue o baile

Pesquisadora: Agradeço por sua disponibilidade em contribuir com a pesquisa! Muito obrigada!

Pessoa N: Por nada

Figura 17 – Entrevista com a testemunha do caso 5



Fonte: Facebook, 2019.

Como a Pessoa N esclarece na entrevista, ela tem ciência do que é o *cyberbullying*, mesmo assim, isso não a impediu de ser vítima também, ao intervir no ataque racista que outra pessoa estava sofrendo. Apesar de demonstrar conhecimento sobre o *cyberbullying* e outras questões sobre a situação que vivenciou, em nenhum momento menciona o racismo como a forma de violência específica que sofreu.

Novamente a entrevista com uma das vítimas se volta para uma naturalização da violência vivida. Ela confirma isso quando afirma que ficou tranquila, pois está acostumada com esse tipo de insulto em grupos virtuais grandes, já que “sempre tem muita gente que entra só pra xingar os outros”. Quando questionada sobre a forma como respondeu ao ataque, a Pessoa N

declara que foi é muito calma e educada, pois pensa que se fosse outra pessoa no lugar dela, provavelmente iria reagir de forma pior e “xingar de volta”. A naturalização da violência aparece também ao final da entrevista, ao deixar uma mensagem para outras vítimas, a *Pessoa N* recomenda a não reagir frente às situações de agressão sistemática, “para não dar bola segue o baile”.

A naturalização do *cyberbullying* talvez esteja associada, entre outros fatores, à impunidade dos agressores, como revela o entrevistado ao afirmar que ninguém ensina e tampouco é colocado limite, dessa forma os agressores se acham poderosos e pelo fato de estarem atrás de uma tela, acham que nada vai acontecer com eles. A *Pessoa N* demonstra que está convicta da impunidade, pois “não acontece nada”, relatando certa vez em que havia realizado uma denúncia de uma agressão, mas “não aconteceu nada”.

Quando lhe foi perguntado sobre o motivo que fez o agressor agir assim, a vítima expõe algo forte e que merece atenção: “tem gente que só fica feliz se tiver odiando os outros pq não é feliz”. Além disso, ela afirma que há agressores que simplesmente têm a necessidade de chamar atenção, de “aparecer”. Essa naturalização da cultura dos odiadores (*haters*) tem que ser questionada e superada, e a educação é o principal caminho para que os sujeitos desaprendam que isso é normal.

Nesse sentido, como foi verificado em alguns casos observados nesta pesquisa, a naturalização da violência se propaga não apenas na maneira direta que parte de agressores, mas também nas formas pelas quais as vítimas reagem, passando a se defender com brutalidade e criando um círculo de violência e agressividade. A *Pessoa N* confirma isso ao afirmar que sente vontade de “xingar” também.

No que tange à escola, a *Pessoa N* afirma que na sua vida escolar não foi ensinado sobre como se comportar no mundo virtual. Ele afirma que se aprende a ficar “mais esperto” com o tempo, e que na sua escola “não tinha essa” já que não era permitido nem fazer o uso do telefone celular, dando a entender que, por não ter sala de informática e nenhum trabalho relacionado à educação midiática, em nenhum momento a escola permitiu situações em que se pensasse educativamente sobre essas questões. A esse respeito, o entrevistado menciona a falta de uma infraestrutura física, mas, ao mesmo

tempo, a ausência do interesse pedagógico envolvendo as questões da cultura digital, como fica nítido quando diz “não tinha nem computador que funcionasse e nenhum professor falava sobre nada disso. Só encinam matéria no quadro”.

Ao ser questionada se a escola pode ajudar as pessoas a agirem de forma menos violenta e preconceituosa no mundo virtual, a *Pessoa N* respondeu que isso é óbvio e sugere que poderia ser criada uma matéria específica a esse respeito, complementando que se houvesse uma disciplina ou um trabalho assim na sua época escolar, talvez ela não tivesse desistido da escola. Isso demonstra o quanto é importante trazer para o âmbito educativo as questões da cultura digital, atreladas aos conhecimentos historicamente produzidos que, evidentemente, também são essenciais.

4.2.3 O agressor do caso 4

A quarta entrevista foi realizada com a *Pessoa I*, que foi a agressora no caso 4 de *cyberbullying*, o qual envolveu preconceito social e de classe. A agressora declarou ser do gênero feminino e ter 14 anos.

Pesquisadora: Olá, *Pessoa I*. Meu nome é Fernanda Lino, sou professora e pesquisadora. O tema da minha pesquisa é sobre *cyberbullying* e eu gostaria de fazer algumas perguntas para contribuir na pesquisa. Seu nome e suas informações pessoais não serão divulgados em hipótese nenhuma. Você aceita responder algumas perguntas?

Pessoa I: Qual perguntas?

Pesquisadora: Sobre o seguinte episódio: (print do caso 4)

Pessoa I: Ahhhhh

Pesquisadora: Você sabe o que é *cyberbullying*?

Pessoa I: Sei mais não fiz isso

Pesquisadora: Porquê?

Pessoa I: Pq eu não torturei o garoto

Pesquisadora: Como você se sentiu com a situação?

Pessoa I: Normal ue

Eu tava avisando pro (Pessoa G) do naipe do garoto

Fui sincera

Depois ele ia ter problemas ctza

Pesquisadora: O que você acha das coisas que escreveu?

Pessoa I: Já falei ali normal

Eu nem falei palavrão nem xinguei nada

Pesquisadora: Qual motivo levou você a agir assim com a pessoa?

Pessoa I: Pq assim tem muito garoto metido o jogador mas que não é tipo esse era golpe ctzapq era favelado garanto q n comida tem e vem dar uma de querer participar do time do garoto

Pesquisadora: Ele não poderia ser um bom jogador?

Pessoa I: Hello em q mundo vc vive

Pesquisadora: Na escola que você estuda ou estudou, foi ensinado sobre como se comportar no mundo virtual?

Pessoa I: Naop

A gente aprende sozinhos se defender e atacar qdo precisa

A escola não tá nem aí pro que a gente faz no mundo virtual

Pesquisadora: Você acha que a escola pode ajudar as pessoas a agirem de forma menos violenta e preconceituosa no mundo virtual?

Pessoa I: Axo q escola tinha q ensinar a gente a não entra em conversa furada e nem em robadapq tem muita gente do mal na internet

Uma vez teve um cara no chat que tinha 25 anos e queria me encontrar ele dizia que jogava mas era mentira minhas amiga viram e disseram pedófilo ctza

Eu não tava vendo maldade

Pesquisadora: Como a escola poderia ajudar a evitar isso?

Pessoa I: Dando aula disso poderia ter uma matéria que ensinasse isso pra gente

Mas os professornao quer saber disso nem olhar a hora no cell eles deixa

Podia ajudar a gente a se situar no que a gente tá fazendo

Mas os professor são mo perdido não sabe nem usar um app

Pesquisadora: Tem mais alguma coisa que você gostaria de falar sobre o cyberbullying?

Pessoa I: Que as pessoas parasse de fazer isso

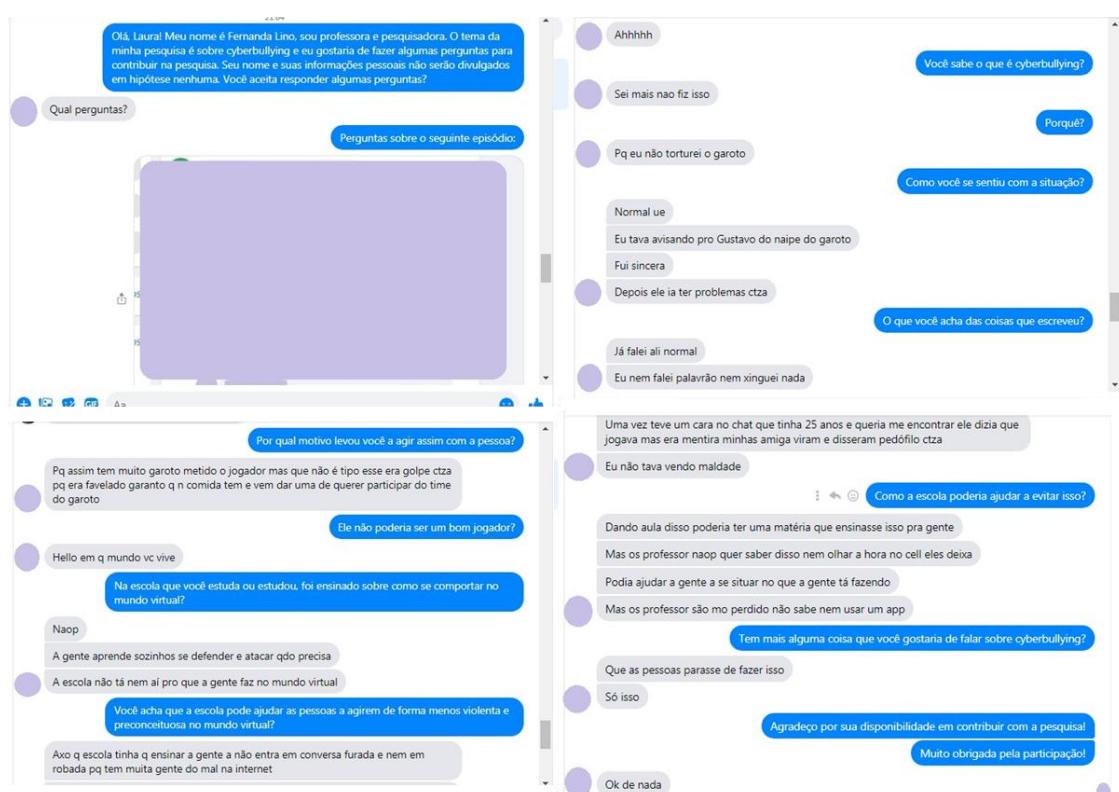
Só isso

Pesquisadora: Agradeço por sua disponibilidade em contribuir com a pesquisa!

Muito obrigada pela participação!

Pessoa I: Ok de nada

Figura 18 - Entrevista com o agressor do caso 4



Fonte: Facebook, 2019.

A Pessoa I afirmou saber o que é *cyberbullying*, porém, imediatamente se defendeu argumentando que não fez isso na circunstância do caso 4, uma vez que não torturou “o garoto”. Essa negação enquanto agressora numa ocorrência de *cyberbullying* foi defendida pela entrevistada com muita convicção, quando a mesma revelou que se sentiu “normal” com a situação, pois o intuito era avisar para o autor da publicação (Pessoa G) a respeito do “naipe” do garoto (vítima), que ele depois ia ter problemas com o mesmo.

A Pessoa I insiste na defesa e, para provar que não se enquadra no perfil de agressora, afirma “nem falei palavrão nem xinguei nada”, dando a entender que palavras de baixo calão é que se configuram violência. Essa crença de que só ‘palavrões’ são agressivos pode ser bastante comum, mas é preciso esclarecer que existem manifestações de violência e crimes sem que com isso sejam desferidas palavras mais rudes ou pornográficas. Para a agressora, as suas palavras não foram violentas, mas sinceras e, portanto, aceitáveis.

Seus argumentos dão a entender que a atitude no caso 4 é justificada quase como uma forma benéfica, justiceira. Para a agressora, “tem muito garoto metido o jogador, mas que não é tipo esse era golpe ctza pq era favelado garanto q n comida tem e vem dar uma de querer participar do time do garoto”. Essa sequência, ao mesmo que busca se justificar, volta a repetir o mesmo preconceito de classe praticado na circunstância do caso 4, demonstrando mais uma vez a discriminação social e reiterando que o erro foi da vítima ao ousar candidatar-se para o time de jogadores, já que tinha aparência de “favelado”. A entrevistada, dessa forma, não reconhece nada de errado na forma como tratou a vítima.

Em relação ao questionamento sobre se na escola que a entrevistada estuda ou estudou, foi ensinado sobre como se comportar no mundo virtual, a resposta foi, como em outras entrevistas, negativa. A Pessoa I afirmou algo que pode ser bastante representativo na cultura digital e que explique tantos fenômenos negativos: “a gente aprende sozinhos se defender e atacar qdo precisa. A escola não tá nem aí pro que a gente faz no mundo virtual”. Essa resposta contém várias questões importantes e, dentre elas, a necessidade de educar para os meios de comunicação, para que as crianças e adolescentes não tenham que aprender sozinhos a forma errada de agir e se manter em

segurança no mundo virtual. Outro ponto importante que a entrevistada toca é quando menciona que aprendem sozinhos a se defender e a atacar, corroborando, mais uma vez, com a ideia errônea de que o contra-ataque ou a reprodução da violência é uma maneira eficiente de se defender. Por fim, quando a *Pessoa I* alega que a escola não dá atenção ao que os estudantes fazem no mundo virtual, isso fundamenta a necessidade da educação, seja formal ou informal, se aproximar cada vez mais da cultura digital que as novas gerações estão imersas.

Ainda sobre o papel da escola, a entrevistada afirma que a escola deveria “ensinar a gente a não entra em conversa furada e nem em robada pq tem muita gente do mal na internet”. Por conseguinte, é possível concluir que um trabalho educomunicativo poderia ampliar, entre outras habilidades, dimensões da cidadania que ajudem os estudantes a saberem identificar os riscos e atuar frente a eles de maneira cidadã e ética, servindo como exemplo e ajudando na reprodução de boas práticas. A *Pessoa I* relata um exemplo de um risco que correu, onde foi alertada pelas amigas: “uma vez teve um cara no chat que tinha 25 anos e queria me encontrar ele dizia que jogava mas era mentira minhas amiga viram e disseram pedófilo ctza. Eu não tava vendo maldade”.

A entrevistada pensa que a escola poderia ajudar a evitar tais situações arriscadas “dando aula disso” ou na criação de uma disciplina que abordasse tais questões, para ajudá-los a se situar no universo virtual. Ela traz ainda uma crítica aos professores, de que não se interessam por assuntos que envolvam a cultura digital e que os professores “são mo perdido não sabe nem usar um app”.

O curioso é que a *Pessoa I*, mesmo tendo sido a agressora do caso 4, demonstrando o preconceito social e a discriminação de uma forma extremamente cruel e fria, não reconhece que foi autora de tal ato, dado que como mensagem final da entrevista afirma, a respeito do cyberbullying, que “as pessoas parasse de fazer isso”.

4.2.4 A testemunha do caso 4

A última entrevista obtida na pesquisa de campo foi com a Pessoa G, testemunha do caso 4 de *cyberbullying*, que envolveu preconceito social e de classe. O entrevistado declara, no seu perfil de Facebook, ser do gênero masculino e ter 19 anos.

Segue a transcrição da entrevista:

Pesquisadora: *Meu nome é Fernanda Lino, sou professora e pesquisadora. O tema da minha pesquisa é sobre cyberbullying e eu gostaria de fazer algumas perguntas para contribuir na pesquisa. Seu nome e suas informações pessoais não serão divulgados em hipótese nenhuma. Você aceita responder algumas perguntas?*

Pessoa G: Olá. Mais sobre o que especificamente?

Pesquisadora: Sobre essa situação: (print da conversa)

São só algumas perguntas sobre a minha pesquisa sobre cyberbullying.

Pessoa G: Diga lá

Pesquisadora: Você sabe o que é *cyberbullying*?

Pessoa G: Sei

Mas tenho dúvida se foi isso o que aconteceu ali

Pesquisadora: Porquê?

Pessoa G: Pq não chegou a perseguir

Só ofendeu mesmo

E foi racista né

Pesquisadora: Como se sentiu com a situação?

Pessoa G: Ah ruim né,

Chato pq isso queima nosso trabalho

Não é palhaçada

Pesquisadora: O que você acha das coisas que foram escritas e como você respondeu?

Pessoa G: Ah eu achei que eu fiz o certo pra parar com aquela discussão ridícula

Pq não tinha nada haver com meu post

Pesquisadora: Por qual motivo você acha que a pessoa agiu assim e agrediu o (Pessoa H)

Pessoa G: Pq é racista uai

Mas sabe eu vejo muito disso nos grupos vc vê de um tudo

É bemmm normal

Pesquisadora: Você já viu outras situações de racismo?

Alguma vez você já foi vítima de agressão virtual?

Pessoa G: Normal vejo muito!

Eu nunca fui graças a Deus

Não tem pq

Pesquisadora: Na escola que você estuda ou estudou, foi ensinado sobre como se comportar no mundo virtual?

Pessoa G: Não

Na minha época não existia essas coisas

Era xingamento cara a cara mesmo heheheh

Pesquisadora: Você acha que a escola pode ajudar as pessoas a agirem de forma menos violenta e preconceituosa no mundo virtual? Como?

Pessoa G: Eu acho que o professores tem de começar a ensinar que o que a gente faz no jogo ou na rede social é igual o que a gente faz ao vivo

O comportamento é o mesmo

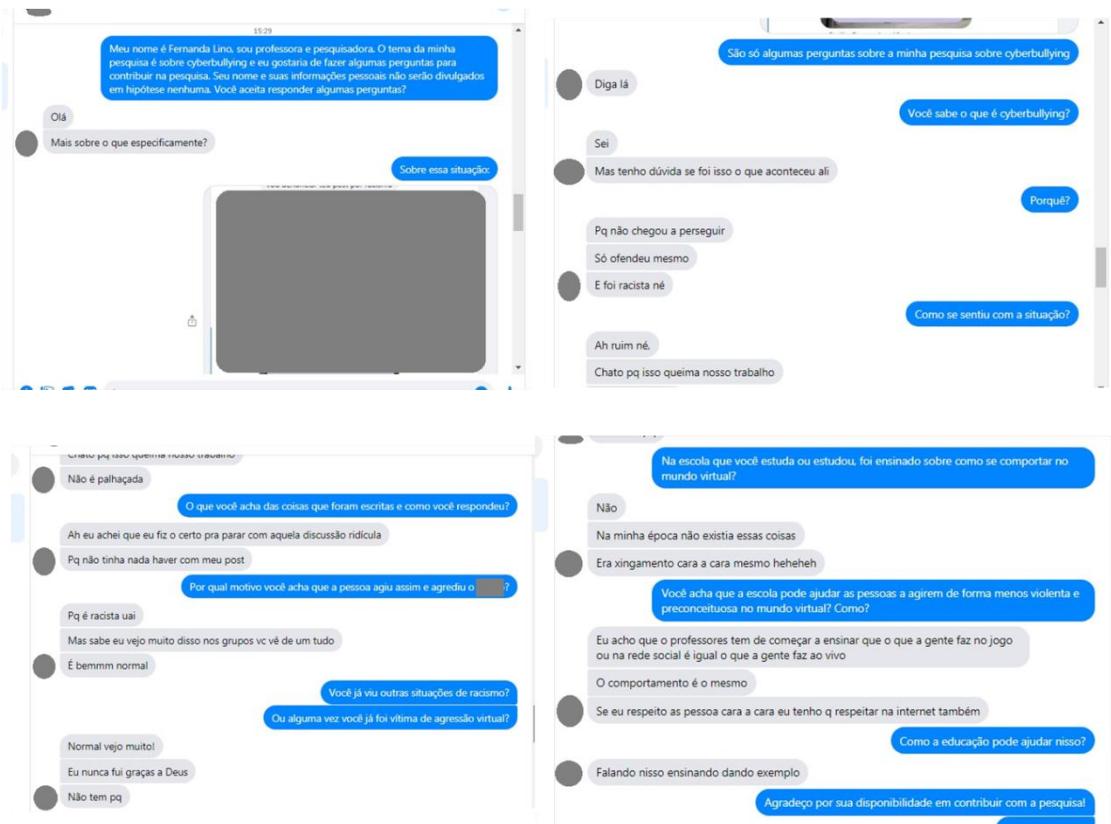
Se eu respeito as pessoa cara a cara eu tenho q respeitar na internet também

Pesquisadora: Como a educação pode ajudar nisso?

Pessoa G: Falando nisso ensinando dando exemplo

Pesquisadora: Agradeço por sua disponibilidade em contribuir com a pesquisa!

Figura 19 - Entrevista com a testemunha do caso 4



Fonte: Facebook, 2019.

A Pessoa G afirma que sabe o que é *cyberbullying*, mas relata dúvida em relação à situação ocorrida no caso 4 como uma circunstância de *cyberbullying*, pois, para ela, não houve perseguição, só ofensa e racismo. Isso demonstra que a definição de *cyberbullying* não está bem clara, embora reconheça a expressão e também algumas formas de manifestação.

O entrevistado, que foi autor da publicação e interveio ameaçando a agressora com denúncia e exclusão dos comentários, afirma que sentiu mal com a situação e que isso seria “chato” porque afetaria o trabalho relacionado ao anúncio publicado. Questionada sobre a forma como reagiu, intervindo na agressão e ameaçando a agressora, a Pessoa G afirma ter achado correta a forma com que atuou, “parar com aquela discussão pq não tinha nada haver com meu post”. Afirmou também que a motivação da agressora foi porque era racista, demonstrando, com essa afirmação, que soube reconhecer a forma com que o *cyberbullying* se manifestou – coisa que não foi comum nos casos observados e, por isso, dificulta a defesa das vítimas.

Como outros participantes da entrevista, a *Pessoa G* demonstrou uma naturalização da violência ao dizer que testemunha “muito disso nos grupos” e que é “bemmm normal”. Justamente essa normalização das práticas violentas, em especial do *cyberbullying*, que devem ser discutidas e interrompidas por meio da ação educomunicativa.

Quando questionada se na escola que estudou foi ensinado sobre como se comportar no mundo virtual, a *Pessoa G* responde que não, pois na época em que era estudante “não existia essas coisas, era xingamento cara a cara mesmo”. Aqui, o entrevistado revela que na sua época de estudante o que acontecia era na verdade o *bullying* convencional, pois, pelo fato de as tecnologias a cultura digital ainda não estarem amplamente difundidas, o *cyberbullying* não era tão comum.

Sobre como a escola pode ajudar as pessoas a agirem de forma menos violenta e preconceituosa, a *Pessoa G* sugere que “os professores tem de começar a ensinar que o que a gente faz no jogo ou na rede social é igual o que a gente faz ao vivo, o comportamento é o mesmo, se eu respeito as pessoa cara a cara eu tenho q respeitar na internet também”. Essa opinião demonstra que o entrevistado tem certa consciência das necessidades de uma educação voltada para os meios, que enfoque o que os usuários crianças e adolescentes fazem e consomem, as aprendizagens vivenciadas, os ambientes por onde transitam e os riscos nos quais estão submetidos. Também revela algo fundamental, a mesma ética e o mesmo respeito que buscamos ter no âmbito presencial deve ser reproduzido na dimensão virtual, já que esse não é um território livre de leis, reações e punições.

4.3 Aspectos recorrentes no campo

Diante dos dados coletados no campo, apresentados e refletidos neste capítulo, foi possível construir uma relação de aspectos que são recorrentes e que marcam o *cyberbullying* a partir da ótica deste estudo. Eles não são os únicos elementos, mas foram o que apareceram com mais frequência e que por isso merecem destaque.

O primeiro aspecto diz respeito à **falta de consciência da violência**, demonstrada tanto por agressores, como por vítimas e testemunhas. Isso

abrange o *cyberbullying* e também as formas violentas e criminosas pelos quais ele se manifesta, como racismo, machismo, xenofobia, preconceito e discriminação, entre outros. Parece que há um desconhecimento ou um não reconhecimento do tipo de violência específico que se está passando ou que se presencia alguém passar, o que impede a reação.

Outro aspecto que ficou marcante nos dados obtidos é a **naturalização da violência** por parte de todos os envolvidos nas situações de *cyberbullying*. Isso justifica, em parte, a falta de reação e busca de direitos das vítimas. Mesmo que ocorra a identificação de que há uma ação sistemática de violência em uma situação, os participantes (sejam agressores, vítimas, plateia) costumam afirmar que isso é normal. É normal ser agressivo, é normal sofrer agressão, é normal testemunhar atos agressivos contra outros, tudo isso é muito natural e é perda de tempo denunciar, se defender e buscar justiça. E assim, quantas e quantas crianças, adolescentes e jovens amargam experiências dolorosas e traumáticas pelo resto de suas vidas?

Tal naturalização leva ao **silenciamento da vítima**, pois, se é natural sofrer violência, seja física, verbal, emocional, torna-se igualmente natural calar qualquer espécie de reivindicação ou manifestação contra essa violência. Há uma distorção recorrente onde parece que a fraqueza e a vergonha são de quem denuncia ou expõe uma situação em que foi vítima de *cyberbullying*, e não do agressor, e, para não se expor ainda mais, as vítimas optam por silenciar e ignorar a agressão. Tal silenciamento também pode ser observado no comportamento das testemunhas e da plateia que assiste à situação, como nos casos analisados, demonstrando pouca ou nenhuma interferência. Quando algo se torna tão natural e aceitável, não há a necessidade de verbalizar a respeito e isso pode se tornar extremamente perigoso e letal.

Mais um ponto que é próprio do *bullying* e do *cyberbullying* e que foi recorrente nos casos observados é a **insistência dos agressores** em ofender, agredir e desqualificar as vítimas. Não basta uma única ofensa ou palavra vil, os agressores manifestam sua violência reiteradamente. Algumas vezes essa insistência vem acompanhada de uma falta de pudor e consciência da gravidade próprio ato ou, ainda, pela convicção de que está fazendo uma coisa correta ou justa, mesmo que má. Parece ser um desejo não apenas de expressar suas ideias (mesmo que sejam criminosas, antiéticas e perversas),

mas de convencer a vítima a respeito dessas ideias e expô-la à uma situação vexatória publicamente.

Um aspecto que é presente nos casos de *cyberbullying* é que a **vítima comumente torna-se o agressor**. Há estudos em diversas áreas que indicam que quem sofre abuso e violência tem grande chance de torna-se um abusador e reproduzir a violência que foi submetido. Em uma analogia à célebre ideia de Paulo Freire, o oprimido pode se tornar o opressor. Esse ciclo de reprodução de violência deve ser interrompido, as vítimas têm que encontrar apoio e orientação na sociedade para reagir, buscar justiça, superar a experiência e ajudar na formação de uma consciência que cesse tal ciclo e proteja as futuras gerações.

Por fim, uma questão que foi revelada com ênfase nas entrevistas foi a **atuação quase nula da escola** no sentido de realizar um trabalho que envolva questões importantes da cultura digital, como a segurança, a cidadania e a consciência crítica. Ficou evidente que, tanto para vítimas quanto para agressores e testemunhas, durante a sua trajetória escolar não houve oportunidade de aprender sobre crimes virtuais, formas de se proteger e sobre questões legais que envolvem não apenas o mundo virtual, mas o presencial também.

5. O FORTALECIMENTO DE ECOSISTEMAS EDUCOMUNICATIVOS NO COMBATE AO CYBERBULLYING

“Não teme enfrentar, não teme ouvir, não teme o desvelamento do mundo. Não teme o encontro com o povo. Não teme o diálogo com ele, de que resulta o crescente saber de ambos. Não se sente dono do tempo, nem dono dos homens, nem libertador dos oprimidos. Com eles se compromete, dentro do tempo, para com eles lutar”. (Paulo Freire).

Com os resultados obtidos a partir da coleta e da análise dos dados, foi possível chegar aos aspectos recorrentes na observação de práticas de *cyberbullying* e nas entrevistas com os evolvidos, quais sejam: a falta de consciência da violência; a naturalização da violência, o silenciamento da vítima; a insistência do agressor, a vítima comumente torna-se o agressor e, por fim, a atuação quase que nula da escola. Apoiado nesses aspectos que se mostraram mais presentes na pesquisa, realizamos uma articulação entre eles e a Educomunicação, especialmente ao conceito de ecossistemas comunicativos, que é um componente importante desse campo de saber e atuação.

Conforme Ismar Soares, essa pode ser definida como um “conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos” (2002, p. 24). Para o pesquisador, tais ações são destinadas a criar e a fortalecer os ecossistemas comunicativos em espaços educativos, sejam eles presenciais ou virtuais, formais ou informais. Por conseguinte, a Educomunicação permite a ocorrência de:

(...) Ecossistemas comunicativos abertos e dialógicos, favorecendo a aprendizagem colaborativa a partir do exercício da liberdade de expressão, por meio do acesso e inserção crítica e autonomia dos sujeitos e de suas comunidades na sociedade da comunicação, visando à prática cidadã em todos os campos da intervenção humana na realidade social (SOARES, 2002, p. 21).

A promoção de ecossistemas comunicativos é capaz de impulsionar o coeficiente comunicativo das práticas educativas, o que abrange, também, o uso dos recursos da informação e das tecnologias no processo de ensino e

aprendizagem. Jesús Martín-Barbero, deslocou o lugar das perguntas, dos meios para as mediações (Teoria das Mediações), chamou a atenção para o conceito de ecossistema comunicativo. Tal como o conceito biológico de ecossistema, o ecossistema comunicativo é considerado um novo lócus comunicacional, surgido através das novas maneiras com que o conhecimento circula na sociedade e que envolvem uma dinâmica de inter-relacionamentos entre as pessoas e as informações mediadas pelos meios de comunicação e as tecnologias digitais (Martini, 2019). Para Martín-Barbero (2011, p. 125 -128), o ecossistema comunicativo “está se transformando em alguma coisa tão vital como o ecossistema verde, ambiental”. Desse ecossistema emerge “outra cultura, outro modo de ver e ler, de aprender e de conhecer”.

Embásado na compreensão de que a comunicação faz parte da tessitura da cultura e da vida contemporânea, Martín-Barbero (conforme Deliberador e Lopes, 2016, p. 43) defende que os ecossistemas comunicativos se materializam através de duas dinâmicas. A primeira é a partir da relação das pessoas com as tecnologias que permitem uma experiência cultural singular e provida de uma nova sensibilidade, o que ocasiona um rompimento geracional. A segunda dinâmica na qual os ecossistemas comunicativos se materializam acontece no âmbito da comunicação, porém, não se limita a uma perspectiva que a define apenas como sinônimo de suporte midiático, superando, assim, esse reducionismo.

Ao analisar o conceito de ecossistemas comunicativos no campo da Educomunicação, Silva e Messa (2013) constatam que sua definição está associada ao cuidado da saúde e do bom fluxo das relações entre as pessoas e os grupos humanos no ambiente educacional, bem como ao acesso ao uso das tecnologias da informação e à produção de mídia.

Empoderar e dar vazão à expressão/comunicação de alunos, professores, comunidade, família e demais atores sociais ligados à educação é o maior entendimento que se pode traduzir por ecossistema comunicativo: é justamente essa potencialização que propõe a Educomunicação nos espaços educativos e suas ramificações culturais, sociais e políticas (SILVA; MESSA, 2013, p. 88).

Dessa forma, ao criar e fortalecer ecossistemas comunicativos, o ambiente escolar direciona sua atenção para diferentes tipos de linguagens,

narrativas e representações que modificam a percepção dos sujeitos envolvidos no processo educativo. Por um lado, isso permite que os estudantes emitam sua própria voz, expressando e criando informações e saberes e, por outro lado, faz com que os temas mais relevantes de um determinado contexto sejam problematizados e discutidos, promovendo assim, a participação na construção de conhecimentos e da cidadania.

Silva e Messa (2013, p. 92) verificam que à medida que se oportunizam ecossistemas comunicativos aos estudantes, está se propiciando que se expressem com autonomia e saibam conviver com as diferenças, “isto é, os educandos começam a pronunciar e visualizar um mundo que possui sentido, a partir de suas participações e transformações enquanto cidadãos portadores de direitos e deveres”. Os ecossistemas comunicativos possibilitam, assim, a heterogeneidade e a diferença ao confrontar diferentes perspectivas e visões de mundo, em distintos pontos de vista e diferentes manifestações, aprimorando a compreensão de que o conhecimento pode ser construído de outras formas.

Alguns pesquisadores vêm, ao longo dos últimos anos (especialmente do *Grupo EducomFloripa*), substituindo a denominação ecossistema comunicativo, para ecossistemas ‘educomunicativos’. Para Sartori (2021), o ecossistema educomunicativo requer intencionalidade, reflexão, historicidade e compromete-se com uma prática dialógica e em rede que foque no processo e que abarque conteúdos pertinentes e esse processo na construção coletiva de sentidos. A mídia é considerada, assim, como um processo cultural e agente cultural e educativo, por envolver a percepção e agitar a inteligência.

Ecossistema educomunicativo é um espaço de ação educacional e comunicativa diante de novas sensibilidades cuja prática pedagógica busca o diálogo social, construído coletivamente, diante dos jogos comunicativos da cultura digital (SARTORI, 2021).

O ecossistema educomunicativo, de acordo com Sartori (2021), envolve ambientes múltiplos, tais como a sociedade, a cultura, a economia, a infraestrutura, as mídias, a legislação, os movimentos sociais e o contexto urbano, dentre outros. Esse ecossistema tem, entre seus elementos, a função de construção e disseminação de saberes, sejam abióticos (componentes não-

vivos) como bióticos (componentes vivos humanos e não humanos). Seus objetivos envolvem a aprendizagem em rede e a construção de redes de aprendizagem, implicando relações que demandam um diálogo social e democrático.

O âmbito educacional (seja formal ou não) é um importante lócus para a realização do trabalho educomunicativo, e proporciona o que Martini (2019, p. 315) menciona como um “ambiente de reflexão plural onde todos os temas que circulam nos diversos ecossistemas comunicativos possam ser amalgamados em novos conhecimentos e no fortalecimento de ecossistemas educomunicativos”, justificando, dessa forma, a substituição do termo ecossistema comunicativo para ecossistema educomunicativo.

Souza (2017, p. 206) concebeu cinco princípios que norteiam Prática Pedagógica Educomunicativa (PPE). Tais princípios (nos quais está incluído o ecossistema educomunicativo) contribuem para que os educadores compreendam a importância de um posicionamento intencional no exercício de uma docência educomunicativa, reconhecendo as especificidades do contexto na qual ela se realiza e os desafios e possibilidades a serem enfrentadas (p. 207).

1. Considera as particularidades do contexto contemporâneo e a realidade concreta dos sujeitos que o vivenciam;
2. Tem como pressuposto o estabelecimento de um ecossistema (edu)comunicativo aberto e democrático nos espaços educativos;
3. Promove espaços de encontro e expressão, ampliando as possibilidades comunicativas entre os sujeitos participantes do quefazer educativo;
4. Preocupa-se com o uso pedagógico intencional de recursos tecnológicos e midiáticos na educação;
5. Favorece uma relação mais ativa, crítica e criativa dos sujeitos diante das tecnologias e referências midiáticas que fazem parte de seu contexto de vida (SOUZA, 2017 p. 206).

Como visto, o segundo princípio da Prática Pedagógica Educomunicativa pressupõe o estabelecimento de um ecossistema (edu)comunicativo aberto e democrático nos espaços educativos. Para tanto, os ambientes educativos devem possibilitar uma comunicação dialógica entre os sujeitos que o constituem, entre a comunidade escolar, crianças/adolescentes/jovens/adultos, a família e a sociedade (SOUZA, 2017, p. 206). A ação educomunicativa tem o propósito, conforme Martini (2019, p.

319), de “(re)integrar as diversas agências sociais de formação, embasada em aspectos éticos e de alteridade”, mediante o fortalecimento de ecossistemas educomunicativos.

A implementação dos ecossistemas educomunicativos pressupõe um conjunto de ações que sejam inclusivas (incluindo toda a comunidade no processo), democráticas (assumindo a igualdade radical entre os envolvidos), midiáticas (considerando as mediações a partir dos recursos tecnológicos) e criativas (em harmonia com a cultura local). A teia de relações que compõe esse ecossistema precisa ser edificada intencionalmente, já que não emerge de forma espontânea, mas construído “no horizonte do devir: um sistema complexo, dinâmico e aberto, conformado como um espaço de convivência e de ação comunicativa integrada” (SOUZA, 2011, p. 44).

Tendo em consideração a importância da criação e fortalecimento dos ecossistemas educomunicativos, Soares (2019, p. 20) destaca que a mídia desempenha um papel de mediação ou intermediação que não necessariamente facilita o processo de comunicação, mas cria novos problemas e desafios que exigem visões mais complexas. Problemas como o *cyberbullying*, por exemplo. Desse modo, o desafio da Educomunicação e do fortalecimento dos ecossistemas educomunicativos envolve a superação dos desafios trazidos pelos novos meios de comunicação, tendo sempre em vista que o objetivo final é a promoção de uma cidadania plena.

5.1 Aspectos recorrentes nas entrevistas e a consolidação de ecossistemas educomunicativos

Nesta sessão discutiremos sobre os aspectos recorrentes nas situações de *cyberbullying* obtidos na pesquisa, reforçando a importância do fortalecimento dos ecossistemas educomunicativos para combatê-los. A intenção é demonstrar como é possível superar essas características comuns nas situações de *cyberbullying* a partir dos pressupostos teórico-metodológicos do campo da Educomunicação. Para isso, vamos discutir e aprofundar sobre cada um desses aspectos que apareceram de forma regular nos dados obtidos no campo, tanto a partir da observação, quanto das entrevistas.

5.1.1 A falta de consciência da violência

Um dos aspectos recorrentes nos dados obtidos no campo foi a falta da consciência da violência sofrida, sobretudo a falta de consciência das próprias vítimas, mas também dos agressores e testemunhas da situação de *cyberbullying*. Não há um reconhecimento ou a constatação da situação de violência em si, tampouco do *cyberbullying*, o que nos leva a constatar a profunda falta de consciência da violência.

Sem entrarmos no campo da psicologia para tratar da expressão ‘conscientização’, retomaremos aqui o conceito de conscientização em Paulo Freire, onde a dimensão crítica está intimamente associada a tal conceito. A conscientização, para Freire, requer ultrapassar a esfera espontânea da realidade até se chegar a uma esfera crítica, “na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica” (1980, p. 26). Dessa forma, a conscientização leva a uma educação como prática de liberdade, educação essa como “um ato de conhecimento, uma aproximação crítica da realidade” (1980, p. 25).

A falta da consciência de que uma ação violenta, como as que são realizadas no *cyberbullying*, é uma falta de consciência crítica da própria realidade a que muitos sujeitos estão submetidos. Quando um sujeito está imerso em um cotidiano violento ou em um ambiente violento (como é, muitas vezes, o ambiente virtual), ele não se dá conta de tal condição, principalmente quando não tem acesso a uma educação libertadora. É difícil, portanto, enxergar criticamente a realidade e reconhecer a situação de violência que o permeia.

Algumas vítimas de racismo ou misoginia (entre outras formas de discriminação) podem, como verificado nos dados obtidos nesta pesquisa, não se darem conta que estão sendo alvo de uma violência discriminatória ou até criminosa. Podem perceber que algo está errado, mas custam a identificar de imediato o tipo de violência de que estão a sofrer. Isso dificulta qualquer possibilidade de defesa, uma vez que não se veem como vítimas, o que ajuda a naturalizar a violência em si, pois testemunhas e agressores, ao não ver reação alguma das vítimas, passam a considerar tais situações como naturais também.

Conforme Freire, “a conscientização não pode existir fora da práxis, ou melhor, sem o ato ação-reflexão” (1980, p. 26). A unidade dialética ação-reflexão, na qual a conscientização está profundamente inserida, é que compõe o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. Nesse contexto, a criação de ecossistemas educomunicativos pode promover a práxis ação-reflexão, ao possibilitar maneiras pelas quais os estudantes possam construir a consciência crítica da violência ao mesmo tempo em que sejam capazes de se expressar e agir de forma consciente e crítica, tanto nos acontecimentos presenciais, como nos virtuais .

A criação dos ecossistemas educomunicativos, inserida numa prática pedagógica educomunicativa, permite que os estudantes possam, com atividades de leitura crítica da realidade a partir dos meios de comunicação, tomar consciência da violência vivida, bem como de outros riscos e ambivalências provenientes da cultura digital. Além disso, no trabalho de fortalecimento do ecossistema educomunicativo, é possível não apenas tomar consciência da realidade de forma crítica, identificando assim, a violência quando ela ocorre, mas também realizar a produção de conteúdos que expressem cidadania, justiça social e respeito às diferenças, fazendo com que os estudantes se tornem comunicadores de conteúdos eticamente responsáveis e respeitosos, assim como propagadores da cultura da paz.

Uma vez que, para Freire, a conscientização é um compromisso histórico e requer que “os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece” (1980, p. 26), podemos deduzir que crianças e jovens têm sua existência pautada nos materiais da cultura digital, com todos os dilemas nela incluídos, como o *cyberbullying*, por exemplo. Daí a importância de uma educação que possa ofertar a problematização da realidade por meio da criação dos ecossistemas educomunicativos, para que as jovens gerações possam ter uma atitude mais consciente, crítica e emancipada perante as adversidades das redes digitais.

Para Freire (1980, p. 29), “a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a “des-vela” para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e ajudam a manter a realidade da estrutura dominante”. Sendo assim, a conscientização diz respeito, também, ao reconhecimento de uma violência sofrida, testemunhada ou até mesmo desferida contra alguém. É

poder distinguir quem são os agressores e quem são as vítimas e saber nomear exatamente qual tipo de violência está sofrendo para que haja chance de defesa. É romper com a crença em mitos que banalizam a violência, a tirania, o constrangimento, a agressividade, a ameaça e a intimidação, e que as tornam tão triviais no cotidiano ao ponto de não serem percebidas.

Enquanto uma vítima não possuir consciência da própria violência vivida, tal violência não poderá ser superada ou findada. Enquanto cidadãos não assumirem uma atitude crítica e consciente frente às diversas formas de manifestação de violência, seja ela virtual ou presencial, o próprio ciclo de reprodução da violência e de atitudes discriminatórias, agressivas e criminosas, não poderá ser encerrado. E, para que a consciência crítica seja construída na contemporaneidade, ela deve passar necessariamente pela educação, pela cultura digital e pelos meios de comunicação digitais massivos.

Por isso é que a Educomunicação e o fortalecimento de ecossistemas educomunicativos, no sentido de potencializar a expressão e a manifestação dos estudantes, levando também à consciência da própria condição de usuários das redes digitais e, sobretudo, de vítimas de violência, podem culminar em uma verdadeira transformação nas formas com que se comportam os sujeitos nesses ambientes. Ao final, além de viabilizar a conscientização e a aprendizagem, noções como a ética, o respeito mútuo e, por fim, uma cidadania plena, também serão impulsionadas.

5.1.2 A naturalização da violência

Um aspecto recorrente nas situações de *cyberbullying* que está associado à falta de consciência da violência é a naturalização da violência. Uma vez que a vítima e outras pessoas envolvidas num cenário de *cyberbullying* reconhecem e têm a consciência do tipo de violência que está em jogo, ainda assim, muitas ignoram a situação ou a encaram como normal, conforme relatado nas entrevistas. Ou seja, as pessoas sabem que estão sendo vítimas ou testemunhando uma circunstância de violência e agressividade, contudo elas naturalizam essa situação como algo aceitável, que não merece defesa ou argumentação e, dessa forma, o *cyberbullying* se

reproduz sem que as pessoas demonstrem indignação ou busquem proteção e justiça.

A banalização da violência não é um fenômeno atual e exclusivo do universo digital, todavia, os recursos tecnológicos trazidos pela sociedade da informação permitiram que qualquer ato de violência tomasse uma velocidade de propagação gigantesca e irreversível. Por conseguinte, é possível perceber que a conexão ubíqua dos indivíduos possibilita o acesso a tudo, desde o conteúdo mais benéfico e extraordinário até as coisas mais abomináveis. Isso faz com que, sem a mediação adequada e sem um trabalho de promoção de ecossistemas educomunicativos, os usuários das redes digitais passem a naturalizar certas expressões de violência como normais e corriqueiras, já que a frequência com que presenciam ou que são vítimas disso aumenta cada vez mais.

Ao analisar a produção no campo da Educomunicação na América Latina dos últimos anos, Soares (2019) verifica (Gozálvez-Pérez & Contreras-Pulido, 2014) grandes desafios da Educomunicação e, entre eles, é impedir que a sociedade da informação se transforme numa "sociedade da ignorância", fruto da uma "atitude de renúncia ao conhecimento por desmotivação, por rendição, e uma tendência a aceitar forma tacitamente o conforto que as visões tópicas pré-fabricadas nos fornecem" (SOARES, 2014, p. 133). O desafio levantado pelos autores explicita a nossa preocupação, no sentido de que a sociedade da informação gera uma ignorância coletiva e uma renúncia ao conhecimento a tal ponto que determinadas formas de violência são consideradas normais. A desmotivação pelo conhecimento e a propensão a aceitar ideias pré-fabricadas (como ideias discriminatórias ou violentas) são riscos iminentes vivenciados não apenas por crianças e adolescentes, mas por todos os sujeitos que transitam na cultura digital.

Fenômenos como a naturalização de ações violentas e a prática de *cyberbullying* não podem ser ignorados e considerados normais. Tal como outros fenômenos que surgiram ou foram amplificados pelos ambientes digitais, a violência sistemática não pode ser considerada algo trivial e costumeiro, encarado de forma passiva e reproduzida irrefletidamente. Os efeitos dessa naturalização, conforme diversas pesquisas apontam, geram consequências

muito negativas, aprofundando ainda mais as implicações que qualquer violência por si só já produz.

Nesse contexto, é fundamental conhecer os meios de comunicação e os espaços virtuais, para que cada cidadão possa construir habilidades para se expressar e produzir conteúdos e, sobretudo, para que aprenda a defender a si e aos outros das ameaças, bem como navegar em segurança pelo ciberespaço. Não é mais possível compactuar com o processo de conformismo instaurado na sociedade, que se estende também na cultura digital. Esse conformismo, conforme Baccega (2011, p. 32), faz com que se chegue “a naturalizar injustiças, ignorar o desrespeito aos direitos fundamentais do ser humano” e é preciso superá-lo para “estarmos aptos à construção de um mundo que permita a todos o pleno exercício da cidadania em condições igualitárias” e para romper com esse conformismo e com a naturalização da violência.

Novamente, para combater o aspecto que diz respeito à naturalização da violência, é necessário que a sociedade se engaje no trabalho de fortalecimento de ecossistemas educomunicativos, pois a Educomunicação é práxis social e busca por cidadania plena, proporcionando uma nova forma de gestão das ações na sociedade (SOARES, 2011). Enquanto um campo de intervenção social, a Educomunicação busca fomentar o diálogo e a participação dos estudantes, ampliando as condições de expressão e autoria, bem como o envolvimento no próprio processo educativo. Dessa forma, é um paradigma imprescindível para superar fenômenos negativos provenientes da cultura digital e a naturalização de qualquer espécie de violência.

5.1.3 O silenciamento da vítima

Um aspecto presente na obtenção dos dados com as situações de *cyberbullying* analisadas é o silenciamento das vítimas. Esse aspecto tem relação com os dois outros anteriores, pois fazem parte de um mesmo universo de fenômenos da cultura digital. Como mostrado anteriormente, muitas das vítimas e das testemunhas não se dão conta da violência sistemática ou do *cyberbullying*, outras tratam como se fosse uma coisa normal e há, ainda, aquelas que silenciam a respeito da situação. Dessa forma, embora muitos se

deem conta e identifiquem o tipo de agressão que estão sofrendo ou testemunhando como *cyberbullying*, que inclui, muitas vezes, outras formas de violência, e se incomodem com o acontecimento, mesmo assim ainda existe um grande um mutismo que os impede de reagir, se defender e interromper o processo de violência.

Essa espécie de cultura do silêncio que se impõe na contemporaneidade faz com que as pessoas deixem de se expressar naquilo que é fundamental: na defesa dos direitos e na prática de cidadania. Assim, apresenta-se um paradoxo onde, de um lado a cultura digital permite a liberdade para que todos, a qualquer momento, possam expressar suas opiniões e pensamentos, mas de outro lado, muitos são apenas reprodutores de pensamentos pré-concebidos, sem consciência crítica, repercutindo conteúdos e atitudes irrefletidas, ou, com frequência, silenciando quando deveriam se manifestar. Conforme Fígaro e Baccega (2011, p. 200), a pós-modernidade trouxe a enorme dificuldade para aceitar o outro, para conviver e para se comunicar, onde “vivemos certa utopia: tudo é comunicação quando, na verdade, há uma grande incomunicação”.

Mesmo em se tratando de crianças e adolescentes, é fundamental garantir-lhes o direito à conscientização crítica e à expressão de suas vozes para que possam reagir, reivindicar, anunciar e, sobretudo, se proteger frente aos riscos que o mundo digital apresenta. Para romper com o silenciamento das vítimas e das pessoas que testemunham práticas de violência, é preciso proporcionar um trabalho educativo que venha desde a base, desde a infância, promovendo a comunicação e a dialogicidade. De acordo com Kaplún (2011, p. 184), o emprego dos meios de comunicação na educação é bem-vindo, desde que aplicado de forma crítica e criativa, ultrapassando a simples transmissão, promovendo o diálogo e participação. Isso faz com que se formem novos emissores, enriquecendo a comunicação e a construção comum de conhecimentos, assim como que o uso dos meios de comunicação na educação seja “não meios que falam, e sim meios para falar”.

Para Soares (2011), o diálogo, assim como a participação, é uma dimensão que, inspirada nas concepções de Paulo Freire, é extremamente importante para a Educomunicação. Freire descreve a dialogicidade como parte do processo da unidade ação-reflexão que constitui uma educação libertadora.

A existência humana não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar. Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão (FREIRE, 1982, p. 78).

“Não é no silêncio que os homens se fazem”, assim como não é no silêncio que os homens se defendem e garantem os direitos e a cidadania. Não é possível que a violência seja sofrida ou testemunhada no silêncio. O combate e a reação não podem ser empregues sem o uso da palavra e da ação. Ser dialógico, nesse sentido, é empenhar-se na transformação constante da realidade “para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la” (FREIRE, 1983).

A criação e o fortalecimento de ecossistemas educomunicativos vêm, dessa forma, atuar para que o silenciamento seja rompido, para que as palavras sejam anunciadas pelos participantes no processo educativo e de tomada de consciência crítica. Tais ecossistemas podem ultrapassar a mera transmissão de informação e saber, e promover uma educação dialógica e transformadora.

Romper o silêncio, na cultura digital, pressupõe também formar para a prática da participação. O uso da palavra de forma consciente e crítica é um fator importante para a participação cidadã dos estudantes nos diversos ambientes virtuais, promovendo a criatividade e a expressão de todos os sujeitos envolvidos. Como menciona Citelli e Orofino (2011, p. 10), “antes foi fundamental formar para a recepção, agora é imprescindível formar também para a emissão e produção criativas”, emissão e produção essas que promovem a transformação do silêncio em participação.

O desafio da Educomunicação (Orozco-Gómez, 2014, p. 33), além de formar para a recepção, agora também inclui “formar as audiências para assumirem-se como emissores e interlocutores reais”, viabilizando a emissão e a produção criativas. Nesse sentido, os participantes dos ecossistemas têm de aprender a ser comunicadores. “E isso também é um desafio complexo, político, cultural e socioeconômico, mas que começa com a comunidade e a educação”.

Se, para Kaplún (2014, p. 70), “conhecer é comunicar”, nos arriscamos a afirmar que, na cibercultura, participar é comunicar, é se expressar. Podemos ainda afirmar que ser cidadão é comunicar, não silenciar. Assim, diálogo, comunicação, construção de saberes e participação formam as bases para a superação do silenciamento frente às violências como o *cyberbullying* e a outras ambivalências que as redes digitais apresentam. Essas bases são construídas através de um trabalho intencional de construção de ecossistemas educomunicativos dentro dos espaços escolares.

5.1.4 A insistência dos agressores

Uma das características mais marcantes e que auxilia na definição do *bullying* e do *cyberbullying*, diferenciando-os de outras formas de violência, é a repetição. Essa característica foi um dos aspectos que se mostraram recorrentes nos casos de *cyberbullying* observados neste estudo, onde os agressores demonstraram sua insistência em manifestar a violência de maneira despidorada.

A violência e a agressividade são parte da história humana. Segundo Ferrés (2021), o nosso tempo como caçadores-coletores durou 2,4 milhões de anos e, nesse período, uma em cada três mortes ocorreu nas mãos de outro ser humano. Nós construímos, com isso, nossa identidade pessoal e social através de mecanismos que separam o ‘nós’ de ‘eles’, fazendo com que, em todas as culturas, o castigo mais doloroso fosse ser expulso da tribo. Com essa consciência histórica, é plausível compreender a violência e o pertencimento como dimensões que acompanharam a humanidade e ficaram entranhadas nela até os dias atuais. Ferrés (2021) aposta no investimento de um trabalho sobre as emoções para modificar as ações humanas. Um trabalho que envolva as emoções é profícuo para sensibilizar agressores, vítimas e testemunhas e esse, entre outros trabalhos, é realizado no desenvolvimento de ecossistemas educomunicativos.

A sociedade mudou e, com ela, as formas de manifestar a violência também mudaram. Reconhecer a violência histórica, contudo, não significa aceitá-la, ao contrário, lutar contra ela é parte do processo civilizatório e compromisso humanitário. Se a violência é algo construído historicamente, a

cultura da paz também poderá ser, uma vez que “a mudança, seja ela evolucionária ou revolucionária, é a essência da vida” (CASTELLS, 2015, p. 353). Entretanto, a cultura da paz está condicionada também à cidadania, à igualdade de direitos e à justiça social, dimensões que envolvem ações coletivas e políticas públicas, e é por essa razão que se impõe como um compromisso desafiador e envolve tantas camadas complexas para que se consiga alcançar.

A agressão verbal e emocional são, atualmente, maneiras comuns de externar a violência, facilitada pelos meios de comunicação digital. Dessa forma, comunicar, atualmente, pode envolver violência e agressividade. Conforme Huergo (2014), a violência tornou-se uma modalidade de comunicação, onde se instaurou um período de violência generalizada. “Nela, se percebe a espetaculosidade midiática em torno da “segurança”, mas fundamentalmente se manifesta o esgotamento da figura do semelhante”. Por esse motivo, a violência generalizada “é a contingência absoluta do choque, já não de todos contra todos, mas de qualquer um contra qualquer um” (HUERGO, 2014, p. 88).

A violência generalizada, enquanto modalidade de comunicação no universo virtual, permite que agressores pratiquem o *cyberbullying* indiscriminadamente, sem receio ou até mesmo sem temer qualquer tipo de punição. Os agressores insistem, pois de um lado existe a falsa ideia de anonimato e falta de punição e, do outro, há a generalização da violência e a falta de consciência crítica, que faz com que ela seja vista de forma naturalizada. Há ainda os agressores alienados, que insistem na violência, acreditando que estão dotados de razão e são justicieros das redes, como foi evidenciado nos dados da pesquisa. Mas também não é possível ignorar que muitas atitudes violentas são injustificadas, demonstram ignorância, maldade, preconceito e intolerância às diferenças.

O fato é que, independentemente da motivação, como foi observado na coleta de dados, os agressores de *cyberbullying* insistem na manifestação de violência e reiteram as ofensas onde, tal como em algumas situações de *bullying*, há um prazer pelo olhar da plateia. Se, num grupo virtual com centenas de membros testemunhando o caso, ninguém se manifesta, dialoga, aciona os moderadores, denuncia ou toma qualquer outra medida contra a

violência – muitas vezes nem mesmo as vítimas, é assegurado ao agressor a liberdade de agir violentamente. O pior ainda é quando a violência encontra ecos em outros agressores (não aconteceu em nenhum dos casos observados neste estudo), que se encorajam para agredir também, o que muda de uma situação de *cyberbullying* para o linchamento virtual. Ou ainda situações em que conteúdo é compartilhado por outros usuários, acentuando ainda mais a exposição das vítimas.

Não é sensato esperar, de acordo com Canclini (2015, p. 242), que o incremento de conexões “gere o desaparecimento das diferenças, tampouco podemos esperar que elimine as desigualdades”. Contrariamente, o aumento da conectividade torna ainda mais visível as diferenças e a desigualdade. Nessa direção, Canclini (2015) sugere transformações práticas das interações sociais que “viabilizem a convivência dos diferentes, reduzam a desigualdade e dêem acesso aos excluídos”. Acreditamos que essas transformações práticas das interações sociais podem ser promovidas pelos ecossistemas educomunicativos, fazendo com que cada vez mais os agressores tomem consciência da realidade e passem a agir de modo pacífico e cidadão.

As redes sociais evidenciam ainda mais a falta de tolerância às diferenças e a agressividade, onde, muitas vezes, a liberdade de expressão é confundida com falta de respeito aos direitos individuais. Os intolerantes são “aqueles que julgam que uma doutrina vale mais do que qualquer outra, simplesmente porque acreditam nela continuam considerando como sacrilégio qualquer manifestação que a ela se oponha”. (COSTA, 2011, p. 88). A dificuldade de lidar com “a diferença, com o conflito, com o questionamento e com a crítica”, leva as pessoas a evitar a oposição e o confronto, impedindo também o exercício saudável de avaliar e julgar a si mesmo. Para Costa (p. 88), “a única medida realmente eficaz para combater abusos é a educação do público, o julgamento e o exercício da cidadania para reiterar e recusar aquilo que se considera pernicioso ou abusivo”. Por conseguinte, um trabalho com os ecossistemas educomunicativos pode fazer com que crianças, adolescentes e adultos sejam capazes de expressar a sua opinião e manifestar ideias das mais diversas formas, assim como também saber ouvir ideias divergentes da sua, saber respeitar e dialogar com aqueles que não compactuam com suas próprias ideologias, estando abertos para escutar e refletir sobre elas.

Defendemos que sejam aplicadas as punições cabíveis legalmente aos agressores e praticantes de *cyberbullying*, até para que os usuários em geral percebam que a internet não é uma terra sem lei, mas também acreditamos no trabalho de conscientização e no processo de mudança que pode ser promovido a partir do trabalho com os ecossistemas educomunicativos. Da mesma forma, não cremos na punição e na censura que não educa, apenas humilha, é vingativa e reproduz mais violências e injustiças.

Se, ao primeiro sinal de violência, os agressores receberem acolhimento educativo e orientações que os levem à conscientização de seus atos e da realidade que os permeia, num diálogo participativo e crítico, a violência não é repetida consistentemente e não existam tantas situações de *cyberbullying*. O mesmo pode ocorrer com as vítimas, auxiliando-as a se expressarem adequadamente e a se defenderem, sem com isso gerar mais violência. Tais aprendizagens não poderão ocorrer espontaneamente e sem a organização de um trabalho coletivo nos ecossistemas educomunicativos, tampouco sem a mediação dos diferentes atores envolvidos nesse ecossistema.

O trabalho com os praticantes de *cyberbullying* dentro de um ecossistema educomunicativo deve envolver, entre outras dimensões, a conscientização crítica quanto agressor, colocando-o em diálogo respeitoso e libertador com as vítimas e demais cidadãos. Envolve também que os agressores tenham contato com outros repertórios de cultura e de informação, fazendo uma leitura crítica e expandindo, assim, a sua visão de mundo a respeito das diferenças e da multiplicidade humana. O trabalho com agressores em um ecossistema comunicativo abrange, ainda, as habilidades necessárias para se manifestar de forma pacífica e não-violenta, contribuindo com a cidadania comunicativa (OROZCO-GÓMEZ, 2014), assim como o respeito e a segurança de todos os envolvidos na cultura digital.

5.1.5 A vítima comumente torna-se agressora

Um aspecto recorrente na pesquisa de campo foi o fato de a vítima se tornar agressora em algumas situações, ofendendo e agredindo quem lhe expôs ou causou mal de maneira tão violenta quanto a que sofreu. Esse é um elemento decisivo no ciclo de reprodução da violência, pois enquanto houver

vítimas, existe a chance de também ‘nascer’ novos agressores. Quando uma pessoa, seja criança, adolescente ou adulta, sofre uma violência e não foi orientada para identificar, enfrentar e buscar justiça de maneira respeitosa e pacífica, ela reage do mesmo modo, com violência. Isso pode ser uma reação natural e instintiva, mas em boa parte das vezes as pessoas são ensinadas a responder assim, devolvendo a agressão, se vingando e, como dito popularmente, pagando na mesma moeda.

Tal como as figuras de oprimido e opressor em Paulo Freire, o dualismo vítima e agressor também se traduz em papéis que podem se confundir em determinados casos de *cyberbullying*. Para Freire (1980, p. 60), “em sua alienação, os oprimidos querem a todo custo parecer-se com o opressor, imitá-lo, segui-lo”. Podemos afirmar que, para as vítimas, na falta de uma educação para os meios que lhes prepare para reagir adequadamente e sem apoio das testemunhas e da sociedade, resta apenas o ataque como forma se defender. Isso faz com que as vítimas se pareçam com os agressores e estejam, ao menos no quesito da violência, no nível deles.

Assim como ocorre com os oprimidos em relação aos opressores (1980, p. 60), as vítimas de *cyberbullying* muitas vezes interiorizam o papel dos agressores como estratégia para se igualar a eles. Tal como na relação oprimido-opressor, onde somente no decorrer do processo de educação libertadora os oprimidos poderão romper com essa condição, no caso das vítimas de violência esses igualmente terão que passar por um profundo processo de conscientização crítica, sobretudo relacionada ao papel dos meios de comunicação, a fim de superarem a violência sem se tornarem agressoras.

Esse processo de conscientização crítica das vítimas pode ser promovido no interior dos ecossistemas educomunicativos, já que os mesmos são capazes de, conforme um dos princípios da prática pedagógica educomunicativa de Souza (2017, p. 206), favorecer “uma relação mais ativa, crítica e criativa dos sujeitos diante das tecnologias”. Dessa forma, pode contribuir na maneira como não apenas as vítimas, mas todos aqueles que são usuários e consumidoras simbólicos dos meios, se posicionam e enfrentam os dilemas e desafios da cultura digital, entre os quais está o *cyberbullying*.

Ter consciência da realidade na qual se está inserido; saber filtrar e escolher as fontes de informação; ter capacidade de ler criticamente os meios e

as informações; estar ciente dos riscos e desafios da cultura digital; poder ser autor e criador de conteúdos, de informação, de arte e cultura; poder disseminar suas ideias, ser comunicador e exemplo para outras pessoas; são algumas das dimensões que famílias e sociedade como um todo devem propiciar, mas que sobretudo o âmbito educacional é capaz de aprofundar, principalmente com um trabalho de criação e fortalecimento de ecossistemas educomunicativos.

Quando uma criança ou um jovem (e até mesmo um adulto) que foi vítima de *cyberbullying* participa de uma proposta educomunicativa que abrange essas dimensões, tem mais condições e habilidades não apenas de se defender, mas, ao invés de responder com uma violência na mesma medida ou ainda pior, de reagir com consciência, buscando ajuda, entrando em diálogo e superando tal experiência. Assim o ciclo da violência não é reproduzido incessantemente pelas vítimas e é paralisado. O que pode passar a ser reproduzido, igualmente, são formas de se expressar mais pacíficas, gentis, respeitosas, éticas e dialógicas.

Interromper o ciclo da violência sistemática na internet é uma tarefa desafiadora diante das características da própria rede mundial de computadores mencionadas neste trabalho, como também da tendência de reprodução da violência por parte das vítimas de *cyberbullying*. Uma tarefa desafiadora, porém imprescindível para que o circuito da violência possa ser encerrado ou, ao menos, minimizado e as futuras gerações possam ter não apenas um ambiente digital mais seguro, mas um mundo mais cidadão e justo.

5.1.6 A atuação quase nula da escola

O último aspecto recorrente observado nos casos de *cyberbullying* coletados na pesquisa de campo foi a atuação quase nula da escola. Esse foi um elemento que esteve presente em todas as entrevistas, quando os envolvidos nas situações foram questionados a respeito da atuação da escola, no sentido de uma educação que promovesse a segurança digital ou de habilidades para lidar com situações como aquelas. As respostas dos participantes foram unânimes, nenhum deles recebeu na escola uma educação voltada para essas situações e para enfrentar os dilemas e as ambivalências

do mundo digital. Isso confirma nossa hipótese de que a Educomunicação e a criação de ecossistemas educomunicativos em espaços escolares formais e informais possibilitam a superação de fenômenos negativos da cultura digital semelhantes ao *cyberbullying*.

Seria muito cruel exigir que a escola e professores fossem os únicos responsáveis por solucionar todos os dilemas, riscos e ambivalências que a cultura digital traz, já que esse é um problema complexo que deve ser tratado por todas as camadas da sociedade, desde a família, as políticas públicas, os meios de comunicação e as empresas globais de tecnologia, espaços comunitários, instituições religiosas e outros. Da mesma forma, seria cruel apenas almejar a punição de vítimas e agressores para acreditar que a ocorrência de situações de *cyberbullying* diminuisse ou cessasse, sobretudo em se tratando de crianças, adolescentes e jovens enquanto vítimas e agressores. Martín-Barbero (2011, p. 203), ao comentar sobre a nova sensibilidade juvenil, traz as seguintes reflexões:

No fundo, a hipocrisia social culpa os jovens pela sociedade que temos. Por exemplo: fala-se muito da perda de valores; pergunto: mas quem é que está sem valores? Onde estão os valores que lhes estão sendo transmitidos pelos pais? Arrivistas, oportunistas, hipócritas... Onde estão os projetos políticos capazes de convocar essa juventude, de dar-lhe ilusões, de abrir-lhe a utopia? Então, como queremos que nossos filhos sejam diferentes? Eles não estão contentes com esse mundo, não se sentem bem com esse mundo. Nós, de algum modo, estamos tentando nos sentir bem, mas eles não. Eles estão nos dizendo, todo o tempo: "não estamos bem" (MARTIN-BARBERO, 2011, p. 203).

É essencial reconhecer a importância do envolvimento de todos para a transformação com esse mal estar que Martín-Barbero menciona, inclusive de outras instituições, além da escola, em um processo educativo a respeito da cidadania e da participação digital. Orozco-Gómez (2011, p. 161) chama a atenção para a ação e a responsabilidade de instituições sociais, culturais e educativas. Para o pesquisador, não é que tudo dependa de tais instituições sociais, mas essas devem assumir e enfrentar os desafios atuais a partir de suas próprias especificidades, "com objetivo de contribuir para um futuro mais humanizado que o presente e, esperamos, um pouco mais democrático também". Todavia, não é possível negar a importância da instituição escolar como espaço de transformação social, como ambiente gerador não apenas da

aprendizagem historicamente construída pela sociedade – que é muito importante, mas também de outros saberes e habilidades tão importantes para os dias atuais.

Nessa perspectiva, a escola tem que recuperar seu papel protagonista como instituição educativa perante outras instituições e, para que isso ocorra, segundo Orozco-Gómes (2011, p. 249), a escola não deve competir com os meios. Ao contrário, para o pesquisador, o papel que difere a escola de outras instituições é o de questionar o uso dos meios e a aprendizagem deles decorrente, “redescobrir sua função distintiva em relação aos meios”, dando atenção para uma formação mais completa, autônoma e crítica aos estudantes.

Ao verificar os grandes desafios da Educomunicação, Soares (2019) verifica que uma das dificuldades está em responder a partir do âmbito educacional, de maneira que “a educação para a cidadania midiática culmine em uma educação para a cidadania global, com perfil fortemente democrático” (SOARES, 2019, p. 21-22).

Entre os muitos desafios que competem à Educomunicação, em meio a um contexto de forte influência dos meios de comunicação digitais e do crescente acesso da população aos mais variados conteúdos, é importante destacar que a questão do acesso deve estar associada ao direito fundamental do conhecimento, para que se faça o uso adequado da tecnologia. De acordo com Soares (2019, p. 24), para os educadores o importante é analisar as condições de produção, recepção e, sobretudo, de uso dos dispositivos, buscando as contribuições das tecnologias para o “bem viver”. A tarefa, para o autor, é promover um esforço comunicativo por parte das novas gerações, “para que - de forma ética e solidária - saibam colocá-las a serviço da comunidade de toda a sociedade”. Trata-se, portanto, de reconhecer o direito das crianças e dos jovens a construir a sua própria comunicação, o seu direito à tela.

Nessa direção, Martín-Barbero (2011, p. 133) aponta a superação da desigualdade pela não apropriação dos meios pela maioria da população como um dos maiores desafios que o ecossistema comunicativo tem na educação. Uma vez que os filhos das classes mais favorecidas entram em contato com a cultura digital e os meios de comunicação desde cedo e a partir de seu próprio lar, os filhos das classes populares são excluídos desse novo espaço. Assim,

se a escola é o ambiente decisivo de acesso às novas formas de saber e conhecimento e não está ofertando as condições mínimas, nem de equipamentos e nem de suportes didáticos e metodológicos, há, portanto, uma carência de demandas de comunicação no espaço educativo, de forma que é possível concluir também que o acesso a elas não é democrático. Em paralelo à falta das condições mínimas de acesso aos estudantes, é preciso garantir aos professores essas e outras condições básicas que permitam o desenvolvimento de práticas pedagógicas educomunicativas e que garantam a criação e o fortalecimento de ecossistemas educomunicativos.

Ademais, é preciso recriar a forma de se conceber a ideia de comunicação dentro do ambiente escolar, fazendo com que os estudantes sejam leitores críticos e conscientes dos meios, emissores ativos na produção de conteúdos e saberes, criadores e portadores da própria voz, promotores de cidadania e democracia. No ambiente escolar educomunicativo, a comunicação é vista como uma dimensão ao alcance das novas gerações, com suas temáticas, dilemas e complexidades, assim como também com suas novas ferramentas e estratégias comunicacionais.

Assim, quando todos os participantes da entrevista relataram que na vida escolar (passada ou presente) não tiveram contato com conteúdos envolvendo uma alfabetização midiática, isso sinaliza a amplitude do risco a que muitas crianças e jovens estão submetidos, já que dependem das famílias e de outras instituições e espaços para ter acesso a uma formação para os meios. Significa que, frente às situações mais perigosas, como por exemplo, o *cyberbullying*, as *fake news*, os discursos de ódio, os vazamentos íntimos e tantas outras formas criminosas e violentas, inúmeras crianças, adolescentes e jovens não sabem identificar tais riscos e se proteger. Significa, por fim, a necessidade de um trabalho de fortalecimento dos ecossistemas educomunicativos para que as novas gerações construam as habilidades para navegar no ciberespaço de forma segura e cidadã uma vez que, para Martín-Barbero (2011, p. 133), a formação de cidadãos significa que “a educação tem de ensinar as pessoas a ler o mundo de maneira cidadã”.

A dificuldade de a escola abordar temas relacionados à cultura digital está ligada à necessidade de uma reestruturação do saber e do papel da escola na vida dos estudantes e essa reestruturação abrange sobremaneira a

forma como o âmbito educacional lida com as questões da cultura digital e dos meios de comunicação. Tais mudanças não são simples, contudo os resultados são promissores. Para Soares (2011, p. 45), um ambiente escolar educomunicativo caracteriza-se pela abertura à participação, “garantindo não apenas a boa convivência entre as pessoas, mas, simultaneamente, um efetivo diálogo sobre as práticas educativas”. Nesse sentido, o fortalecimento dos ecossistemas educomunicativos tem como propósito a qualidade dos relacionamentos entre os participantes desses ecossistemas e entre os usuários dos meios de comunicação para que ocorram de fato transformações desses meios, a fim de que, ao invés de serem espaços de violência e crimes, sejam instrumentos de solidariedade, cidadania e crescimento coletivo.

Diante do exposto, em um contexto em que participantes das situações de *cyberbullying* relatam uma atuação quase nula da escola, é evidente a necessidade e a urgência de um trabalho educomunicativo que abranja tais dimensões.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: REINICIANDO A ESPERANÇA

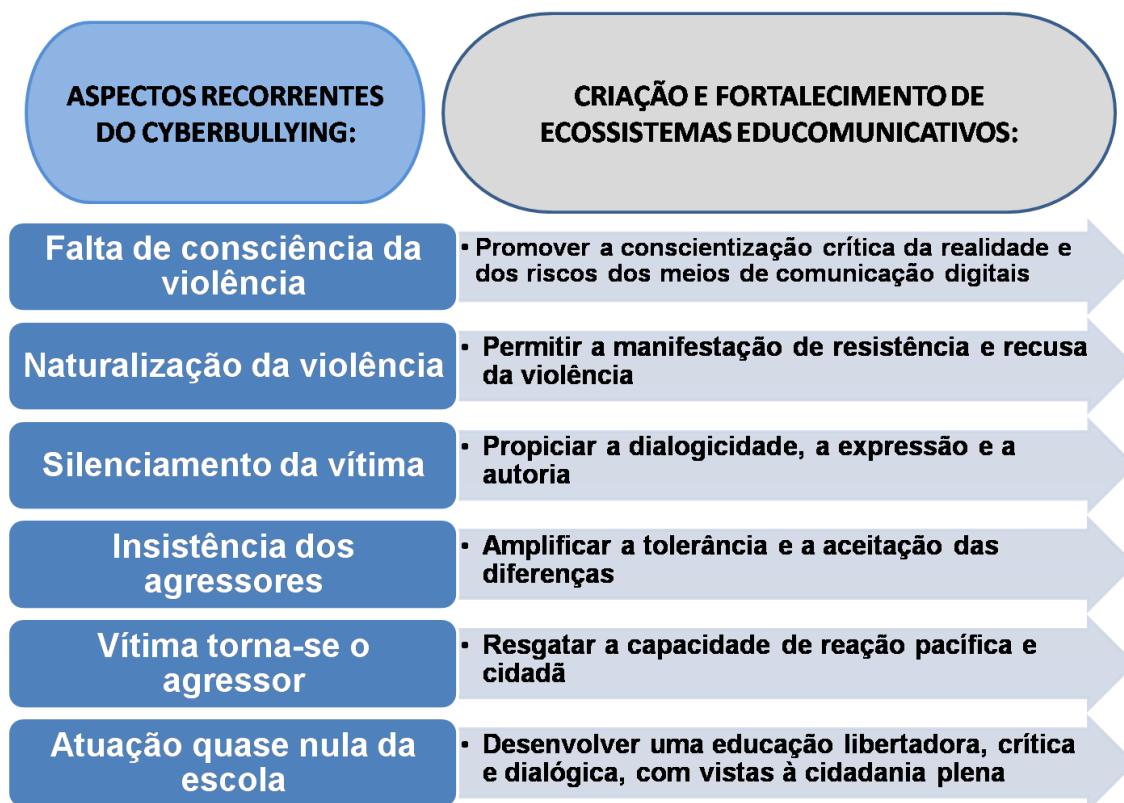
“Pensar que a esperança sozinha transforma o mundo e atuar movido por tal ingenuidade é um modo excelente de tombar na desesperança, no pessimismo, no fatalismo. Mas, prescindir da esperança na luta para melhorar o mundo, como se a luta se pudesse reduzir a atos calculados apenas, à pura científicidade, é frívola ilusão. Prescindir da esperança que se funda também na verdade como qualidade ética da luta é negar a ela um dos seus suportes fundamentais. Enquanto necessidade ontológica a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera pura, que vira, assim, espera vã”. (Paulo Freire)

A partir da análise dos dados obtidos na pesquisa de campo e dos referenciais teóricos e metodológicos da Educomunicação e de outros pesquisadores da cultura digital, foi possível verificar que o trabalho com os ecossistemas educomunicativos pode ajudar crianças, adolescentes e jovens na reação e superação do fenômeno do *cyberbullying*, apontando para novas maneiras de relacionar a Educomunicação com cidadania, segurança e ética digital. Constatamos, portanto, que os ecossistemas educomunicativos, submetidos aos parâmetros especificados neste estudo, são mecanismos eficientes para a reação e o combate ao *cyberbullying*.

A crença de que criação e o fortalecimento de ecossistemas educomunicativos ajudam a superar o *cyberbullying* se constrói a partir da análise dos dados deste estudo e fortalecem a esperança de um mundo mais justo, ético e democrático. A esperança de encontrar alternativas, caminhos, brechas para ultrapassar as diferentes questões que perpassam o cotidiano e que estão relacionadas à cultura digital.

Nas situações de *cyberbullying* observadas, podemos afirmar que os ecossistemas educomunicativos contribuem no trabalho com os aspectos recorrentes das situações de *cyberbullying* de várias formas. O quadro abaixo demonstra, concisamente, tais contribuições:

Figura 20 – Contribuições dos ecossistemas educomunicativos na superação dos aspectos recorrentes do *cyberbullying*:



Fonte: Elaborado pela autora

Sobre o aspecto da falta de consciência da violência, os ecossistemas educomunicativos promovem a conscientização crítica da realidade e dos riscos dos meios de comunicação digitais. Esse aspecto, como vimos, deve ser abordado a partir de propostas e projetos que trabalhem a leitura crítica e atualizada dos meios de comunicação digitais, com foco nas redes sociais enquanto espaço de socialização e comunicação, mas também de riscos. Nesse trabalho, é preciso que os estudantes tenham acesso a diversas formas de manifestação cultural e humana, conhecendo a diversidade e a realidade local e global. Ademais, é necessário que o ecossistema desenvolva um olhar mais crítico, não apenas em relação à violência que uma pessoa sofre, mas também em relação à violência que testemunha os outros sofrerem. Dessa forma, uma vez que os sujeitos tenham feito a tomada de consciência sobre sua realidade e o contexto de violência que os cercam, o aspecto da naturalização da violência também pode ser abordado. Um trabalho com os

ecossistemas educomunicativos permite que, conscientes da gravidade e das implicações da reprodução da violência e agressividade, as pessoas se reajam e recusem a violência como algo natural.

Ainda com base no processo de conscientização crítica dos estudantes, estimulado nos ecossistemas educomunicativos, é possível promover a superação do aspecto de silenciamento das vítimas. A partir da conscientização, os ecossistemas educomunicativos promovem a expressão e a autoria dos envolvidos, fazendo com que os mesmos atuem não como receptores passivos de informações e ideias, mas como criadores de conteúdos que sejam artísticos, culturais, inclusivos, éticos e cidadãos. Essa é uma dimensão preciosa produzida pelos ecossistemas educomunicativos, já que, ao se expressar, os estudantes podem, além de emitir sua voz e a sua realidade concreta no mundo virtual, também dialogar com as diferenças, denunciar as injustiças e os crimes, reivindicar seus direitos e exercer a sua cidadania.

Os agressores, assim, podem deixar de sê-los ao adotarem uma postura ética e cidadão também, ou ao menos deixarem de ser tão insistentes, pois saberão que haverá argumentação, denúncia e punição para sua prática de *cyberbullying*. A conscientização crítica diante da realidade e da cultura digital, o diálogo com as diferenças e a expressividade e produção de conteúdos podem levar os agressores a amplificar a tolerância e a aceitação das diferenças e produzir práticas pacíficas. Sendo assim, os agressores percebem que não é errado ser como se é, errado é odiar e agredir alguém unicamente por ser diferente.

O aspecto em que a vítima se torna o agressor pode, da mesma forma, ser superado nos ecossistemas educomunicativos, uma vez que eles podem resgatar a capacidade de reação pacífica e cidadã aos atos de violência sofridos ou testemunhados. Saber reportar aos sites e redes sociais, aos canais de denúncia (SaferNet, por exemplo), procurar as autoridades, buscar mais informações e ajudar outras vítimas são habilidades que os usuários das redes, particularmente crianças e adolescentes, desenvolvem no trabalho educomunicativo.

Quanto ao aspecto sobre a atuação quase nula da escola, os ecossistemas educomunicativos desenvolvem práticas para uma educação

libertadora, crítica e dialógica, com vistas à cidadania plena. Por se tratar de um problema tão sério e crescente na sociedade, com efeitos tão nocivos, o *cyberbullying* requer uma atenção direcionada por parte dos diferentes setores sociais, entre eles a educação. Os casos, neste estudo, foram coletados em uma rede social, expostos publicamente, mas são muitos os ambientes virtuais em que podem ser identificadas situações de *cyberbullying*, por isso a necessidade de um trabalho educativo que envolva a cultura digital e os meios de comunicação de forma ampla e aberta.

A criação de ecossistemas educomunicativos envolve, como foi relatado, importantes ações que visam não apenas à superação das ambivalências e dos riscos do mundo digital, mas sobretudo à participação cidadã e à transformação social. Envolve, ainda, a manutenção da esperança no futuro, uma aposta que as novas gerações, especialmente as periféricas e as minorias, possam engendrar as mudanças tão necessárias para os tempos atuais, tempos tão complexos e por vezes sombrios. Não é em razão da cultura digital, mas com ela, que muitos dos fenômenos negativos estão aumentando, por isso não é possível adotar uma postura de negação, mas sim de crítica, compreensão e ocupação dos meios de comunicação digitais. Se a escola não fizer a ponte para que as crianças e os jovens ocupem os meios, quem os fará? Esse é um desafio que os distintos setores da sociedade devem empenhar-se, mas que cabe à escola tomar para si de forma comprometida e esperançosa.

É importante pontuar a importância do âmbito escolar no combate ao *cyberbullying*, já que este estudo apontou o quanto ele está ausente em relação à cultura digital. Portanto, consideramos o último aspecto o mais complexo, pois exige mudanças estruturais para que o trabalho educomunicativo seja realizado. Mudanças que dependem de políticas, programas, gestores, lideranças, equipes, entre tantos outros elementos. Exige também a formação profissional dos professores para atuarem como colaboradores na construção e manutenção dos ecossistemas educomunicativos. Já que o trabalho de criação com tais ecossistemas não pode acontecer isoladamente, há a demanda de ações coletivas que incluem vários atores da sociedade, sobretudo a comunidade, pois, para ser dialógico, não deve se efetivar solitariamente.

A dimensão instrumental é imprescindível para se trabalhar com ecossistemas educomunicativos e, embora não seja a prioridade das práticas, é muito importante para que os estudantes sejam produtores e criadores de conteúdos e se apropriem dos meios. Os estudantes só poderão ser deveras participativos, produtores de conteúdos e criadores de ações transformadoras, se dominarem os instrumentos e tiverem acesso a eles. Para haver dialogicidade e expressividade é preciso meios (recursos tecnológicos), saberes, habilidades e garantia de acesso. Estar conectado, nesse sentido, é muito mais que estar ligado a alguma rede de internet, mas ser um cidadão consciente das tramas que abrangem a sua própria cultura, com seus limites e possibilidades. Estar conectado pressupõe, desse modo, a participação cidadã, que por sua vez exige que se tenha os conhecimentos instrumentais e técnicos necessários para tal.

A Educomunicação, por ter nascido no cerne dos movimentos sociais, não poderia deixar de ter o caráter de busca constante por cidadania e democracia no esforço de que os meios de comunicação digital, espaços não apenas de informação e entretenimento, mas de poder, construção de identidades e experiências negativas como a violências também, passem a ser ocupados pelas minorias, pelos excluídos, pelas vítimas, por crianças e jovens, por trabalhadores, por negros e mulheres. Ocupação essa que, através da construção e fortalecimento dos ecossistemas educomunicativos, leva à igualdade e justiça social, pois só se apropriando dos meios é que suas ambivalências podem ser superadas. E que, com a superação das ambivalências dos meios, também sejam ultrapassadas as contradições sociais.

São muitos os desafios a serem enfrentados, mas ao invés do desânimo e da apatia, tão presentes na sociedade contemporânea, optamos pela esperança e pela luta. Esperança como uma força motora que move todos aqueles que se empenham na transformação social, principalmente os professores, que estão na linha de frente da luta e, lamentavelmente, nos tempos atuais, de ataque e de desqualificação. Esperança para não desistir, para não nos tornarmos passivos frente a tantas dificuldades que se apresentam e que não são exclusivas a nós, brasileiros, mas parte de um movimento retrógrado global. Esperança para enfrentar todos os riscos que a

cultura digital impõe, mas que são na verdade apenas os riscos impostos socialmente refletidos no universo digital. Acima de tudo para continuar em prática, em movimento e em luta, para que seja, como indicou Paulo Freire, esperançar: um verbo de ação e não de passividade.

7. REFERÊNCIAS:

ALBERT GÓMEZ, María José; ORTEGA SÁNCHEZ, Isabel & GARCÍA PÉREZ, María. **Educação em direitos humanos**: formação ética-cívica dos educadores sociais como forma de prevenir o ciberbullying. Revista Interuniversitaria, Sociedad Iberoamericana de Pedagogía Social, Sevilla, España: 2017.

ALENCAR, Anderson Fernandes. **O pensamento de Paulo Freire sobre a tecnologia**: traçando novas perspectivas. V Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife, 19 a 22- setembro, 2005.

AMADO, João. *Et Al. Cyberbullying*: um desafio a investigação e a formação. Interacções: Lisboa, 2009.

AMARAL, Adriana. **Autonetnografia e inserção online**: o papel do pesquisador-insidemas práticas comunicacionais das subculturas da Web. Revista Fronteiras – estudos midiáticos. 2009 Unisinos. Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho “Comunicação e Sociabilidade”, do XVII Encontro da Compós, na UNIP, São Paulo, SP, em junho de 2008.

APARICI, Roberto (org.). **Educomunicação: para além do 2.0**. São Paulo: Paulinas, 2014.

AVAAZ. **O Brasil está sofrendo uma infodemia de Covid-19**. Disponível em https://secure.avaaz.org/campaign/po/brasil_infodemia_coronavirus/. Acessado em 25/07/200.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Comunicação/educação e a construção de nova variável histórica**. In: CITELLI E COSTA (org.). Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento. São Paulo: Paulinas, 2011.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROSO, José Antonio G. **Cenários virtuais, cultura juvenil e educomunicação 2.0**. In: APARICI, Roberto. Educomunicação: para além do 2.0. São Paulo: Paulinas, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Sobre educação e juventude**: conversas com Ricardo Mazzeo. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na era da sua reproduzibilidade técnica**. In: Obras escolhidas. São Paulo: Ed. Brasiliense, v. 1, 1986.

BRAGA, Adriana. **Técnica etnográfica aplicada à comunicação online: uma discussão metodológica**. UNIrevista, vol. 1, nº 3, 2006.

BRASIL, **Lei Federal número 13.185**, Programa de Combate a Intimidação sistemática. (Bullying) de 6 de novembro de 2015.

BRASIL. **Decreto nº 5.007**, de 8 de março de 2004. Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5007.htm. Acesso em 20/01/2021.

BRASIL. **Lei nº 13.718- 2018**. Tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm. Acesso em 12/04/2018.

BRASIL. **Lei nº 12.737-2012**. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12737.htm. Acesso em 12/04/2018.

BRASIL. **Lei nº 12 965-2014**. Marco Civil da Internet. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em 23/09/2018.

CAETANO, Ana. Paula *Et al.* **Cyberbullying**: motivos da agressão na perspectiva de jovens portugueses. *Educação e Sociedade*, v. 38, nº. 141, Campinas, São Paulo: 2017.

CAETANO, Ana. Paula *Et al.* **Emoções no cyberbullying**: um estudo com adolescentes portugueses. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 42, n. 1: 2016.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Leitores, espectadores e internautas**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Diferentes, desiguais e desconectados**: mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

CGI.br/NIC.br. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). **Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil – TIC Kids Online Brasil 2018**. Disponível em <https://cetic.br/pt/tics/kidsonline/2018/criancas/>. Acesso em 03-05-2019.

CITELLI, Adilson; OROFINO, Maria Isabel. **Uma apresentação entre as mediações**. In: CITELLI E COSTA (org.). *Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento*. São Paulo: Paulinas, 2011.

COIMBRA, Michele Paschoal. AMARAL, Adriana da Rosa. **O discurso de ódio das redes sociais**: o universo dos haters no caso #eunãomereçoserestrupada.

Trabalho de conclusão de curso para o título de Especialista em Cultura Digital e Redes sociais. São Leopoldo: UNISINOS, 2013.

COSTA, André Galindo; TONELO, Daniel. **Filosofia da Ciência e mudanças de paradigma**: uma breve revisão de literatura. Temas de Administração Pública – UNESP: Araraquara, 2012. Disponível em: <http://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/AdministracaoPublica/RevistaTemasdeAdministracaoPublica/andregalindodanieltonelo.pdf>

COSTA, Maria C. Castilho. **Censura não é educação**. In: CITELLI E COSTA (org.). Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento. São Paulo: Paulinas, 2011.

CUPNATION. **Facebook 2020**. Disponível em <https://www.cuponation.com.br/insights/facebook-2020>. Acesso em 07/01/2021.

CROSSAB, Donna; *Et al.. If it's about me, why do it without me?* Genuine student engagement in school cyberbullying education. Austrália: International Journal of Emotional Education, v7, n1, 2015.

DELIBERADOR, Luzia Mitsue Yamashita; LOPES, Mariana Ferreira. **A dimensão comunicativa em práxis de mídia-educação na perspectiva da comunicação comunitária**. Revista de Estudos da Comunicação, Curitiba: 2016.

DÍAZ, Omar Huertas. **Bullying y cyberbullying**: las violencias en auge entre los niños, niñas y adolescentes. Educación y Humanismo, Universidad Simón Bolívar - Barranquilla, Colômbia: 2014.

DOMÍNGUEZ-ALONSO, José; VÁZQUEZ-VARELA, Elia; NUÑEZ-LOIS, Sandra. **Cyberbullying escolar**: incidencia del teléfono móvil e internet en adolescentes. RELIEVE - Revista Electrónica de Investigación y Evaluación Educativa, vol. 23, núm. 2, Universitat de València, Espanha: 2017.

FANTE, Cleo. **Fenômeno bullying**: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas, SP: Vênus editora, 2011.

FELIZARDO, Aloma R. **Cyberbullying**: Difamação na velocidade da luz. São Paulo: Willem Books, 2010.

FERRÉS, Joan. **A tela multipartida**: metáfora da covid-19. Palestra apresentada no VIII Colóquio Ibero-Americano de Educomunicação. Florianópolis, 2021.

FERRÉS I PRATS, Joan. **Educomunicação e cultura participativa**. IN: APARICI, Roberto (org.). Educomunicação: para além do 2.0. São Paulo: Paulinas, 2014.

FGV – Fundação Getúlio Vargas, CPS. **A escalada da desigualdade**, novembro de 2019 cps.fgv.br/desigualdade, acessado em 21 de agosto de 2020.

FÍGARO, Roseli; BACCEGA, Maria Aparecida. **Sujeito, comunicação e cultura**. In: CITELLI E COSTA (org.). *Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento*. São Paulo: Paulinas, 2011.

FIGUEIREDO, Maria Felícia Henriques; MATOS, Armando Pinto da Mota. **Autocyberbullying na adolescência: emoções, reprovação escolar e outros fatores associados**. *Revista Educação, Psicologia e Interfaces*. Volume 2, Número 2, p. 57-76, Maio/Agosto, 2018.

FORTNITE. **Como jogar**. Disponível em <https://www.vg247.com/2018/11/08/fortnite-hits-concurrent-player-count-over-8-million/>. Acesso em 12/01/2019.

FRAGOSO, Suely. RECUERO, Raquel. AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para a internet**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

FREIRE, Paulo. PASSETTI, Edson. **Conversação libertária com Paulo Freire**. São Paulo: Imaginário, 1994.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: Teoria e prática da libertação**. São Paulo: Ed. Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **A Sombra desta Mangueira**. São Paulo: Ed. Olho D'água, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1982

GABARD, Sara; ORELLANA ALONSO, Natividad; PÉREZ CARBONELL, Amparo. **La comunicación adolescente en el mundo virtual: Una experiencia de investigación educativa**. Revista de Investigación Educativa, vol. 35, núm. 1, Asociación Interuniversitaria de Investigación Pedagógica Murcia, España: 2017.

GAMBOA, Silvio Sanches. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2012.

GAUDIOSI, John. **Riot Games: League Of Legends Officially Becomes Most Played PC Game In The World**. *Forbes*. Acesso em 18/03/2013.

GONZÁLEZ-CALATAYUD, Víctor. **Victims of cyberbullying in the Region of Murcia: a growing reality.** JOURNAL OF NEW APPROACHES IN EDUCATIONAL RESEARCH Vol. 7. No. 1, Spain: 2018.

HAN, Byung-Chul. **No Enxame: reflexões sobre o digital.** Traduzido por Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água, 2016.

HAN, Byung-Chul. **La sociedad de la transparencia.** Traduzido por Raúl Gabás. Barcelona: Herder Editorial, 2013.

HERRERA, Jennifer; KUPCZYNSKI, Lori; MUNDY, Marie-Anne. **The impact of training on faculty and student perceptions of cyberbullying in an urban south central Texas middle school.** *Research in Higher Education Journal*, v27, EUA: 2015.

HESTER, Wesley; FENN, Walter L. **Transformando a liderança escolar e as percepções das partes interessadas em relação ao cyberbullying**, seus efeitos e sugestões de intervenção. *Alabama Journal of Educational Leadership* Volume 1, Alabama, EUA: 2014.

HINE, Christine. **Etnografía virtual.** Barcelona: Uoc editorial, 2004.

HOCHSPRUNG, Juliana; CRUZ, Dulce Márcia. **Life is Strange: a oficina como metodologia para estudar a experiência de estudantes com jogos digitais.** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Joinville: Intercom, 2018.

HUERGO, Jorge A. **Um guia de comunicação/educação, pelas transversais da cultura e da política.** IN: APARICI, Roberto (org.). *Educomunicação: para além do 2.0*. São Paulo: Paulinas, 2014.

JAPIASSU, Hilton. **A crise das ciências humanas.** São Paulo: Cortez, 2012.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência:** a colisão entre os velhos e os novos meios de comunicação. São Paulo: Aleph, 2009.

JUNIOR, Gilson Cruz. **Pós-verdade:** a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news. ETD- Educação Temática Digital Campinas, SP: v.21 n.1 p.278-284 jan./mar. 2019.

KAPLÚN, Mario. **Processos educativos e canais de comunicação.** In: CITELLI E COSTA (org.). *Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento*. São Paulo: Paulinas, 2011.

KAPLÚN, Mario. **Uma pedagogia da comunicação.** IN: APARICI, Roberto (org.). *Educomunicação: para além do 2.0*. São Paulo: Paulinas, 2014.

KENSKI, Vani Moreira. **Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de educação a distância**. Organizado por MILL, Daniel. Campinas: Editora Papirus, 2018.

KIM, Matt. **Fortnite's V-Bucks Currency is Another Battleground for a Community at Odds**. USGamer . Acesso em 22/03/2018.

KOZINETS, Robert. **The Field Behind the Screen: Using Netnography for Marketing Research**. Online Communities, 2002.

KOZINETS, Robert. **Netnography 2.0**. In: R. BELK, (ed.), *Handbook of qualitative research methods in marketing*. Northhampton: Edward Elgar Publishing, 2007.

LEAGUE OF LEGENDS. **How to play**. Disponível em <https://br.leagueoflegends.com/pt-br/how-to-play/>. Acesso em 24/01/2019.

LEMOS, André. **O que é a cultura digital? Ou cibercultura?** IN *Cultura digital.br*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.

LEMOS, André. LEVY, Pierre. **O Futuro da internet**: em direção a uma ciberdemocracia. São Paulo: Paulus, 2010.

LEVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: Editora 34, 1993.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MACEDO, Fernanda Beatriz Ferreira. **“Falando a gente encontra a solução”**: estudo de caso sobre a percepção dos alunos e alunas participantes do projeto crimes virtuais. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina: Florianópolis, 2018.

MALDONADO, Maria Tereza. **Bullying e Cyberbullying: o que fazemos com o que fazem conosco?** São Paulo: Moderna, 2011.

MANZUOLI, Cristina Hennig; MEDINA, Liliana Cuesta. **Determining Factors for Cyberbullying Prevention Programmes**. International Education Studies; Vol. 10, No. 12; Canadá, 2017.

MARCONI. M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos Meios às Mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____. **Ofício de cartógrafo**: travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Desafios culturais: da comunicação à educomunicação.** In: CITELLI E COSTA (org.). *Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento*. São Paulo: Paulinas, 2011.

_____. **A comunicação na educação.** São Paulo: Contexto, 2014.

MARTINI, Rafael Gué. **Educomunicador como agente de integração das Tecnologias de Informação e Comunicação na escola.** Tese de Doutorado em Educação – Universidade do Minho, Portugal, 2019.

MENAY-LÓPEZ, Lorena; FUENTE-MELLA, Hanns. **Plataformas comunicacionales del ciberbullying.** Una aplicación empírica en dos colegios de la quinta región, Chile. *Estudios pedagógicos XL, N° 2*, Universidad Austral de Chile Valdivia, Chile: 2014.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo:** Oposição ou Complementaridade? *Cad. Saúde Publ.*, Rio de Janeiro, 1993.

MORAES, Maria Cândida. **Pensamento Eco-sistêmico:** educação, aprendizagem e cidadania no século XXI. *Petrópolis, RJ: Vozes*, 2007.

NASCIMENTO, Carlos Eduardo Gomes. **Fake news, mentira organizada e educação:** uma reflexão a partir do pensamento de Hannah Arendt. *Redoc*, Rio de Janeiro, v. 4 n.1 p. 243 Jan/Abr 2020.

ONGARO, Viviane. **Educação em tempo de “fake news”:** jovens estudantes na era da pós-verdade. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação Serviço Social do Comércio – SESC São Paulo PENSACOM BRASIL – São Paulo: 2019.

OROFINO, Maria Isabel. **Mídias e Mediação Escolar:** pedagogia dos meios, participação e visibilidade. São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

OROZCO-GÓMEZ, Guillermo. **Educomunicação: Recepção midiática, aprendizagens e cidadania.** São Paulo: Paulinas, 2014.

_____. **Comunicação, educação e novas tecnologias: tríade do século XXI.** In: CITELLI E COSTA (org.). *Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento*. São Paulo: Paulinas, 2011.

PÉREZ, Valentín Martínez-Otero. **Acoso y ciberacoso en una muestra de alumnos de educación secundaria.** Revista de Currículum y Formación de Profesorado, Universidad de Granada Granada, España: 2017.

POLIVANOV, Beatriz. **Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos.** Revista Esferas, 2013.

ROCHA, Paula Jung e MONTARDO, Sandra Portella. **Netnografia: incursões metodológicas na cibercultura.** Compós (Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação). Dezembro de 2005.

ROCHA, Telma Brito. Reportagem: **Fake News e os Desafios da Educação na Contemporaneidade.** Revista docência e Cibercultura. UERJ: Rio de Janeiro, 2020.

RUDIGER, Francisco. **As teorias da cibercultura:** perspectivas, questões e autores. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2013.

SAFERNET. **Curso Educando para Boas Escolhas Online.** Disponível em <http://ead.institutogrpcom.org.br/course/view.php?id=126>. Instituto Tuiuti do Paraná: Curitiba, 2020.

SANTAELLA, Lucia. **Navegar no ciberespaço:** o perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. **Temas e dilemas do pós-digital: a voz da política.** São Paulo: Paulus, 2016.

_____. **A Pós-Verdade é verdadeira ou falsa?** Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2019.

SANTOS, Flávia Martins e GOMES, Suely Henrique de Aquino. **Etnografia virtual na prática:** análise dos procedimentos metodológicos observados em estudos empíricos em cibercultura. Artigo apresentado no Eixo 1 – Educação, Processos de Aprendizagem e Cognição do VII Simpósio Nacional da ABCiber (Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura) realizado de 20 a 22 de novembro, 2013.

SARTORI, Ademilde (org). **Educomunicação e a criação de ecossistemas comunicativos:** diálogos sem fronteiras. Florianópolis: DIOESC, 2014.

_____. MULLER, Juliana. **Mídia e processos educomunicativos:** o papel da escola frente a esta realidade. IN SARTORI, Ademilde (org). Educomunicação e a criação de ecossistemas comunicativos: diálogos sem fronteiras. Florianópolis: DIOESC, 2014.

_____. Anotações da aula na disciplina Educação e Comunicação. Florianópolis: UDESC, 2015.

_____. **Comunicação, Educação e direitos humanos:** um deslocamento de referências. In: RADDATZ, Vera Lucia Spacial (org.). Educação e Comunicação para os direitos humanos. Ijuí: Unijui, 2015.

_____. **Ecossistema educomunicativo:** comunicação e aprendizagem em rede. Florianópolis: Revista Linhas (UDESC), 2021.

SCHONINGER, Raquel Valduga. SARTORI, Ademilde. **Blogs de escolas: possibilidades de construção de ambientes comunicativos.** IN BRUNS, M. MELO, S (org). Desafios da Educação Sexual: interfaces pertinentes com Comunicação e Tecnologia, Curitiba: CRV, 2016.

_____. *Et al. Educomunicação e prática pedagógica educomunicativa: uma revisão sistemática.* São Luís: Cadernos de Pesquisa, 2016.

SILVA, Anderson Lopes e MESSA, Fábio de Carvalho Messa. **Tensões e distensões no campo educomunicativo da televisão:** o conceito de ecossistema comunicativo na visão latinoamericana. Caxias do Sul: Conexão – Comunicação e Cultura, UCS , 2013.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: um campo de mediações.** Comunicação e Educação: São Paulo, 2000.

_____. **Comunicação & Educação**, São Paulo: 16 a 25, jan./abr. 2002.

_____. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio.** São Paulo: Paulinas, 2011.

_____. **Educomunicación universal: Derechos y deberes ante las pantallas.** IN: Competencia mediática y digital: Del acceso al empoderamiento. Grupo Comunicar Ediciones: Huelva, Spain, 2019.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia.** São Paulo: Loyola, 2002.

SOUZA, Solange Goulart de. **Tecnologias de informação e comunicação na Educação Básica :** possibilidades de interação comunicacional e de construção de ecossistema educomunicativo . Dissertação de Mestrado - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SOUZA, Kamila Regina. **Os desenhos animados e a prática pedagógica educomunicativa na educação infantil:** uma aventura dialógica no estágio curricular. Tese de Doutorado em Educação - Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.

STATISTA. **Plataforma internacional de estatísticas.** Disponível em <https://www.statista.com/topics/1145/internet-usage-worldwide/>. Acesso em 07-01-2021.

TAFFAREL, Celi Nelza Zülke. NEVES, Márcia Luzia Cardoso. **Tendências da educação frente à correlação de forças na luta de classes:** uma análise do governo Bolsonaro na perspectiva educacional. Estudos IAT, Salvador, v.4, n.2, p. 310-329, set., 2019.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** 18 ed., São Paulo: Cortez, 2011 [1985].

ANEXOS

ANEXO 1

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Introdução: Meu nome é Fernanda Lino, sou professora e pesquisadora. O tema da minha pesquisa é sobre cyberbullying e eu gostaria de fazer algumas perguntas para contribuir na pesquisa. Seu nome e suas informações pessoais não serão divulgados em hipótese nenhuma. Você aceita responder algumas perguntas?

Pergunta 1: Você sabe o que é cyberbullying?

Pergunta 2: Sobre a situação que você vivenciou no grupo, como se sentiu?

Pergunta 3: O que você acha das coisas que escreveu e/ou respondeu?

Pergunta 4: Por qual motivo você acha que a pessoa agiu assim e lhe agrediu? **OU** Por qual motivo levou você a agir assim com a pessoa?

Pergunta 5: Na escola que você estuda ou estudou, foi ensinado sobre como se comportar no mundo virtual?

Pergunta 6: Você acha que a escola pode ajudar as pessoas a agirem de forma menos violenta e preconceituosa no mundo virtual? Como?

Encerramento: Agradeço por sua disponibilidade em contribuir com a pesquisa!

ANEXO 2

UNIVERSIDADE ABERTA DE PORTUGAL
Prof. António Moreira
Disciplina: Ambientes Virtuais de Aprendizagem



Acadêmica: Fernanda da Silva Lino

CONTRATO DE APRENDIZAGEM – Superando e reagindo ao Cyberbullying

INTRODUÇÃO

Partindo da afirmação "ensinar e aprender nesta escola digital, recorrendo a ferramentas da web 2.0, é sem dúvida, um desafio aliciante, mas ao mesmo tempo muito exigente", é possível remeter à ideia de que, embora os recursos digitais sejam muito atrativos para o trabalho pedagógico, seu uso requer repensar para além da dimensão instrumental. A educação em rede exige, conforme Moreira e Monteiro (2015, p. 394), "que se equacione o processo pedagógico de forma diferente. (...) a mudança não deve ser vista só do ponto de vista tecnológico, mas sobretudo em termos de mentalidade e de prática."

Devemos estar atentos à incorporação de recursos da cultura digital em nossas práticas pedagógicas, redes sociais, jogos, telemóveis e etc, já que "podem facilitar a criação e desenvolvimento de comunidades de prática ou de aprendizagem desde que exista uma intencionalidade educativa explícita" (MOREIRA E JANUÁRIO, p. 74, 2014). Portanto, é preciso buscar um equilíbrio entre a proibição ou negação, e o uso instrumental, sem propósitos didáticos e

pedagógicos muito bem planejados. Um equilíbrio que possibilite a construção de uma nova perspectiva para a aprendizagem.

Atuando como professora de tecnologia educacional há mais de dez anos, foi possível observar que a mera inserção de recursos tecnológicos nas escolas e sua utilização não corresponde necessariamente à uma transformação nos processos pedagógicos e metodológicos que a própria educação em rede possibilita. Portanto, essa realidade exige mudanças profundas no âmbito cultural, de acordo com os mesmos autores (2015, p. 395), “pois obriga a repensar os papéis dos professores e dos estudantes, e a relação existente entre eles, para além das implicações no nível da planificação de cursos e currículos, sistemas de avaliação, formas de ensinar e aprender e etc”. Neste contexto, apesar da linguagem audiovisual ser uma linguagem sintética e integral, ela deve ser trabalhada nos contextos educativos levando-se em consideração as mudanças das práticas, dos papéis e das relações existentes nos mesmos.

1. Objetivos e Competências

O cyberbullying é um fenômeno emergente da cultura digital, considerado um desdobramento do *bullying*, enquanto agressão, ameaça e provação de desconforto, premeditadas e repetidas, realizadas com recursos de dispositivos tecnológicos de comunicação (AMADO *et al*, 2011, p. 303).

Tal fenômeno exige atenção da sociedade, especialmente de pais e educadores, já que boa parte das ocorrências se dá entre crianças e jovens. Além disso, o cyberbullying merece estudo e um trabalho pedagógico devido as suas características nocivas, em que transcende as fronteiras de tempo e espaço, gerando um impacto na vida das vítimas devido à grande velocidade de propagação pelas redes digitais e propiciando a invisibilidade e o anonimato dos agressores.

Portanto, o curso a distância de curta duração intitulado ‘Superando e reagindo ao cyberbullying’ é destinado a pais, educadores e outros adultos que se interessem pelo tema, para a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Educomunicação, pensar em maneiras de preveni-lo e superá-lo. Os

objetivos da formação são:

- Elucidar e debater sobre as características da cultura digital, seus fenômenos específicos e formas de violência digital.
- Ampliar e aprofundar a respeito do conceito de cyberbullying, conhecendo casos que ocorreram entre crianças e jovens, e suas consequências.
- Conhecer e refletir sobre maneiras de prevenir e de superar o cyberbullying, com foco em um trabalho pedagógico educomunicativo dentro do espaço escolar.
- Produzir um material educomunicativo (vídeo, foto, cartaz, áudio e etc.) que promova a conscientização sobre o fenômeno.

2. Roteiro de Conteúdos

O curso ‘Superando e reagindo ao cyberbullying’ pretende envolver os seguintes conteúdos, divididos por módulos:

MÓDULO	CONTEÚDOS
Módulo 01 (4 horas)	<ul style="list-style-type: none"> - Cultura digital - Fenômenos da cultura digital - Violência virtual
Módulo 02 (4 horas)	<ul style="list-style-type: none"> - Conceito de cyberbullying - Casos de cyberbullying e seus desdobramentos
Módulo 03 (4 horas)	<ul style="list-style-type: none"> - Formas de prevenção, legislação e superação do cyberbullying - Educomunicação e criação de ecossistemas comunicativos

Módulo 04 (8 horas)	- Trabalho final – produção de um material educomunicativo (vídeo, foto, cartaz, áudio, perfil em uma rede social e etc.)
-------------------------------	---

3. Metodologia de trabalho online

O curso de formação será realizado na modalidade a distância, inserido na plataforma Moodle, com duração de vinte horas. Pretende-se que, por meio de plataformas interativas de aprendizagem, as ferramentas digitais promovam espaços e condições técnicas e didáticas para o desenvolvimento de competências e habilidades para o trabalho pedagógico sobre o cyberbullying.

Conforme Moreira (2015, p. 93), tais comunidades de aprendizagem virtual possuem “versatilidade, facilidade de utilização e inúmeras possibilidades de comunicação, partilha e de colaboração” e, por esse motivo, coloca-se como uma forma de ensino que está em consonância com a própria temática do curso.

No primeiro módulo, que diz respeito às características e fenômenos da cultura digital, os cursistas realizarão leitura de textos/fenômenos da cultura digital, bem como assistirão a uma videoaula ministrada pela proponente do curso, sobre os fenômenos da violência virtual prevalecentes nas redes sociais. Como tarefa, a partir dos materiais estudados, os cursistas terão que desenvolver um comentário e interagir com os colegas em um fórum específico criado para a tarefa.

No segundo módulo, que aprofunda o conceito de cyberbullying e apresenta diversos exemplos, serão disponibilizados materiais como textos/artigos acadêmicos e vídeos. A atividade solicitada aos cursistas é que construam um mapa conceitual com os principais termos, sentimentos e percepções a partir dos materiais estudados no módulo, que revele uma concepção própria do fenômeno.

No terceiro módulo será disponibilizada uma videoaula sobre algumas propostas educativas para a prevenção e a superação do cyberbullying, bem como a legislação vigente no Brasil para atuar frente ao fenômeno. A videoaula também envolverá os conceitos da Educomunicação e da construção de

ecossistemas comunicativos para a se trabalhar o cyberbullying. Como tarefa, os cursistas deverão realizar um comentário e debater entre os pares em um fórum criado para tal fim.

No quarto e último módulo serão oferecidas para os cursistas as orientações sobre o trabalho final, que é a produção de um material educomunicativo (vídeo, foto, cartaz, áudio, perfil em uma rede social e etc.) que envolva a divulgação de materiais e a promoção de debates e reflexões acerca do cyberbullying. Será criado também um fórum específico para esclarecer as dúvidas e sugestões levantadas durante o processo de criação do material.

É importante enfatizar que durante todo o tempo de andamento do curso, os participantes terão ao seu dispor um fórum permanente de dúvidas e debates sobre questões relativas à formação.

O curso é previsto para ter duração total de 20 horas, distribuídos em quatro módulos, por um período de cinco semanas. Cada módulo terá a duração de 4 horas semanais (exceto o último, que terá 8 horas), e as atividades serão administradas conforme a organização pessoal de cada participante, desde que cumpra os prazos de entrega das tarefas.

4. Recursos de aprendizagem

Os recursos de aprendizagem do referido curso pretendem envolver os seguintes materiais, divididos por seus respectivos módulos:

MÓDULO	RECURSOS
Módulo 01	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do módulo e explicação da tarefa - Textos sobre a cultura digital - Videoaula sobre fenômenos da cultura digital e formas de violência virtual - Fórum da tarefa

	<ul style="list-style-type: none">- Feedback da tarefa
Módulo 02	<ul style="list-style-type: none">- Apresentação do módulo e explicação da tarefa- Textos/artigos acadêmicos sobre o conceito de cyberbullying- Exibição de vídeos elucidando o tema- Link da tarefa – mapa conceitual -- Feedback da tarefa
Módulo 03	<ul style="list-style-type: none">- Apresentação do módulo e explicação da tarefa- Videoaula sobre casos de prevenção e superação, legislação acerca do cyberbullying e introdução ao conceito de Educomunicação e construção de ecossistemas comunicativos.- Fórum da tarefa- Feedback da tarefa

Módulo 04	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do módulo e explicação da atividade - Videoaula com orientações e sugestões sobre a criação do material educomunicativo - Fórum de dúvidas sobre o trabalho final - Link da tarefa - Feedback da tarefa

5. O ambiente de aprendizagem

O principal ambiente em que será realizado o curso ‘Superando e reagindo ao cyberbullying’ é o *Moodle*. Esta é uma plataforma digital de aprendizagem que agrupa inúmeras possibilidades e outros recursos, ferramentas e ambientes, formando uma rede de aprendizagem e construção de conhecimento coletiva e colaborativa.

O *Moodle* pode ser um ambiente de aprendizagem muito mais coerente quando se pretende discutir sobre novos comportamentos que surgem a partir das redes sociais, tão intrínsecos a própria cultura digital. Por isso é que, envolvidos na formação fundamentada em uma plataforma digital, os cursistas podem ler, refletir, debater e produzir conhecimentos que são muito próximos aos conteúdos que compõem o curso.

6. Sequência das atividades de aprendizagem

Segue, abaixo, a tabela com a sequência de atividades que será realizada pelos participantes do curso:

MÓDULO	ATIVIDADES DE APRENDIZAGEM	DURAÇÃO
Módulo 01	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura de textos sobre a cultura digital - Assistir e participar da videoaula sobre as formas de violência virtual - Participar no fórum do módulo - Responder o feedback da tarefa, se desejar 	04 horas = 01 semana
Módulo 02	<ul style="list-style-type: none"> - Leitura de textos e artigos acadêmicos sobre o conceito de cyberbullying - Assistir a vídeos a respeito do cyberbullying - Envio da tarefa – mapa conceitual 	04 horas = 01 semana

	<ul style="list-style-type: none"> - Responder ou questionar o feedback da tarefa, se desejar 	
Módulo 03	<ul style="list-style-type: none"> - Assistir a videoaula sobre casos de prevenção e superação, legislação acerca do cyberbullying e introdução ao conceito de Educomunicação e construção de ecossistemas comunicativos. - Participar no fórum do módulo - Responder ou questionar o feedback da tarefa, se desejar 	04 horas = 01 semana

Módulo 04	<ul style="list-style-type: none"> - Assistir a videoaula com orientações e sugestões sobre a criação do material educomunicativo - Participar no fórum de dúvidas sobre o trabalho final, se desejar - Envio da tarefa final - Responder ou questionar o feedback da tarefa, se desejar 	08 horas =02 semanas
------------------	--	----------------------------

7. Avaliação

A avaliação do curso se dará de forma processual, a cada módulo os participantes receberão uma nota correspondente a tarefa. O primeiro módulo, a tarefa é a participação no fórum e terá um peso de 20% da nota geral. A atividade do segundo módulo é a construção de um mapa conceitual, o qual corresponderá a 20% da avaliação geral. No terceiro módulo, a tarefa é a elaboração de um comentário no fórum e o debate, que também terá o peso de 20%. Por fim, o trabalho final do último módulo, que consiste na criação de um material educomunicativo, terá o peso de 40% da nota geral do curso.

8. Referências

- AMADO, Joao. *Et Al. Cyberbullying: um desafio a investigação e a formação.* Interacções: Lisboa, 2009.
- APARICI, Roberto (org.). **Educomunicação:** para além do 2.0. São Paulo: Paulinas, 2014.
- BRASIL, **Lei Federal número 13.185**, Programa de Combate a Intimidação sistemática. (Bullying). de 6 de novembro de 2015.
- CAETANO, Ana. Paula *Et al. Cyberbullying: motivos da agressão na perspectiva de jovens portugueses.* Educação e Sociedade, v. 38, nº. 141, Campinas, São Paulo: 2017.
- CAETANO, Ana. Paula *Et al. Emoções no cyberbullying: um estudo com*

- adolescentes portugueses.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 42, n. 1: 2016.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação.** São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- FANTE, Cleo. **Fenômeno bullying:** como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz. Campinas, SP: Vênus editora, 2011.
- FELIZARDO, Aloma R. **Cyberbullying:** Difamação na velocidade da luz. São Paulo: *Willem Books*, 2010.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- HAN, Byung-Chul. **No Enxame: reflexões sobre o digital.** Traduzido por Miguel Serras Pereira. Lisboa: RelógioD'Água, 2016.
- HAN, Byung-Chul. **La sociedad de la transparencia.** Traduzido por RaúlGabás. Barcelona: Herder Editorial, 2013
- SANTAELLA, Lúcia. **Temas e dilemas do pós-digital: a voz da política.** São Paulo: Paulus, 2016.
- SARTORI, Ademilde (org). **Educomunicação e a criação de ecossistemas comunicativos:** diálogos sem fronteiras. Florianópolis: DIOESC, 2014.
- SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação:** o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo: Paulinas, 2011.
- SOARES, Ismar. **Educomunicação:** um campo de mediações. Comunicação e Educação: São Paulo, 2000.

ANEXO 3

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ESTÁGIO DOUTORAL

Acadêmica: Fernanda da Silva Lino

Orientadora: Professora Doutora Ademilde Silveira Sartori (PPGE- UDESC) **Coorientador:** Professor Doutor José António Marques Moreira (UAB-PT) **Unidade de Acolhimento:** Delegação Regional do Porto (DRP)

O presente relatório tem por objetivo descrever as principais atividades acadêmicas realizadas durante o período do estágio doutoral nos meses de outubro de 2018 a junho de 2019. O estágio fez parte da pesquisa de doutoramento intitulado: **CYBERBULLYING E EDUCOMUNICAÇÃO: CRIAÇÃO DE ECOSISTEMAS EDUCOMUNICATIVOS COMO REAÇÃO ÀS AGRESSÕES NO CIBERESPAÇO**. O objetivo principal da experiência do estágio foi coletar dados para a pesquisa, mapeando situações de cyberbullying e compreendendo de que maneira a criação de ecossistemas comunicativos contribuem para a discussão e a superação do cyberbullying no espaço escolar, à luz da Educomunicação.

O estudo também pretendeu estabelecer a cooperação entre a universidade estrangeira (UAb) e a nacional (UDESC), de maneira a favorecer a pesquisa de tese por meio da experiência junto aos grupos de pesquisa da instituição, coleta de dados relacionados à temática e participação em atividades e eventos sobre Educação em Portugal. Visou, ainda, o aprofundamento teórico sobre a temática que envolve a tese,

mediante o contato com pesquisadores portugueses que trabalham com a temática envolvendo a educação, comunicação, tecnologias e cultura digital.

A seguir, são descritas algumas ações realizadas durante o período de estágio doutoral:

Curso de Fotografia Digital

No período de 2 a 14 de novembro de 2018 tive a oportunidade de participar do “Curso de Iniciação à Fotografia Digital” ministrado na Delegação do Porto na Universidade Aberta de Portugal pelos formadores Juan Gabriel García Huertas e Diego Botas Leal, sob coordenação do professor José António Marques Moreira.

O curso permitiu construir importantes competências sobre fotografia, como conhecer as partes que compõem uma câmera; uso adequado de luz, composição e enquadramento; manipulação profissional da câmera manualmente, e outras.



Registros do curso de fotografia digital, 2018.

O curso envolveu ainda conteúdos como manuseamento da câmera; automatismos universais em câmeras reflex e compactas; diafragma; obturador ou velocidade do obturador; medidor de exposição; sensibilidade do filme; objetivos e distância focal; modos de foco.

Tal experiência foi muito relevante, pois a fotografia é uma linguagem muito presente na cultura digital e de grande importância em um

trabalho com os ecossistemas comunicativos.

Congresso “Border Crossings: territórios e fronteiras em investigação”

No período de 8 e 9 de novembro de 2018 participei do Congresso Internacional “Border Crossings: territórios e fronteiras em investigação”, evento em comemoração dos 20 anos do CEIS20. O congresso propiciou uma experiência imersiva naquilo que são os territórios e as fronteiras em investigação na área das Humanidades e das Ciências Sociais.



Registro do Congresso, Coimbra, 2018.

Nos dois dias de congresso, estiveram em debate temas acerca dos refugiados e os territórios de transição; transformações e dinâmicas educacionais de territórios em mutação; media, sociedade e era digital; inovação e tecnologia nas Humanidades e Ciências Sociais; novos discursos e novas abordagens nestes domínios.

Evento sobre Cinema e Educação

Outro evento que participei foi o “V Simpósio Internacional Fusões no Cinema”, que ocorreu nos dias 23 e 24 de novembro de 2018, em São João da Madeira. O Simpósio, que promoveu conferências, mesas de discussão, e workshops, propiciou a aquisição de competências

pedagógicas para integração do cinema, de ficção, documental, ou científico em contexto educativo, bem como reflexão sobre estratégias e metodologias para a desconstrução do cinema, em diferentes contextos e ambientes educativos.

O evento incluiu, entre seus conteúdos e ações, a linguagem cinematográfica e filmica e o seu potencial em ambiente educativo; estratégias e metodologias de aprendizagem com recurso ao cinema e as abordagens multidisciplinares do cinema em contexto educacional.



Workshop sobre *lightpainting* fotográfico e registro de uma conferência, 2018.

No dia 28 de novembro de 2018 participei como ouvinte da “Conferência sobre o direito à Educação enquanto parte dos Direitos Humanos e dos direitos fundamentais”, promovida pela Universidade Portucalense. Os conferencistas explanaram sobre o direito à Educação, seus paradigmas e pré-conceitos. O evento também discutiu sobre a Educação como um direito humano fundamental, assim como a consolidação e o crescimento do sistema educativo em Portugal.



Registro da Conferência, UPT, 2018.

Instituto Paulo Freire da Universidade do Porto

No dia 08 de abril foi realizada uma visita técnica ao Instituto Paulo Freire da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, na Universidade do Porto. Nesta ocasião, fui recebida pela diretora do instituto, a professora Luiza Cortesão, na qual descreveu o processo de implementação do instituto, sua trajetória, e a importância de Paulo Freire e da dimensão comunicativa no contexto atual, mesmo em Portugal.

Ainda relacionado ao Instituto, no dia 16 de abril participei como ouvinte da conferência “Recortes de uma vida de intervenção inspirada em Paulo Freire”, proferida pelo Professor Alberto Melo (APCEP), como parte do Ciclo de Conferências “Políticas educativas, literacia e diversidade”.

Visita técnica à Escola da Ponte

No dia 18 de fevereiro de 2019 realizei uma visita técnica à Escola Básica da Ponte, situada em São Tomé de Negrelos, concelho de Santo Tirso, distrito do Porto. Durante a visitação fui recebida por um grupo de alunos, os quais são os responsáveis por apresentar a escola e os diferentes ambientes. A visitação foi importante para perceber que diferentes formas e métodos podem ser criados para promoção de uma aprendizagem significativa e transformadora.



Registros da visita a Escola Básica da Ponte, 2019.

Seminário Ensinar e Aprender em Rede – SEMEAR

No dia 06 de junho de 2019 participei como apresentadora no Seminário Ensinar e Aprender em Rede – SEMEAR. O evento foi promovido pela Universidade Aberta – Delegação do Porto. Na ocasião, foram discutidas questões importantes da interface educação e redes sociais e contou com a presença de Inês Guimarães, estudante de Matemática na Universidade do Porto, YouTuber do canal *Mathgurl*. Também contou com a presença de Camila Santana, do IFBA, que compartilhou dados sobre sua pesquisa pós-doc. Eu apresentei alguns resultados da coleta de dados da pesquisa de doutorado e do estágio em Portugal. A mediação foi feita pelo Professor Ariston Cardoso, da UFRB.



Participantes do Seminário Ensinar e Aprender em Rede – SEMEAR, 2019.

Produção de um artigo científico

Durante o período do estágio doutoral eu o professor coorientador, António Moreira, elaboramos o artigo intitulado **O PENSAMENTO ECOSSISTÊMICO E A ECOLOGIA DE SABERES: UMA BREVE ARTICULAÇÃO COM A EDUCOMUNICAÇÃO**. O artigo trata da crise do paradigma científico moderno, o qual revela que, em nome da racionalidade e da hegemonia, foram excluídas do pensamento ocidental outras formas de saber que hoje passam a ser reconhecidas no âmbito científico. A pós-modernidade trouxe para a ciência a complexidade, o caos, a subjetividade, a interdisciplinaridade e a pluralidade no pensamento sobre a realidade. Contudo, o paradigma da ciência moderna ainda é o modo dominante de se fazer ciência. Para romper com tal paradigma, que não atende mais às necessidades de compreensão e transformação do mundo atual, surgem alguns teóricos que vêm buscando por novas formas de construir o conhecimento, como a ecologia dos saberes e o pensamento ecossistêmico. Essas novas correntes de pensamento revelam outras formas de conhecimento não explicitadas pelo paradigma racional da ciência moderna.

O artigo produzido por nós busca situar a Educomunicação como um paradigma ecológico de saber, pois este campo reconhece os saberes não legitimados pelos meios hegemônicos, aceitando a ideia de movimento e abertura, de fluxo contínuo do conhecimento, que contextualiza o saber e suas inúmeras formas de manifestação, ultrapassando as concepções

fechadas, simplificadoras e reducionistas da ciência moderna.

O artigo foi submetido para uma revista científica brasileira e estamos aguardando o parecer para futura publicação.

Coleta de dados

A coleta de dados foi uma das principais atividades acadêmicas realizada no período do estágio doutoral. A metodologia escolhida para a coleta foi a Etnografia Virtual (HINE, 2000). A etnografia virtual tem espaço assegurado nas pesquisas onde os objetivos incluem saber ‘o que as pessoas estão realmente fazendo com a tecnologia’.

O campo selecionado foi grupos de Facebook relacionado a jogos, já que entre os usuários de internet de 9 a 17 anos, 77% apontam o Facebook como a rede social mais utilizada (CETIC.br, 2018). Os grupos e páginas escolhidos foram relacionados aos jogos *FortNite* e *League of Legends*, pois são comunidades com grande número de usuários (cerca de 200 mil).

A coleta se deu entre fevereiro e maio de 2019, a partir da criação de um perfil e da participação em grupos e páginas dos usuários dos jogos citados. O resultado, de forma geral, apontou para o seguinte: foram identificados 26 casos de violência virtual; destes, foram observados nove (09) casos de cyberbullying.

É importante destacar que a pesquisa se encontra na etapa de análise dos dados para a construção da tese.

Disciplina Ambientes Virtuais de Aprendizagem

No decorrer da experiência de estágio tive oportunidade de cursar a disciplina “Ambientes Virtuais de Aprendizagem”, ministrada pelo coorientador do estágio, o professor José António Moreira, de fevereiro a junho de 2019 no Curso de Mestrado em Pedagogia E-Learning da Universidade Aberta de Portugal. Cursar a disciplina foi fundamental, pois os objetivos da mesma estão em consonância com os pressupostos teórico-metodológicos trabalhados na pesquisa.

A disciplina ampliou a compreensão a respeito dos ecossistemas digitais em rede como espaços onde coabitam diferentes ambientes de aprendizagem. Pretendeu também pesquisar e explorar ferramentas que permitam conceber o design pedagógico de um ambiente virtual de aprendizagem, bem como possuir competências centradas na seleção de recursos de aprendizagem para ambientes virtuais. Além disso, a disciplina objetivou a construção de conhecimentos sobre redes sociais e jogos digitais e suas potencialidades em contextos educativos, organizando e implementando um ambiente virtual de aprendizagem para um programa de ensino/formação online.

Em paralelo à todas as atividades relatadas, também aconteceram reuniões do grupo de orientandos e os encontros individuais de orientação de tese junto ao professor José António Moreira.

Por fim, toda a experiência do estágio doutoral contribuiu sobremaneira, não apenas para o desenvolvimento da pesquisa, mas também para a promoção do ensino, formação e aprendizagem de forma ampla, com potencial para aumento da rede de estudos para os pesquisadores e para ambas as instituições envolvidas. Possibilitou, assim, novas parcerias acadêmicas, tornando-se relevante para o desenvolvimento científico, tecnológico e do bem-estar social, quiçá tanto para o Brasil quanto para Portugal.

Por todas as experiências aqui descritas, é fundamental enfatizar minha gratidão à Universidade Aberta de Portugal, em especial ao coorientador do estágio de doutoramento, professor António, por seu profissionalismo, dedicação e constante disponibilidade em auxiliar na promoção e sucesso dessa pesquisa.